

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**ESTUDO DA PAISAGEM RURAL EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO GERMÂNICA NA
ANTIGA COLÔNIA PROVINCIAL DE NOVA PETRÓPOLIS:
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX**

SILVIO SILMAR PETERS

Taquara

2015

SILVIO SILMAR PETERS

**ESTUDO DA PAISAGEM RURAL EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO GERMÂNICA NA
ANTIGA COLÔNIA PROVINCIAL DE NOVA PETRÓPOLIS:
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciado sob orientação da Prof^a. Dr^a. Doris Rejane Fernandes.

Taquara

2015

*Dedico este singelo trabalho
à minha doce esposa Marta e ao meu
pequeno Thales, nosso filho amado.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelos ensinamentos e valores familiares, pela vida e, nesta, ter oportunidade de progredir.

À minha esposa Marta, amiga e companheira, que me acompanhou em vários momentos nesta caminhada, que mostrou-me lugares desconhecidos. Lugares que percebi como fonte de pesquisa, que me auxiliaram na construção de um novo conhecimento. A você, amada esposa, meu eterno agradecimento! Sem a sua presença não seria possível a construção e resultado deste trabalho.

Ao meu pequeno Thales, criança amada, minhas sinceras desculpas porque, em vários momentos, tive que abdicar seus convites para brincarmos. Mas, obrigado pelos outros momentos em que você me fez perceber que a vida é mais simples. Momentos em que vi nos seus olhos, azul como o céu, e na sua fala “pai, vamos brincar”, que era tempo de deixar de lado algumas tarefas de “gente grande” para dedicar-se às brincadeiras. A você filho, meu eterno amor.

Aos meus sogros, pessoas com grande conhecimento, aos quais tenho um enorme respeito. Seus ensinamentos foram essenciais para a concretização deste trabalho.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Doris Rejane Fernandes, pelos ensinamentos e orientações que nortearam esta caminhada, que resultou num outro olhar sobre ocupação e construção do espaço em áreas de imigração alemã. Agradeço pelo forte incentivo e por acreditar na minha pessoa, e pela amizade que se solidificou no decorrer do tempo. Na minha concepção, é um exemplo como pessoa e profissional. Obrigado minha Mestre, por ter compreendido minhas limitações e me incentivar a superá-las.

Aos professores e amigos da FACCAT, cuja amizade transpassou os muros da instituição, os quais tive a oportunidade de aprender coisas novas e trocar ideias, que viabilizaram o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradecimento especial ao Junior, irmão de fé, que me oportunizou a trabalhar no setor de cópias, local onde aprendi a interagir com o público acadêmico. Meu obrigado por fazer parte do meu círculo de AMIGOS e pelas conversas culturais no Campus e em nossos lares.

Ao grande amigo e Professor Mestre Alex Müller, que iniciou a jornada acadêmica comigo. Juntos, percorremos as estradas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a trabalho. Trabalho que nos beneficiou para o nosso crescimento pessoal e profissional. Obrigado pela sua presença constante, pelo apoio, incentivo e sugestões oportunas no decorrer do curso de graduação e na construção desta monografia. Suas palavras em momentos de descontração também serviram para o meu aprendizado. Palavras que fizeram com que percebe-se a vida com mais tranquilidade.

Ao meu irmão Selói Peters, minha cunhada Janaina e amigos de Campo Bom/RS. Meus agradecimentos pelos finais de semana regado a churrasco, shows de rock e muitas piadas, momentos que tornaram-se únicos.

Agradecimento ao amigo e compadre Evandro Flores, guri de palavras certeiras, não mediu esforços sempre que precisei de sua ajuda. Meu eterno obrigado.

Aos colegas do Colégio Padre Werner, Nova Petrópolis/RS, pelo apoio e por ensinar-me a profissão de Professor.

À Professora Clara, amiga, que em momentos tempestuosos, utilizava palavras gentis e harmoniosas para confortar o meu espírito.

Aos Professores Leonardo Bartel, Renan Müller, Janine e Cezar, pelos momentos de conversas e ensinamentos preciosos.

Às irmãs Marli e Silvana Lamb, professoras nascidas e criadas em Nova Petrópolis, sempre dispostas a ajudar e iluminar meu caminho. Meus sinceros agradecimentos.

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que não mencionei aqui, mas que de uma forma ou de outra também foram responsáveis para a minha formação pessoal e profissional, assim como tiveram também uma parcela na construção deste trabalho.

“As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precedem; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar.”

Paul Claval.

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade de analisar a paisagem cultural do meio rural em áreas de ocupação germânica em algumas localidades do município de Nova Petrópolis/RS. As localidades selecionadas, como Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, são detentoras de valor histórico e identitário, cujos aspectos culturais e do conjunto de práticas depositados nesses lugares ajudam a compreender as transformações da paisagem dessas comunidades. Para tanto, o resultado desta monografia apoiou-se na literatura referente a paisagem cultural, história da imigração germânica no Brasil e observações *in loco*. As transformações do meio natural em paisagem cultural por meio da formação dos núcleos colônias nas localidades Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, após a segunda metade do século XIX, segundo período imperial, e meados do século XX, período republicano, refletiram nos processos para a construção dos espaços onde as características arquitetônicas, hábitos, costumes e valores são testemunhos singulares próprio dessa região. Dessa maneira, foi possível identificar como o imigrante alemão adaptou-se e transformou esses lugares em um lugar familiar, onde estão depositadas suas lembranças e memórias, modos e costumes.

PALAVRAS-CHAVES: Paisagem cultural. Patrimônio. Imigração. Identidade.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Studie hat das Ziel die Kulturlandschaft in ländlicher Umgebung in Orten mit deutscher Niederlassung in der Region um Nova Petropolis/RS zu analysieren. Die ausgewählten Örtlichkeiten - wie Linha Araripe, Nove Colônias, Linhas Marcondes und Campestre do Tigre - besitzen historischen und indentitärischen Wert; deren kulturelle Aspekte und im Zusammenhang damit die in diesen Orten hinterlegten Praktiken helfen die Veränderungen der Landschaft in diesen Gemeinden zu verstehen. Dazu stützen sich die Ergebnisse dieser Monographie auf die Literatur über Kulturlandschaft, Geschichte der deutschen Immigration in Brasilien und Beobachtungen *in loco*. Die Veränderungen der natürlichen Umgebung der Kulturlandschaft durch die Bildung von zentralen Kolonien in Linha Araripe, Nove Colônias, Linhas Marcondes und Campestre do Tigre , nach der zweiten Hälfte des neunzehnten Jahrhunderts, zweite Kaiserzeit, und in der zweiten Hälfte des zwanzigsten Jahrhunderts, republikanische Periode, beeinflusstendie Bildungsprozessen dieser Orte, wo die architektonischen Charakteristika, die Gewohnheiten, Sitten und Bräuche und Werte einzigartige Zeugnisse dieser bestimmten Region sind. Demnach war es möglich zu identifizieren, wie der deutsche Einwanderer sich an diese Orte angepasst hat und sie in einen vertrauten Ort verändert hat, wo seine Erinnerungen, Sitten und Bräuche hinterlegt sind.

SCHLÜSSELWÖRTER: Kulturlandschaft. Kulturerbe. Immigration. Identität.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano simplificado para a construção da paisagem cultural.....	16
Figura 2 - Imagem aérea espacial da área geográfica pesquisada.....	20
Figura 3 -. Esquema sintetizado do território pesquisado.....	21
Figura 4 -. Mapa de localização da área analisada.....	24
Figura 5 - Fazenda na floresta, 1662.....	27
Figura 6 - Paisagem 1, localizado na atualidade em Linha Marcondes, município de Gramado/RS; Paisagem 2, localizado na atualidade no Campestre do Tigre, município de Gramado/RS; e Paisagem 3, localizada em Nove Colônias, município de Nova Petrópolis/RS.....	28
Figura 7 - Mosaico geográfico e ecológico.....	29
Figura 8 - Paisagens agrárias das localidades de: Campestre do Tigre (1) e Linha Marcondes (2).....	34
Figura 9 - Junção dos elementos naturais com artificiais.....	36
Figura 10 - Forma simplificada da construção da paisagem cultural entre o ser antrópico e o natural.....	37
Figura 11 - Mapa do Rio Grande do Sul com as possíveis localizações das três primeiras colônias fundadas na década de 1820.....	52
Figura 12 - Imagem aéreo espacial mostrando divisas de propriedades e marco de travessão.....	58
Figura 13 - O começo na mata virgem.....	60
Figura14 - Tipologia dos sistemas agrícolas nas pequenas propriedades colonial sul-brasileira.....	62
Figura15 - Mosaico artificial na paisagem. Imagem aérea espacial parcial da localidade de Nove Colônias, município de Nova Petrópolis/RS.....	64
Figura 16 - Arado travado e arado “virador”.....	66
Figura17 - A caçada.....	68
Figura18- <i>Tempora Mutantor</i> (1889).....	70

Figura19 - Paisagem Derrubada (1898).....	71
Figura 20 - Localização da antiga colônia provincial de Nova Petrópolis.....	75
Figura 21 - Mapa de localização parcial da Fazenda Pirajá no antigo mapa das colônias no Vale do Rio Caí.....	78
Figura 22 - Paisagem parcial da Linha Imperial, por volta da década de 1920, Nova Petrópolis/RS.....	79
Figura 23 - Mapa da Planta Topográfica de uma parte do município de São Leopoldo, 1870, onde visualiza-se os primeiros lotes demarcados na colônia de Nova Petrópolis.....	81
Figura 24 - Mapa da Colônia de Nova Petrópolis dos primeiros anos da década de 1870.....	83
Figura 25 - Mapa da possível localização do Chapadão	85
Figura 26 - Elementos artificiais e naturais, testemunhos de ocupação e mudanças na paisagem.....	91
Figura 27 - Esquema funcional de uma propriedade rural na localidade de Campestre do Tigre.....	92
Figura 28 - Imagem aéreo espacial da paisagem, identificando pontos onde encontram-se algumas casas em técnica enxaimel, assim como a dimensão geográfica do estudo, as formas do relevo, a estrutura agrária e utilização do solo.....	94
Figura 29 - Sistema de policultura.....	96
Figura 30 - Vigamento em madeira e detalhes estruturais de casa em técnica enxaimel.....	97
Figura 31 - Casa em técnica enxaimel e seus detalhes estruturais.....	97
Figura 32 - “ <i>Richtfest</i> ”, festa da cumeeira em Nova Petrópolis/RS, na primeira metade do século XX.....	98
Figura 33: “ <i>Richtfest</i> ”, na Alemanha nos anos de 1980 e 1990.....	100
Figura 34 - Exemplar de carvalho europeu na localidade de Nove Colônias, Nova Petrópolis/RS.....	102
Figura 35 - “ <i>Schlacht schwein</i> ”, na localidade do Campestre do Tigre, próximo à divisa entre Gramado e Nova Petrópolis – RS.....	104
Figura 36: Imagem aérea parcial das localidades de Nove Colônias, Linha Araripe, Linha Marcondes e Campestre do Tigre.....	108

LISTA DE SIGLAS

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM CULTURAL.....	25
2.1	Reflexões sobre o conceito de paisagem.....	25
2.2	A paisagem cultural como ferramenta para a compreensão da manifestação humana no espaço.....	32
2.3	Estudos da paisagem cultural brasileira como patrimônio cultural.....	38
3	ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL POR MEIO DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL.....	46
3.1	Breve contexto histórico referente às questões que envolveram a imigração para o Brasil.....	46
3.2	Da Europa para o Brasil, a terra prometida.....	50
3.3	Articulação entre homem e meio ambiente: a materialização das práticas na paisagem.....	59
4	MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM POR MEIO DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NA ANTIGA COLÔNIA PROVINCIAL DE NOVA PETRÓPOLIS DO IMPÉRIO BRASILEIRO.....	74
4.1	Breve histórico de ocupação de Nova Petrópolis.....	74
4.2	Paisagem e identidade.....	89

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	115
OBRAS CONSULTADAS.....	121
REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS.....	122
ANEXO.....	123
ANEXO A.....	124

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, foram vários os motivos que estimularam e impulsionaram o domínio e exploração do meio natural. A partir desses interesses, condicionado às questões econômicas, sociais e culturais, cada grupo étnico definiu e organizou seu espaço conforme suas características. Sendo assim, essas interferências antrópica no espaço, transformando a paisagem natural em paisagem cultural, podem explicar e representar os diferentes momentos de desenvolvimento de um grupo, de uma comunidade e/ou de uma sociedade.

A presente pesquisa tem como proposta analisar, por meio de estudos já realizados por geógrafos e historiadores, o conceito de paisagem cultural, a sua construção através das manifestações humanas, assim como nas diferentes esferas dos órgãos de preservação. Tem como pano de fundo algumas reflexões teóricas de autores como Milton Santos, Paul Claval, Virgínia Elisabeta Etges, Juliana Bublitz, entre outros, que abordam questões voltadas às transformações da paisagem resultante da interferência antrópica.

Essas interferências e transformações da paisagem foram analisadas através da imigração germânica no sul do Brasil, especificamente no atual município de Nova Petrópolis/RS. Sobre as questões voltadas à imigração alemã para o Brasil, foram utilizados autores como Martin Dreher, Ivone Nör Paz e Arsênio Shmitz. Além do referencial teórico, também foram utilizados alguns documentos que viabilizam a preservação da paisagem cultural de determinados locais, elevando a preservação de cunho local ou mundial.

Sendo a área geográfica de interesse e pela carência de pesquisa, realizaram-se observações e análises nas localidades rurais de Nove Colônias, Linha Marcondes, Campestre do Tigre e Linha Araripe. Para essa observação, priorizou-se o período temporal, que está fixado na segunda metade do século XIX, período que corresponde ao segundo Império, e meados do século XX, período republicano. A explicação para esse marco cronológico envolve questões territoriais e os novos métodos de cultivo.

Parte de Linha Araripe, Linha Marcondes, assim como Campestre do Tigre¹, até meados do século XX pertenciam à Nova Petrópolis, que era uma antiga colônia provincial do Rio Grande do Sul até 1875. Após essa data, 1875, passou a ser 3º Distrito de São Sebastião do Caí. Na atualidade, essas três localidades estão incorporadas ao município de Gramado², o qual está mencionado em algumas figuras fotográficas captadas nos anos de 2012 à 2015. Referente aos novos métodos de cultivo, é a partir de meados do século XX que deu início a utilização de ferramentas agrícolas mais sofisticadas para o plantio e colheita a nível industrial.

Denominada como “revolução verde”, esse novo procedimento também passou a moldar a paisagem com mais rapidez, pois o que antes era uma agricultura tradicional, o uso de tração animal e também braçal, as transformações na paisagem ocorreram “lentamente”. Segundo Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010), após 1960, com a modernização do campo nos países em desenvolvimento, as áreas rurais com condições apropriadas desencadearam sistemas agrícolas em escala industrial. Como consequência, teve-se um real crescimento na produção de alimentos por meio da motorização-mecanização, que resultou em paisagens agrárias distintas das convencionais. No caso de Nova Petrópolis/RS, segundo Hugo Werle (2013), essa modernização no meio rural deu-se no findar da década de 1960 e início da década de 1970.

A escolha das quatro localidades deu-se devido à relação entre o homem e o meio natural, que proporcionou uma paisagem cultural de valor ímpar, onde ainda se percebem alguns traços culturais deixados como herança pelos primeiros grupos de imigrantes e/ou descendentes de imigrantes que ocuparam esses lugares. Essa herança cultural das primeiras famílias de colonos a ocupar essas paragens pode ser percebida na arquitetura, algumas plantas exóticas, nos modos e costumes, nos

¹ Segundo antigos moradores a localidade do Campestre do Tigre, que por meio de suas escrituras de terras, era parte integrante da Linha Marcondes até meados do século XX. O nome Campestre do Tigre, também mencionado pelos moradores, origina-se de relatos dos mais antigos moradores, que foram testemunha da presença felinos de grande porte na localidade.

² Por questões políticas e emancipacionistas até meados do século XX, as localidades de Linha Araripe e Linha Marcondes estavam configuradas no Município de Nova Petrópolis (criação do município através da Lei Estadual n.º 2.518, de 15-12-1954, desmembrado dos municípios de São Sebastião do Caí e São Leopoldo). No mesmo período, o município de Gramado, através da Lei estadual n.º 2.522, de 15 de dezembro de 1954, desmembra-se do município de Taquara. Para que Gramado obtivesse sua emancipação precisaria dispor de população suficiente. Nesse caso, por questões políticas, Nova Petrópolis cedeu partes do seu território para satisfazer os interesses do seu vizinho. Linha Marcondes e parte de Linha Araripe, que antes pertenciam à Nova Petrópolis, foram anexadas a Gramado. Disponível em:

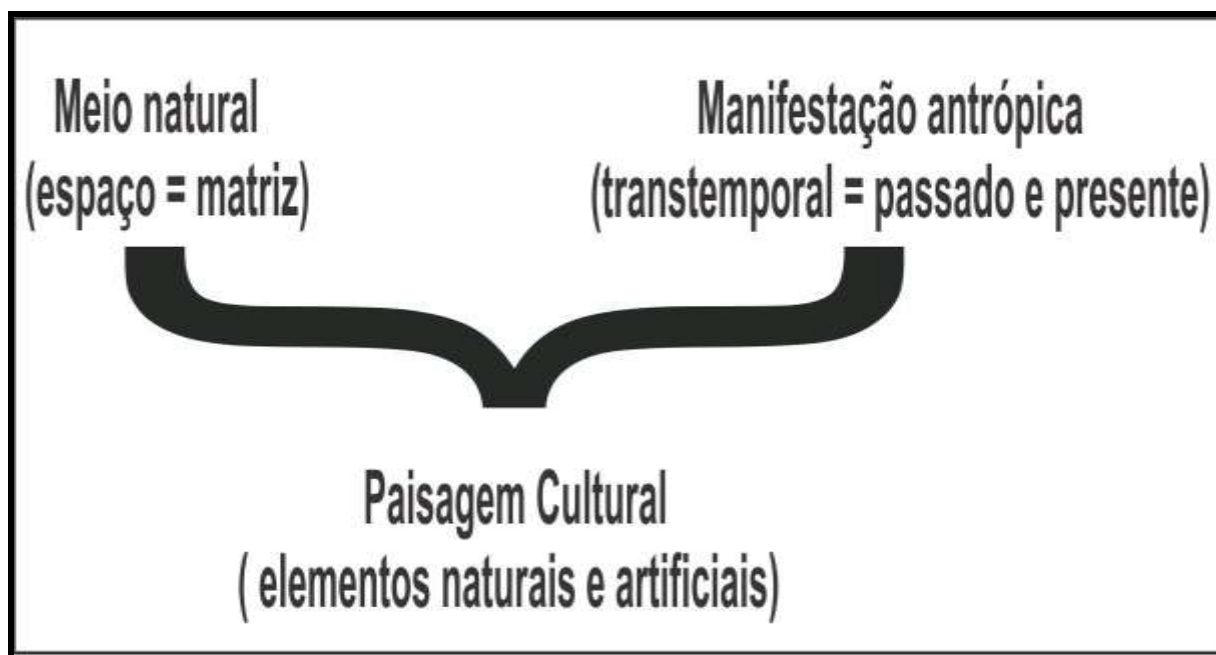
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430910>>: Acesso em: 13 abr. 2015.

saberes e fazeres, assim como a absorção da cultura nacional em seus hábitos, que estão atrelados na dieta, na vestimenta, em alguns métodos de cultivo e trabalho.

Para ter uma melhor compreensão e entender os diferentes olhares e significados, maneiras de construção do ambiente que estão impressos na paisagem, além do aporte teórico, fizeram-se saídas de campo ocorridas em períodos aleatórios entre os anos de 2012 a 2015, que tiveram como um dos objetivos perceber e analisar as mudanças na paisagem sucedidas pela ação antrópica e natural, assim como mostrar sua importância enquanto fonte de pesquisa na construção histórica. Essas transformações podem ser percebidas por meio das imagens utilizadas neste trabalho.

O recorte teórico sobre o tema e compreensão da paisagem cultural em áreas rurais da antiga colônia provincial de Nova Petrópolis atém-se à apresentação de autores contemporâneos, das duas últimas décadas do século XX e do atual século XXI, como Milton Santos (1926-2001), que oferece alguns conceitos para compreensão espacial. Para Santos (2006), o espaço como meio natural é a matriz, o tempo presente, já as manifestações culturais articuladas nesse espaço formam a paisagem cultural, que é transtemporal, ou seja, a junção entre objetos do passado com o presente conforme o planejamento sintetizado na figura 1.

Figura 1: Plano simplificado para a construção da paisagem cultural.



Dessa configuração, a paisagem pode ser ao mesmo tempo forma, produto, processo e função que se apresentam com significados diferentes frente ao momento histórico em que está inserida, no qual se articulam componentes naturais, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, o homem como ser atuante transforma seu espaço segundo as suas necessidades, onde deposita suas características culturais, tanto a nível material como imaterial.

Já Paul Claval (2001) aborda questões sobre a paisagem que é constantemente modelada e construída materialmente de variados métodos, conforme os interesses e conhecimentos de cada grupo social. Desse modo, a paisagem cultural é resultado da combinação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos. Claval também compartilhara as ideias de autores como Vidal de La Blache (1845-1918), que defende a teoria da geografia humana, isto é, o meio natural não impõe, não determina, mas sim propõem aos homens técnicas, ferramentas e habilidades para usufruir da natureza.

Como o recorte geográfico escolhido fez parte de um processo de colonização alemã dos interesses políticos do império brasileiro, utilizaram-se fontes recentes como a obra os “190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul”, de Martin Dreher. Nessa obra, Dreher (2014) pontua as condições de muitos agricultores em algumas regiões da Alemanha, assim como os motivos políticos e sociais que fomentaram a imigração ao Brasil, especificamente ao Rio Grande do Sul. Essas novas abordagens nortearam o entendimento sobre os processos imigracionistas para o sul do país, assim como as formas de ocupação nas áreas destinadas aos imigrantes germânicos. As autoras Virgínia Elisabeta Etges (2000) e Juliana Bublitz (2014) expõem, a partir de algumas realidades, os modos de ocupação e adaptação do imigrante e/ou descendente em áreas de florestas.

Bublitz (2014) usa o conceito de hibridização cultural entre o indivíduo nacional e imigrante, pois, por meio desse contato nos primeiros momentos da ocupação, o colono fez uso de certos métodos, como o sistema de *coivara*, que perdura ainda na atualidade, para trabalhar no novo ambiente. Já Etges (2000), através das pesquisas de Leo Weibel realizadas em meados do século XX, fez um recorte em que o contato entre as duas formas culturais distintas justifica o conceito de caboclicização, assim como analisou os três estágios que uma propriedade deveria passar para atingir seu apogeu social rural.

Sobre a documentação referente à preservação das paisagens culturais, há as cartas patrimoniais a nível mundial e nacional. Através das conferências, realizadas a partir da década de 1970 e posteriormente em 1990, é que autoridades governamentais e pesquisadores deram mais ênfase aos estudos que envolviam as manifestações culturais na paisagem, onde estavam envolvidas suas dimensões como economia, política, simbologia, estética, etc. Já no Brasil, os interesses voltados à paisagem cultural vêm à luz mais especificamente a partir da década de 1990, com a Eco 92. Na primeira década de 2000, esse interesse ganhou força que acabou gerando documentos que viabilizam a preservação de paisagens culturais de valor singular. Entre a documentação, há a Carta de Bagé (2007) e a Chancela de Paisagem Cultural, criada em 2009, com suporte do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

A Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, através dos seus 12 artigos, tem como finalidade fornecer suporte de defesa e preservação às paisagens culturais em geral no Brasil. Para que ocorra a validação da preservação da paisagem cultural, ela deve ser reconhecida mediante certificação pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural. Já a Chancela da Paisagem Cultural é um instrumento que auxilia na preservação do patrimônio cultural brasileiro. É responsável por certificar os atributos que particularizam uma localidade, que a torna singular das demais. Ressalta-se que a chancela não se aplica a todos os lugares. Então, o que pode viabilizar a certificação é se o recorte territorial escolhido possui características peculiares comparadas com outras regiões do país.

A gênese das pesquisas referente à paisagem cultural tem seu nascimento no final do século XIX, na esfera intelectual europeia. Sendo resultado das manifestações humanas, as paisagens naturais modificadas passaram a ser alvo de estudo por geógrafos e historiadores no decorrer do século XX, sendo denominadas de paisagens ou geografias culturais. Por meio de várias interpretações desde o surgimento das primeiras pesquisas, há uma concordância de que a paisagem cultural é resultado das ações antrópicas em diferentes níveis sobre o seu espaço. Nesse sentido, Rafael Winter Ribeiro (2007) acrescenta que:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorreram ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida também como produto da sociedade que a produziu ou ainda com base no material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. (RIBEIRO, 2007, p. 9)

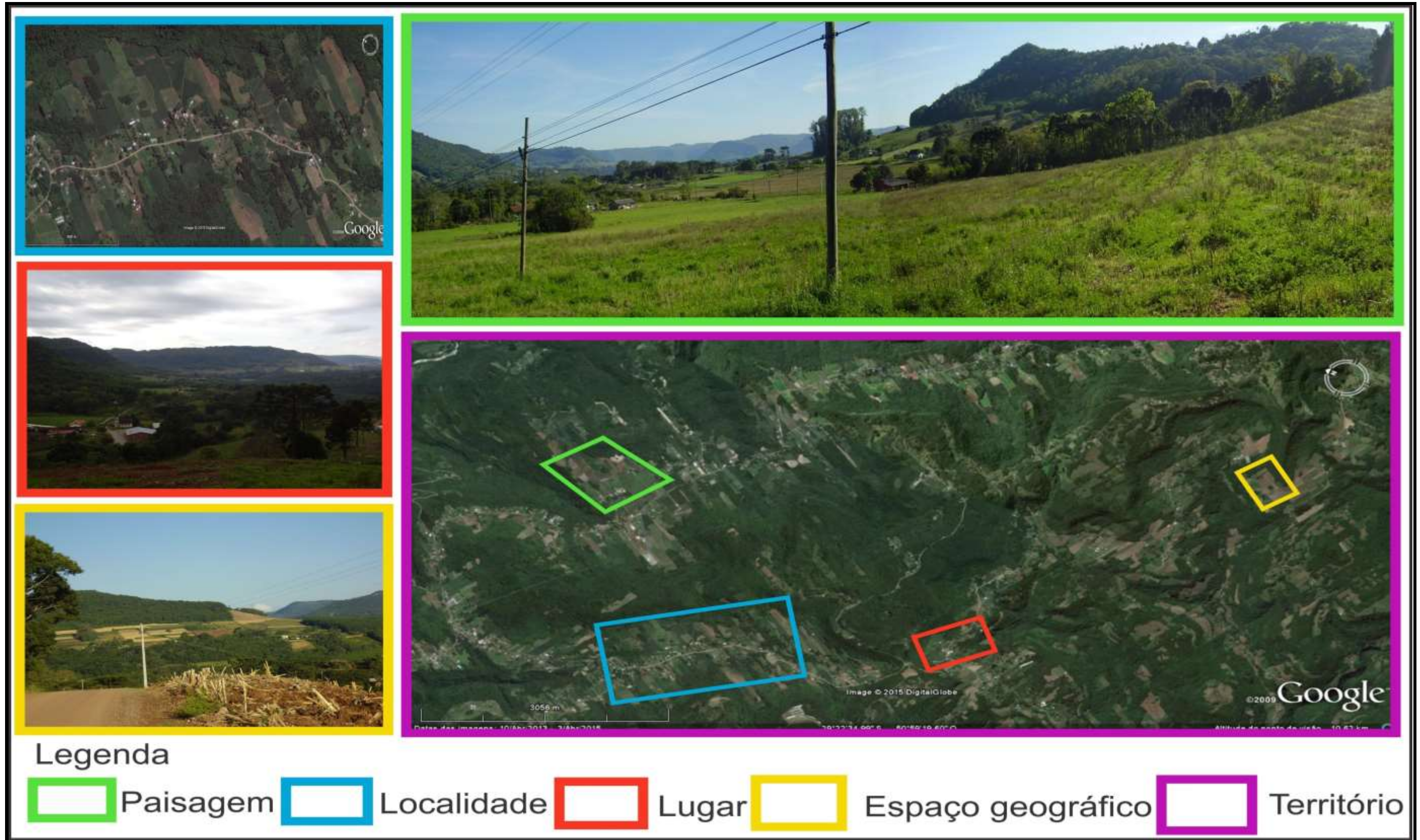
Entende-se que, por meio das manifestações culturais depositadas na paisagem, há um elo narrativo de um tempo passado e presente em que estão explicitados os modos e costumes, as cores e sabores, os saberes e fazeres de determinado grupo social.

A ideia de paisagem está ligada com a concepção como aquilo que a vista alcança. Dando sentido a essa percepção, artistas plásticos e literários renascentistas do século XV e XVI buscaram inspiração a suas obras no meio natural. Suas obras correspondiam a parcelas de uma natureza, em primeiro momento, de forma intimidadora. Posteriormente, a natureza foi representada como um cenário bucólico, expressando-a de forma saudosista de um local que não havia mais, isto é, um recorte de uma determinada área geográfica extinta. Esse tipo de expressão artística, que se estendeu aos séculos seguintes, desenvolveu uma estética em que as pessoas passaram a perceber a natureza com outro olhar, percebida como algo divino.

Ressalta-se, também, o trabalho dos naturalistas e viajantes que, por meio das suas observações, descreveram a fisionomia e os processos dinâmicos da geografia como físico, biológico e o antropizado. O estudo da paisagem cultural privilegia a inter-relação do ser antrópico com o meio natural em todo o seu aspecto, pois essa linha de pesquisa percebe a importância da cultura como orientadora das manifestações humanas na (re) elaboração do espaço.

Sobre essa (re) elaboração do espaço, que é transtemporal, em que estão acumulados períodos distintos, percebe-se que, num determinado recorte geográfico e distribuídos em pontos diferentes, tem-se, em primeiro momento, o território, após, a paisagem, a localidade, o lugar e o espaço geográfico nos quais foram depositados as manifestações culturais das gerações passadas e presentes, como aprecia-se no esquema sintetizado do território destacado e pesquisado na figura 2.

Figura 2: Imagem aérea espacial da área geográfica pesquisada.



Fonte: Google Earth, 2015. Elaborado e acervo particular Peters, verão de 2012 e inverno de 2015.

Analisando a área geográfica, tem-se uma leitura das transformações de várias décadas no território selecionado. Nesse sentido, dentro de um território há o espaço, a localidade, a paisagem e os lugares que possuem conceitos distintos, como visualiza-se na figura 3.

Figura 3: Esquema sintetizado do território pesquisado.



Fonte: Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2 ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Elaborado por Peters, 2015.

Conforme os conceitos mencionados na figura 3, para Santos (2014), a configuração territorial é um todo. A nível nacional, estadual ou municipal, é no território onde os grupos étnicos articulam-se, possuem suas residências, trabalho, realizam trocas comerciais e culturais, etc. Referente ao conceito de paisagem, Santos descreve que:

A paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. O jardim, a rua, o conjunto de casas que temos à nossa frente, como simples pedestre. Uma fração mais extensa de espaço, que nossa vista alcança do alto do edifício. [...] A paisagem é o nosso horizonte, estejamos onde estivermos. (SANTOS, 2014, p. 84)

Já a localidade é entendida como uma fração dentro do território onde manifestam-se e articulam-se grupos sociais heterogêneos. Nessa localidade,

incorpora-se os lugares, pontos específicos onde os indivíduos compartilham o mesmo cotidiano. Sobre os lugares, Santos também pontua que:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p.218)

Se as manifestações culturais projetam-se nos lugares, os espaços geográficos passam a ser remodelados segundo os interesses e a condição social. Para Santos (2014), o espaço é a matriz, é o resultado de vários fatores da ação humana, intermediados por elementos naturais e artificiais. Já a paisagem, constituída por elementos físicos/naturais, é uma parte visível de um território caracterizado pela sobreposição de tempos desiguais.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, em que no primeiro capítulo, “Contextualização Histórica dos Estudos da Paisagem Cultural”, encontra-se um panorama do surgimento da ideia de paisagem desde obras artísticas e literárias, passando pelas descrições de naturalistas e viajantes até se tornar alvo de interesse por pesquisadores europeus, na segunda metade do século XIX, e por americanos, que absorveram das fontes teóricas europeias. Entre os pesquisadores europeus, cabe mencionar Otto Schlüter (1872-1959), que foi um dos primeiros a mencionar os termos “*geografia cultural*”, “*paisagem natural*” e “*paisagem cultural*”, que originou a morfologia da paisagem cultural. Nesse capítulo, navega-se também pela documentação que ampara e atribui valores às paisagens culturais, assim como esquemas sintetizados por meio da teoria de alguns pesquisadores elencados.

Menciona-se no segundo capítulo, “Análise da Paisagem Cultural por meio da Imigração Germânica no Rio Grande do Sul”, um breve contexto histórico dos motivos que englobaram a vinda de imigrantes germânicos para o Brasil, a abertura das primeiras colônias para o assentamento dos primeiros grupos, leis que tinham como interesses questões de terras, adaptação e alteração do espaço geográfico motivado pela abertura de picadas, roças e habitações. Abarca também a descrição do viajante francês Àrsene Isabelle sobre o desenvolvimento de São Leopoldo como colônia modelo e referência que serviu para fomentar a abertura de novos núcleos coloniais, e também a passagem do servidor Oscar Canstatt, em Nova Petrópolis na década de 1870. Assim como as obras artísticas do pintor rio-grandense Pedro

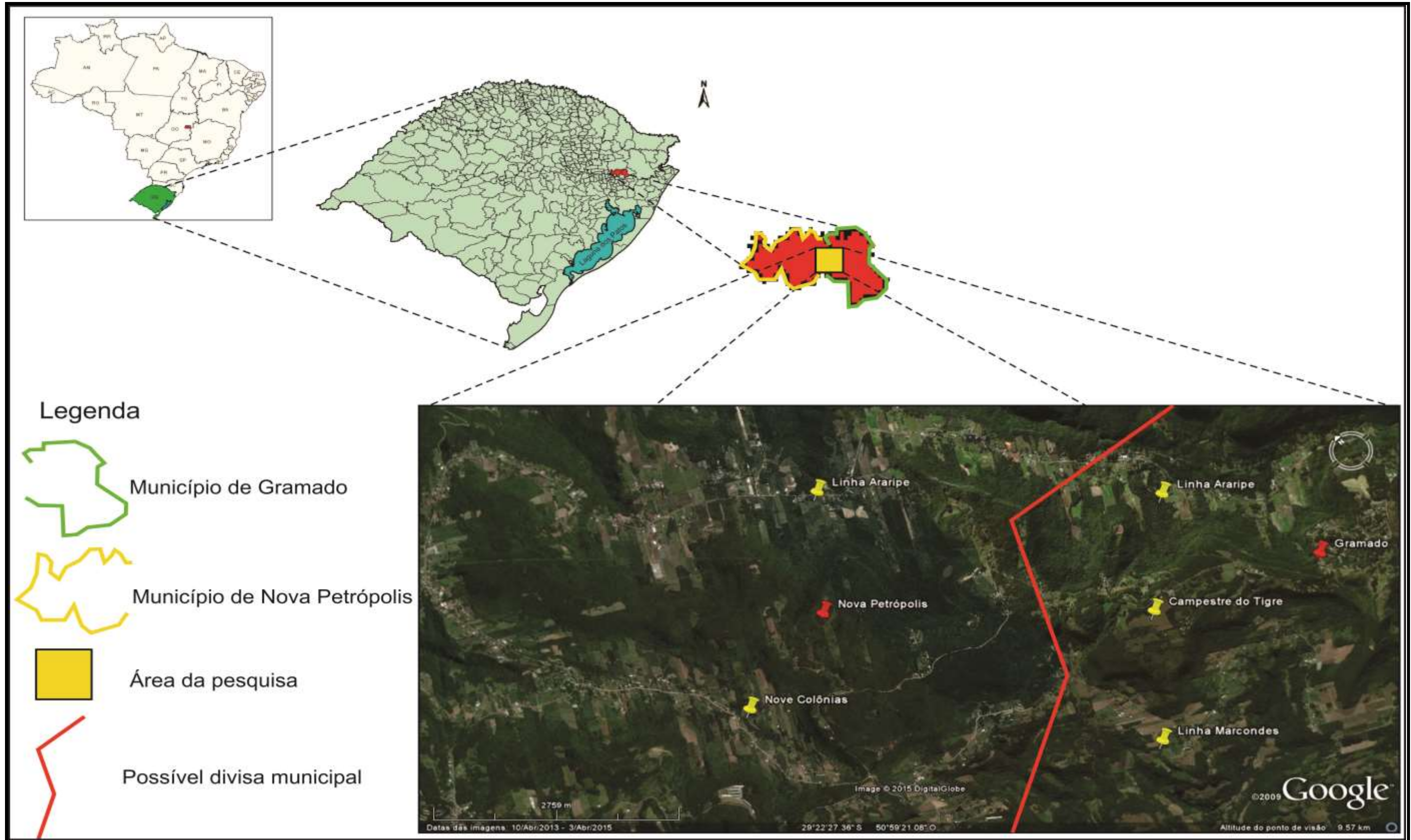
Weingärtner, que procurou retratar, através de suas observações e descrições, dentro do contexto histórico no final do século XIX, a imigração e os assentamentos dos colonos em áreas de florestas e a dura realidade no novo ambiente, como explicitadas nas obras “*Tempora Mutantor*” (1889) e “*Paisagem Derrubada*” (1898).

Outro ponto a tratar, ainda no segundo capítulo, refere-se às observações de Virgínia Elisabeta Etges (2000) sobre os apontamentos de Leo Weibel (1888-1951), realizados por volta de meados do século XX em locais de áreas rurais no Brasil. Entre os locais percorridos para a sua pesquisa, contempla-se a região sulista onde foram assentados imigrantes europeus. Dentro do conceito de paisagem cultural, segundo Etges (2000), Weibel estruturou três fases para um desenvolvimento satisfatório no meio rural, assim como a construção da paisagem, que primeiro é constituída em paisagem econômica para, posteriormente, em paisagem cultural.

O terceiro capítulo, “Modificação da Paisagem por meio da Imigração Germânica na antiga Colônia Provincial de Nova Petrópolis do Império Brasileiro”, apresenta um breve contexto histórico de ocupação do atual município de Nova Petrópolis/RS. Pontua-se também os primeiros locais abertos destinados à ocupação alemã e outras formas culturais distintas, as manifestações culturais nas localidades pesquisadas de Nove Colônias, Linha Marcondes, Linha Araripe e Campestre do Tigre. Essas localidades ainda preservam alguns modos e costumes, lembranças e memórias atribuídas em determinados elementos que compõem a paisagem, tais como casas, organização da propriedade, plantas exóticas e cerimônias tornam esses lugares, de certo modo, familiar para as gerações contemporâneas. Conforme as localidades citadas, na figura 4 aprecia-se a localização de Nova Petrópolis e Gramado³, no estado do Rio Grande do Sul e o recorte geográfico da área analisada.

³ Explicita-se o município de Gramado no mapa porque parte da área pesquisa configura-se em seu território desde a emancipação político-administrativa, que ocorreu em 1954. Antes desta data, estas terras pertenciam a Nova Petrópolis, que era distrito de São Sebastião do Caí.

Figura 4: Mapa de localização da área analisada.



Fonte: Google Earth, 2015. Elaborado por Peters.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM CULTURAL

Neste capítulo, tem-se a pretensão de fazer uma análise sobre o conceito de paisagem abordado por alguns autores e, por meio das suas teorias, realizar observação das mudanças no ambiente envolvendo as ações antrópica. Mencionam-se também obras artísticas que são consideradas como marco inicial referenciando a paisagem e órgãos regulamentadores de incentivo à proteção e criação de cartas que autenticam espaços que possuem valor cultural ímpar de cunho local e mundial.

2.1. Reflexões sobre o conceito de paisagem

As atividades humanas que motivaram ações na modificação da paisagem natural em paisagem cultural são tidas como objeto de estudo para os geógrafos há várias décadas, mas, de fato, a geografia cultural teve seu afloramento no findar do século XIX na comunidade intelectual europeia. Esse interesse, segundo Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa (1999), está ligado à diversidade dos efeitos da ação humana sobre as regiões habitadas. Como resultado das práticas humanas, as paisagens naturais modificadas passaram a ser alvo de estudo por geógrafos e historiadores no século XX, sendo denominadas de paisagens culturais.

Segundo Milton Santos (2014, p. 68), entende-se por paisagem, no sentido mais clássico, toda dimensão geográfica que se pode visualizar, podendo ser constituída por elementos naturais e/ou culturais. Sendo definida como domínio visível, é feita de forma seletiva, pois cada indivíduo é único, assim, pode apresentar várias versões do mesmo cenário.

A concepção de paisagem surgiu, inicialmente, com as obras de pinturas, passando para a literatura do período renascentista europeu, entre os séculos XV e XVI, que perdurou até o século XVIII. Entre os pintores, Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (2001) menciona que os flamengos destacaram-se em ressaltar a natureza,

primeiramente de forma selvagem, posteriormente como uma natureza bucólica e harmônica.

Nessa época, os pintores procuravam retratar a natureza idealizada e romanceada como um jardim do éden⁴, assim como a valorização do território como algo belo e/ou explicitar numa forma saudosista uma paisagem que não existia mais. Desse modo, a estética iconográfica da paisagem correspondia ao belo, motivo que gerou interesse nas pessoas em apreciar a natureza com outro olhar, ou seja, contemplá-la como algo divino. Em alguns casos, a pintura retratava uma porção da natureza elegida pelo observador, uma representação quase que fiel da realidade.

Sendo assim, por meio do imaginário da sociedade ocidental renascentista, Maria Tereza Duarte Paes Luchiari afirma que:

A partir do século XVI, a noção de paisagem emerge das novas técnicas de pintura e se expande para a literatura. A paisagem não possuía um sentido de unidade; era o sentimento de natureza, reproduzida como um éden em jardins fechados, a que ela remetia. (LUCHIARI, 2001, p. 14)

Já para Costa e Primon (2014⁵), “[...] essa manifestação artística teria desempenhado papel importante para o desenvolvimento de códigos estéticos de apreciação da natureza, com a aproximação do homem com o mundo natural [...]”. Desse modo, Luiz Costa de Souza Cavalcanti (2014) coloca que as belezas cênicas dos lugares transmitiam uma concepção puramente estética da paisagem. Essa concepção de paisagem era apenas um recorte da dimensão dentro da Geografia. Percebe-se que a ideia não era representar um todo, mas sim registrar cenas bucólicas das manifestações de determinado grupo e/ou a natureza em seu estado “virgem”, como pode-se visualizar na figura 5.

⁴ A iconografia idealizada como “Jardim do Éden”, o paraíso, pode estar vinculada ao valor teológico medieval, pois, por meio dela, representava-se a doçura da comunicação com o universo celestial, o céu. A explicitação de um mundo sublime nas pinturas de quadros e/ou vitrais das catedrais, tinha como interesse ensinar aos homens a glória do poder divino. CALAINHO, Daniela Buono. *História Medieval do Ocidente*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. p.109.

⁵ Citação retirada do texto em que não há indicação de página: “PAISAGEM CULTURAL: novas leituras do patrimônio cultural?”, autoria de: COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/32/paisagem-cultural-novas-leituras-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Figura 5: Fazenda na floresta, 1662, do pintor holandês Meyndert Hobbema, pode ser considerado um exemplo de valorização de uma paisagem bucólica. Óleo sobre tela, 82 x 103 cm. Museu do Louvre, Paris.



Fonte: Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~coorhis/daniel/ospaisagistasholandesesdoseculovii.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

Representadas nas pinturas e literatura, Rafael Ribeiro (2007) menciona que as paisagens idealizadas são a representação do mundo visível do espectador. Ao fazerem essas observações, os indivíduos também aguçam a sensibilidade e passam a conhecer e expressar sentimentos a partir do mundo exterior.

Seguindo a linha teórica, a ideia de paisagem foi apresentada e utilizada de forma variada em seus múltiplos significados por diversas culturas, relatos⁶ e descrições, artes (poesias e representações visuais). Considerando isso, Cavalcanti descreve que:

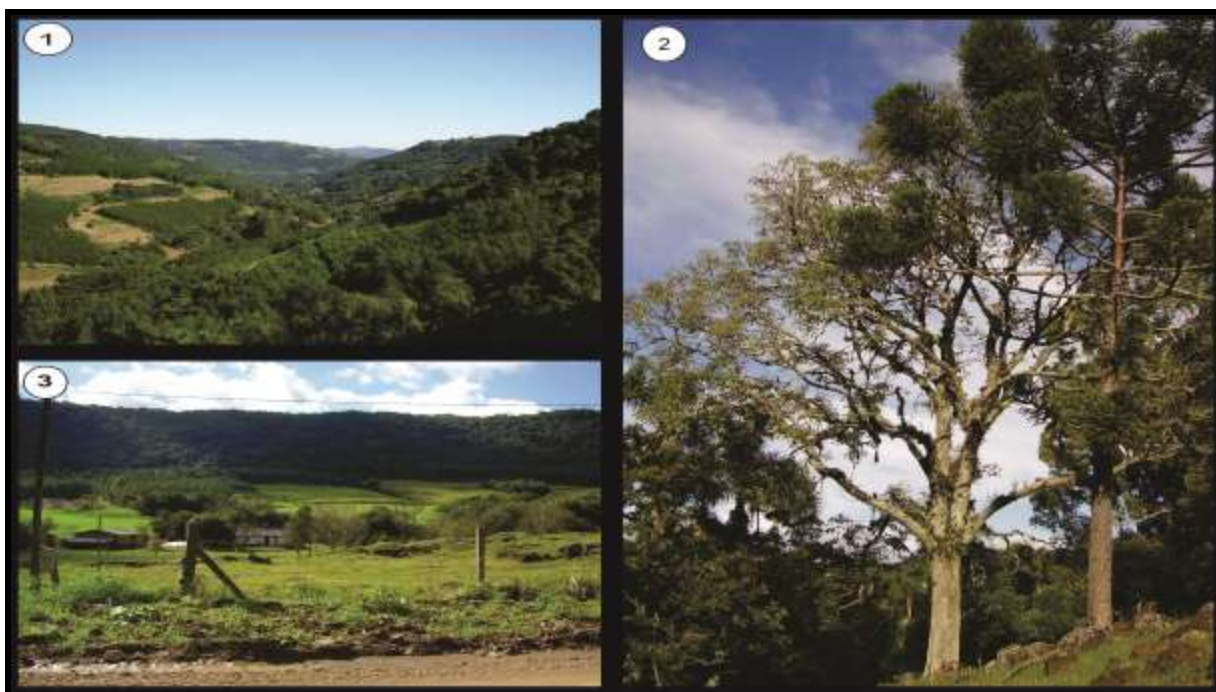
Essas diferentes concepções resultam de tradições distintas do pensamento geográfico, que compõem sistemas teóricos diferenciados, razão pela qual é difícil dizer qual delas está certa, a menos que se proceda a uma abordagem historiográfica, buscando-se as raízes conceituais. (CAVALCANTI, 2014, p. 13)

⁶ Referente aos relatos, pode-se ter uma ideia com a Carta de Pero Vaz de Caminha (1500), quando os portugueses aportaram em terra tupiniquim, Brasil. Na carta, escrita então para o rei de Portugal, D. Manuel, Caminha faz uma descrição detalhada da viagem e um inventário sobre a nova terra encontrada, exaltando a beleza geográfica, flora, fauna e os nativos, assim como as vantagens e riquezas. (IPHAN, Carta de Pero Vaz de Caminha). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Desse modo, a paisagem é formada dentro de um processo e função que se apresenta com múltiplos significados distintos. É contemporânea ao momento histórico em que está inserida, no qual se articulam elementos naturais, econômicos e culturais.

A paisagem é indicadora de conteúdo vivo e de processos dinâmicos, que estão em constante atividade. Essas atividades podem estar relacionadas a elementos geográficos como: físico, que engloba o relevo (plano e/ou acidentado e hidrográfico); biológico, que está atrelado à fauna e à flora; e antropizado, que está relacionado às manifestações humanas. Na figura 6, pode ser observados alguns desses elementos geográficos que compõem a paisagem.

Figura 6: Paisagem 1, localizado na atualidade em Linha Marcondes, município de Gramado/RS; Paisagem 2, localizado na atualidade no Campestre do Tigre, município de Gramado/RS; e Paisagem 3, localizada em Nove Colônias, município de Nova Petrópolis/RS.



Fonte: Acervo particular Peters, primavera de 2012 e verão de 2014.

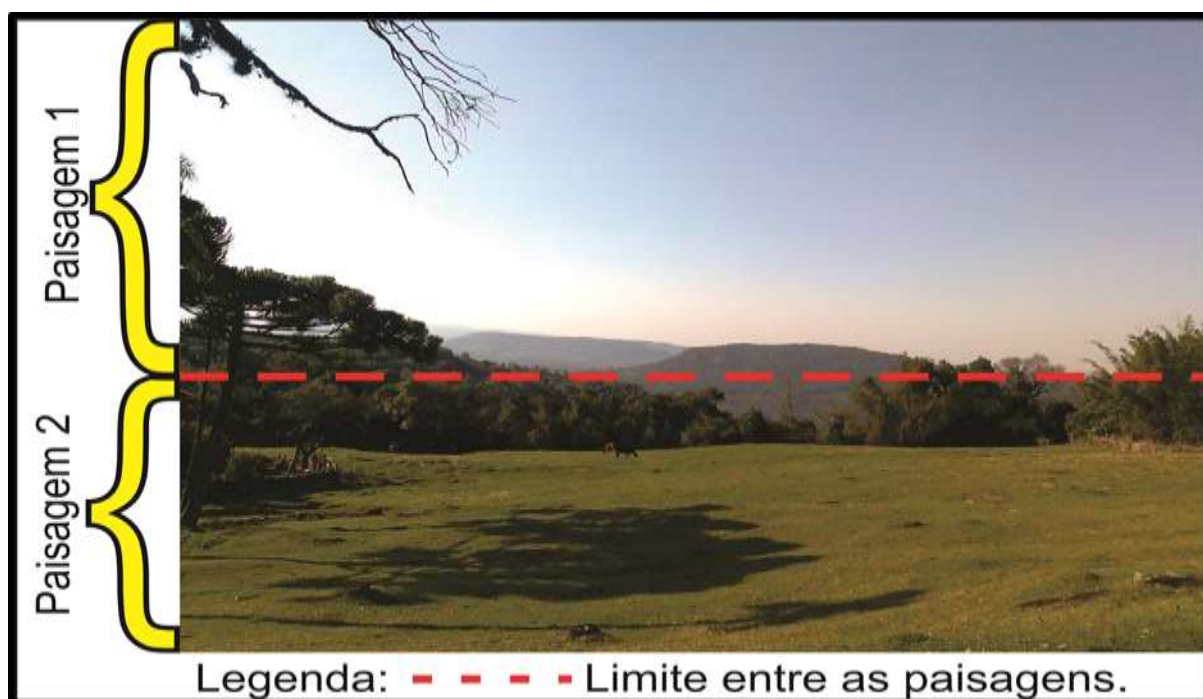
Na figura 6, parte 1, a paisagem apresenta um relevo geográfico acidentado, constituído por um vale com vegetação nativa e focos de silvicultura. Na parte 2, o meio biológico florístico apresenta um mosaico de vegetação (araucárias, ipê-amarelo, jerivás, etc.). Já na parte 3, a paisagem apresenta um espaço geográfico

antropizado, com elementos como: estrada, cerca, pastagem, unidades habitacionais, roças, silvicultura, etc.

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997, p. 305), o conceito de paisagem pode ser dividido em paisagem natural e paisagem cultural. A forma de distinção de uma para outra se dá conforme sua conjuntura, isto é, se foi ou não transformada pela ação humana. Pode-se entender então que paisagem natural é aquela que ainda não foi alterada de forma significativa por qualquer ação antropóide, estando sua condição integrada ao ritmo do meio ecológico. Já a paisagem cultural é aquela onde estão expressas as atividades humanas, ou seja, a presença de elementos culturais que podem expor as manifestações materiais e imateriais de determinado grupo ou sociedade.

Por meio do conceito de Teixeira da Silva (1997), na figura 7 pode-se visualizar, de um mesmo ponto, duas paisagens, sendo uma formada por elementos naturais, paisagem 1, ao fundo, que apresenta uma geografia acidentada, morros florestados. A paisagem 2, primeiro plano, apresenta elementos culturais como área de pastagem, cercas de taipa e criação de gado vacum.

Figura 7: Mosaico geográfico e ecológico, localizado no Campestre do Tigre, divisa entre Gramado e Nova Petrópolis/RS.



Fonte: Elaborado e acervo particular Peters, inverno de 2015.

Partindo desse entendimento, a paisagem não deve ser percebida como algo inerte, mas sim, como produto que sofreu atividade humana no espaço, sendo transformado de acordo com os interesses econômicos, social e cultural. Assim, desse agrupamento, Milton Santos faz a seguinte observação:

[...] a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se faz um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, eles vão responder diferente às demandas sociais. (SANTOS, 2014, p. 72-73)

A descrição de Milton Santos (2014) a respeito das alterações do espaço⁷ demonstra as diferentes formas de ocupação e tecnologias para a adaptação de determinado grupo étnico ao longo do tempo. Eunice Sueli Nodari confirma que “[...] estamos cientes de que grupos étnicos têm formas distintas de interagir com o ambiente e que suas ações modificam ecossistemas, com impactos de curta, média e longa duração” (NODARI, 2012, p. 35).

Considerando isso, dentro da concepção de paisagem cultural, Milton Santos ainda afirma que:

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudanças. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, porque formada por elementos naturais e artificiais. (SANTOS, 2014, p. 74)

As formas de interação do indivíduo na paisagem são muito mais que imagens da natureza, são construções e identidades que, expostas ao ambiente, acabam disponibilizando fontes materiais que permitem ao homem perceber a ocupação de determinada região e época, isto é, os espaços construídos e agenciados pelos seus habitantes e as modificações ocorridas ao longo do tempo em áreas rurais e/ou urbanas. Nesse sentido, Luchiari menciona que:

⁷ A palavra “espaço” possui muitos significados. Aqui o sentido da palavra representa o local de ação dos indivíduos, isto é, as áreas modificadas conforme os interesses individual ou coletivo de determinado grupo cultural. Milton Santos (2006, p. 67) acrescenta que o espaço por possuir múltiplas parcelas e, por meio do seu uso, constitui um conjunto de valores no momento atual, porque é nele que ocorrem ações do presente que acabam substituindo ações do passado.

Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas. (LUCHIARI, 2001, pag. 13-14)

Nesse panorama, revela-se que toda intervenção e manifestação humana na paisagem acaba construindo elementos históricos e culturais que permitem conhecer e compreender determinado espaço e seus habitantes. Inserido na paisagem cultural, segundo Milton Santos (2014), cada espaço estudado deve ser visto num todo, pois os elementos que o compõem são indissociáveis, ou seja, os elementos geográficos naturais e sociais estão gradualmente transformando-se.

Dentro dos estudos geográficos, o estudo da paisagem começou a ser abordado de forma mais direta por viajantes, pesquisadores e exploradores a partir do século XIX que, ao percorrerem regiões distintas, catalogavam espécies da fauna e flora, assim como registravam a morfologia da paisagem.

Entre os pesquisadores, segundo Rafael Winter Ribeiro (2007), destaca-se o germânico⁸ Alexander von Humboldt (1769-1859), que mesmo antes de a geografia ser considerada disciplina acadêmica, é tido por muitos como um dos precursores dos estudos da paisagem a partir de uma visão naturalista. No final do século XVIII e início do XIX, suas pesquisas estavam voltadas para a América do Sul e Central. Ribeiro pontua que:

Humboldt inspirou na ciência geográfica que nascia o objetivo de estudar a fisionomia natural exclusiva de determinadas porções da Terra. Assim, em Humboldt, segundo o espírito toda *Naturphilosophie* alemã, a paisagem é entendida como a imagem da natureza em seu caráter totalizante. Dentro dessa tradição, a paisagem passa a ser tomada como um dos centros da atenção para muitos daqueles que reforçam o caráter sintético dos estudos de geografia, influenciando os trabalhos da geográfica clássica, finalmente institucionalizada academicamente, do final do século XIX.
(RIBEIRO, 2007, p. 17-18)

Percebe-se que a influência de Alexander von Humboldt começou a nortear o conhecimento científico da natureza à sua contemporaneidade. Para Ribeiro (2007), Humboldt ofereceu a base para as primeiras pesquisas e definição de paisagem para a geografia moderna, que surgiu no final do século XIX. A paisagem como

⁸ O uso do termo “germânico” é porque a Alemanha, antes da década de 1870, não existia, ainda, como uma república. Era formada por diferentes estados da Confederação Alemã como a Prússia Ocidental, Mecklenburgo, Hamburgo, Oldenburgo etc., sistemas políticos independentes e diferenciados (TRAMONTINI, 2004, p. 116).

objeto de análise da Geografia passou a oferecer um amplo campo para o estudo dos componentes naturais e culturais.

Portanto, dentro dos estudos geográficos, a paisagem passou a ser entendida como parte de um contexto territorial, isto é, o modo como é analisada, descrita e percebida. Pesquisadores passaram a utilizá-la como ferramenta para compreender as manifestações culturais e sociais no espaço, conforme menciona-se no próximo tema.

2.2. A paisagem cultural como ferramenta para a compreensão da manifestação humana no espaço

A concepção de paisagem na Geografia surgiu por meio das observações de áreas visualmente homogêneas até final do século XIX. Após as observações envolvendo os estudos das paisagens, essas passaram a serem de forma heterogênea, pois a paisagem engloba o conjunto de fatores naturais e artificiais, como aborda Milton Santos:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções, e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial. (SANTOS, 2014, p. 71)

Dentro dessa lógica, busca-se um modo de entender a paisagem por meio dos significados e reflexões diante das manifestações humana na natureza. Nesse contexto, inserem-se as questões econômicas e culturais de cada grupo e/ou sociedade, que pode conferir ao lugar padrões de práticas sociais e também de que lhes é familiar.

Sobre as questões referentes às modificações da natureza pela ação antrópica, o estudo da paisagem desencadeia revelações e transformações

importantes, conforme alguns pesquisadores que trabalham e abordam o conceito de paisagem cultural. Diante disso, Maciel e Lima⁹ mencionam que:

[...] pode-se dizer que a origem do termo paisagem é muito mais antiga do que se pode imaginar, sendo que o mesmo é empregado há mais de mil anos por meio da palavra alemã *landschaft* (paisagem) [...] o histórico-linguístico do conceito de paisagem surge por volta do século XV, quando ocorre um distanciamento entre o homem e a natureza, e a possibilidade de domínio técnico suficiente para poder apropriar-se e transformá-la. [...] foi no século XIX que ocorreu a transformação do conceito de paisagem, com os naturalistas alemães, dando-lhe um significado científico, transformando-se em conceito geográfico (*landschaft*) derivando-se em paisagem natural (*naturlandschaft*) e paisagem cultural (*kulturlandschaft*). (VENTURI, 2004, *apud* MACIEL e LIMA, 2011, p. 160)

Segundo Paul Claval (2001), os estudos da paisagem cultural e/ou geografia cultural tem seu nascimento no início do século XX com pesquisadores alemães e franceses, os quais serviram de fontes para os estadunidenses.

Entre os pesquisadores que se destacam na Alemanha referente à pesquisa da paisagem cultural está Otto Schlüter (1872-1959). Conforme Ribeiro (2007, p. 18), Schlüter foi um dos primeiros a mencionar os termos “geografia cultural”, “paisagem natural” e “paisagem cultural”, que originou a morfologia da paisagem cultural. Seus estudos estavam voltados aos assentamentos humanos, casas, campos, cercados, etc. Para ele, a paisagem podia ser moldada pelas forças da natureza e pela vida, assim como pela ação antrópica. Esses estudos constituem o que outros entendidos do assunto chamam geralmente de *Landschaft*¹⁰ e *Kulturlandschaft*¹¹.

Na França, Vidal de La Blache (1845-1918) é considerado um dos maiores expoente das pesquisas sobre geografia cultural, cuja análise de seus estudos contrastava com as pesquisas realizadas do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904)¹². As pesquisas de La Blache partem das influências do meio ecológico

⁹ MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. *Sociedade e Território*, Natal, v. 23, nº 2, p. 159 - 177, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://ufn.emnuvens.com.br/sociedadeeterritorio/search/titles?searchPage=4>>. Acesso em: 25 jun. 2015

¹⁰ *Landschaft* Pode representar paisagem e região, conceito criado na segunda metade do século XIX pelos geógrafos físicos alemães. Disponível em: < <http://www.funape.org.br/geomorfologia/cap6/>>. Acesso em: 29 de out. 2015.

¹¹ *Kulturlandschaft*: termo criado por Otto Schlüter para representar a paisagem modificada pela ação humana.

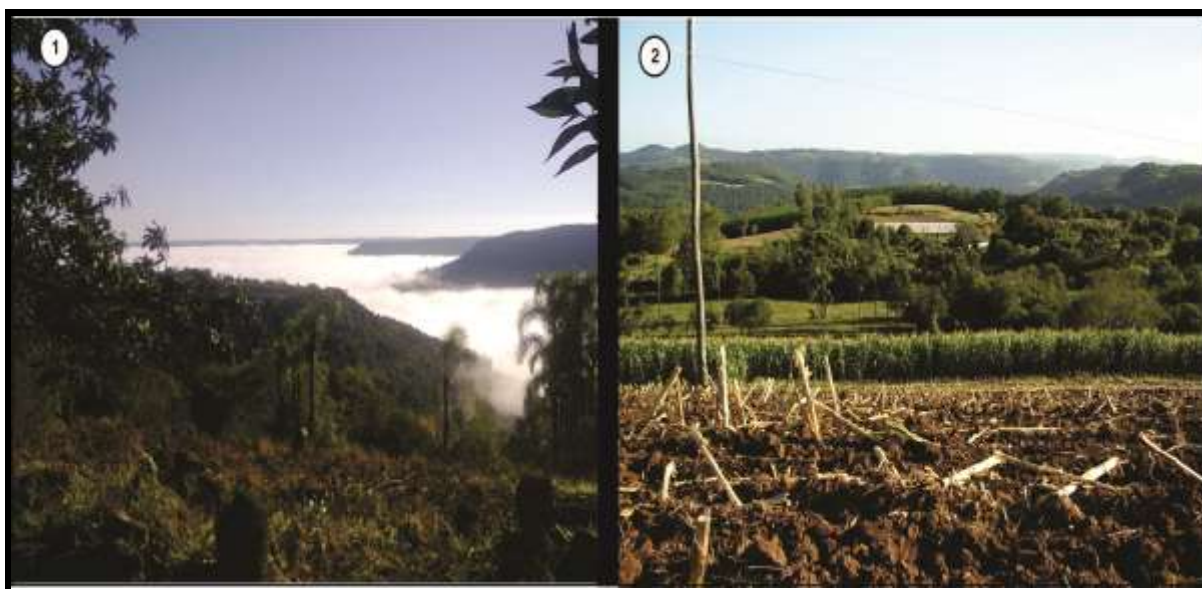
¹² Os estudos de Friedrich Ratzel estavam baseados no determinismo geográfico, sendo esse conceito aplicado por ele mesmo para justificar as influências naturais e físicas do meio ambiente ao homem. Vidal de La Blache contrapusera a teoria do determinismo de Ratzel, mencionando que

sobre as sociedades humanas e também das técnicas e instrumentos que os homens confeccionavam para modificar seu ambiente de acordo com suas necessidades.

Segundo Almeida (2014)¹³, para La Blache, o homem era percebido como um ser ativo, que age de acordo com o ambiente, que pode atuar e transformar segundo suas necessidades. As pesquisas de Vidal colocaram por terra o determinismo geográfico das escolas francesas influenciadas pela teoria de Ratzel. O meio geográfico não determina as ações antrópicas, mas pode oferecer possibilidades para que haja uma inter-relação entre indivíduo e o meio natural.

Para Paul Claval (2010), segundo as pesquisas realizadas por La Blache, a natureza não determina, ela abre possibilidades ao homem desenvolver estratégias, criar soluções e utilizar as técnicas que domina e/ou inovar. Dentro dos estudos da paisagem, Vidal de La Blache procurava não solidificá-la, pois há realidades geográficas distintas que se mostram estáveis ou se desenvolvem lenta e gradualmente, conforme pode-se compreender na figura 8.

Figura 8: Paisagens agrárias das localidades de Campestre do Tigre (1) e Linha Marcondes (2), ambas na divisa entre Gramado e Nova Petrópolis.



Fonte: Acervo particular Peters, verão de 2014.

os elementos físicos geográficos não exerciam influência determinativa, mas que poderia oferecer possibilidades.

¹³ ALMEIDA, Alberto Alexandre Lima de. Revisitando os significados de paisagem à luz das abordagens do pensamento geográfico. Revista Geografar - Curitiba, v.9, n.2, p.104-120, dez./2014. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/38010>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Observando a figura 8, nas duas áreas fotografadas, percebe-se que há diferenças. Na parte 1, há área de uso de tração animal para trabalhar o solo, localizado no Campestre do Tigre, incorporado ao município de Gramado/RS, a partir de meados da década de 1950, pois não é propício para o uso de maquinário agrícola devido à geografia acidentada e alguns afloramentos rochosos¹⁴. Já a parte 2, há área de uso de maquinário agrícola para trabalhar o solo, conhecido também como terra mecanizada, localizado Linha Marcondes, também incorporado ao município de Gramado/RS, pois o local é favorável, permitindo uma larga escala de cultivo.

Sendo assim, com base na teoria de La Blache, os dois ambientes analisados disponibilizam modos diferenciados para atividade humana, permitindo num ponto ferramentas moderna (mecanização-motorização) e no outro, ferramentas compatíveis à condição do terreno (uso do arado e enxada). As marcas impressas em cada porção de espaço provocadas pelas atividades humanas geram determinadas reflexões sobre a construção da paisagem.

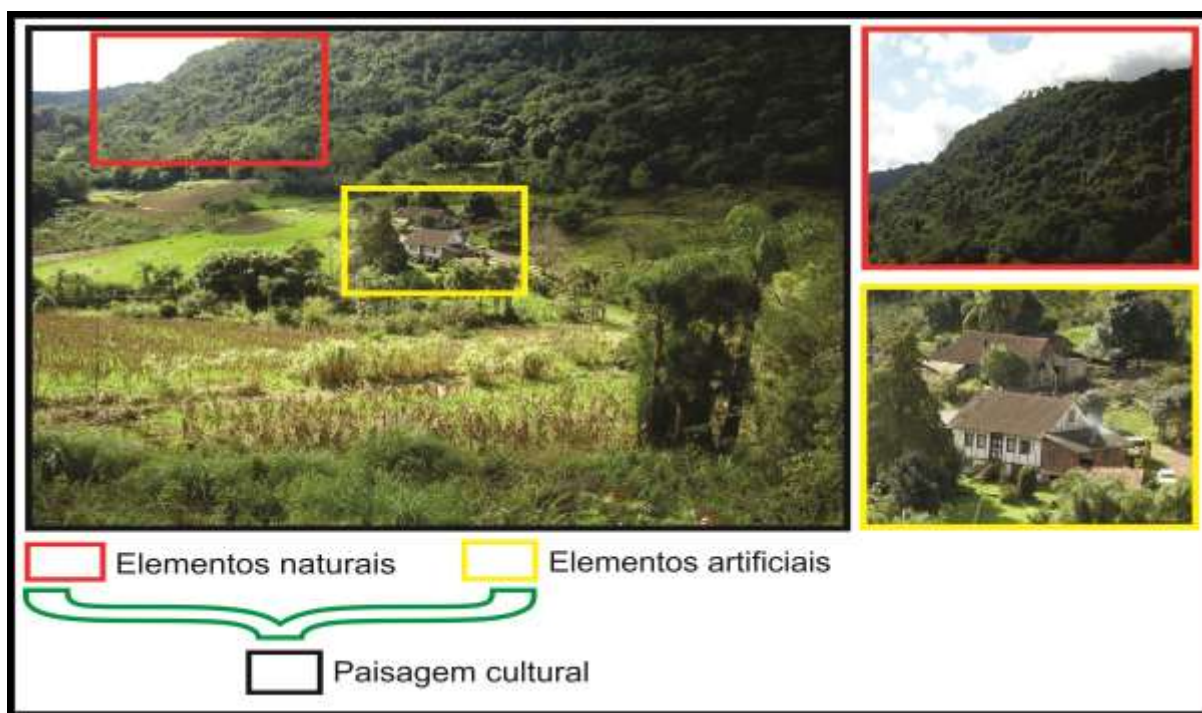
Nos Estados Unidos, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) fundou a escola de Berkeley para direcionar os estudos e pesquisas sobre cultura e espaço com fundamentos nas teorias dos pesquisadores europeus, entre eles franceses e alemães. De 1910 até a Segunda Guerra Mundial, esses estudos eram ignorados pela academia estadunidense. Os pesquisadores da geografia determinista procuravam dar ênfase apenas à coleta de dados e às representações cartográficas com duas legendas, uma de forma natural e a outra de forma cultural. Segundo Corrêa (2001, p. 11-12), Carl Sauer tinha um grande interesse pela história, que era um dos motivos a rejeitar o determinismo ambiental a que foi exposto enquanto estudante nas universidades dos Estados Unidos por volta da segunda década do século XX.

A aproximação de Sauer com antropólogos e historiadores resultou em conhecimentos e estudos morfológicos da paisagem, no qual a paisagem é constituída em partes de matéria viva, que se submete às várias mutações conduzidas pelos homens, isto é, construções de casas, estradas e campos cercados, etc. Sendo assim, segundo Corrêa (2001), para Sauer, a paisagem é

¹⁴ Afloramento rochoso: rochas que aparecem na superfície quando a erosão remove partes do piso natural – parte de uma área com pequenas rochas e vegetação rasteira, média e/ou alta que encobrem o solo. Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. IBGE, 2ª ed., Rio de Janeiro, 2004.

junção dos recursos naturais com expressões culturais, ou seja, elo entre elementos naturais e artificiais. Na figura 9, pode-se perceber essa sua teoria.

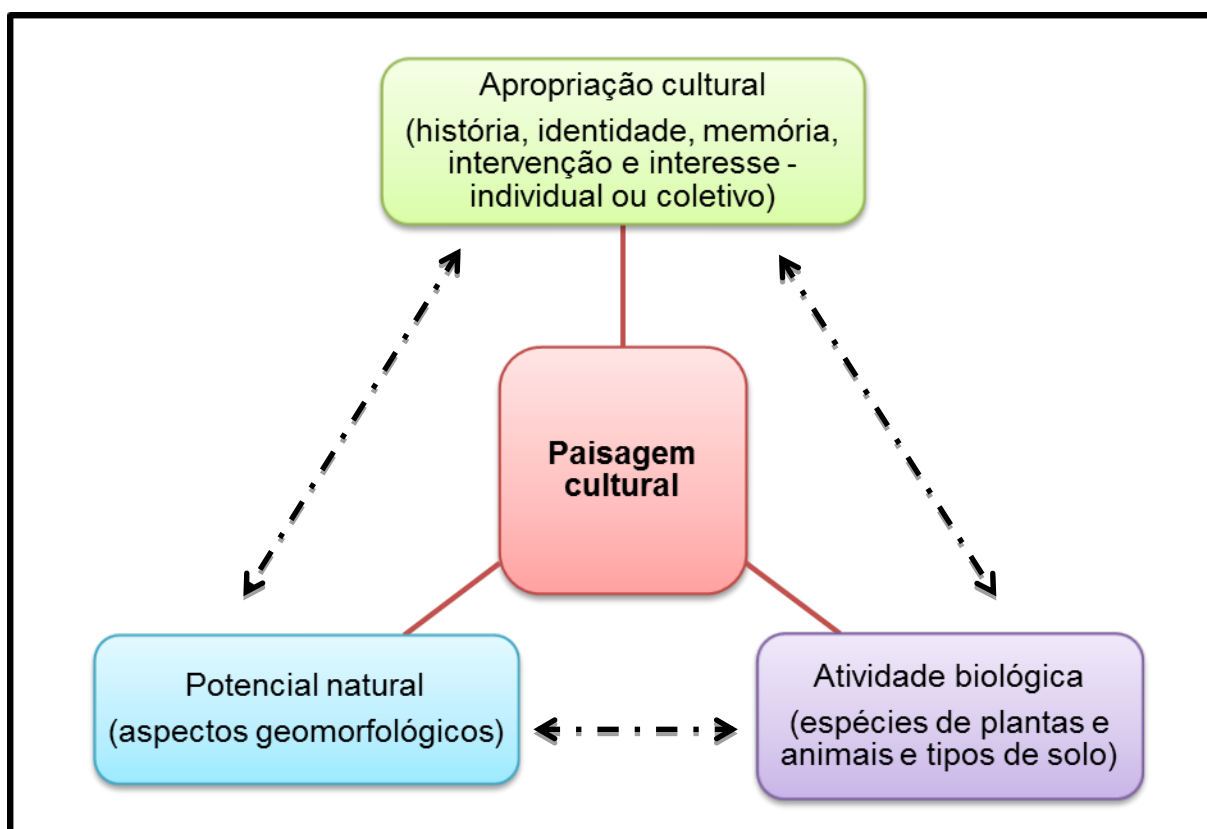
Figura 9: Junção dos elementos naturais com artificiais que, conforme a manifestação étnica, desenvolveu-se uma paisagem cultural na localidade de Nove Colônias, Nova Petrópolis.



Fonte: Elaborado e acervo particular Peters, verão de 2014.

Ao observar de forma detalhada uma determinada paisagem, é possível perceber as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e/ou em diferentes períodos do mesmo ano. Essas mudanças podem ocorrer tanto de forma natural como modificações que tem envolvimento das atividades humanas. Segundo Cavalcanti (2014), as ações que aconteceram no decorrer do tempo, tanto longo ou curto, é denominado de funcionamento da paisagem. Tais ações podem ser provocadas tanto de forma natural como antrópica. Dentro desse funcionamento da paisagem, há um conjunto de fatores interligados conforme modelo da figura 10.

Figura 10: Forma simplificada da construção da paisagem cultural entre o ser antrópico e o natural.



Fonte: Elaborado por Peters, modificado de Cavalcanti (2014).

Rafael Winter Ribeiro (2007) menciona que foi somente nos EUA, com Carl Sauer, que a geografia cultural ganhou uma posição independente dentro dos estudos da geografia em que o conceito de paisagem tinha seu espaço de destaque. Assim como Vidal de La Blache, Sauer também criticava o determinismo ambiental e afirmava a geografia como história espacial da cultura. No ano de 1925, publicou um trabalho “The morphology of Landscape¹⁵” que logo se tornou referência nos estudos da geografia.

Os estudos de Sauer fundaram um novo olhar sobre as pesquisas referente à paisagem, a qual, segundo seu entendimento, deveriam então ser analisadas as formas físicas e culturais, pois a ação humana exerce poder modificador no meio ambiente. Abordando suas contribuições, o estudo da paisagem cultural representou uma ruptura em relação ao determinismo ambiental e/ou geográfico. Pode-se

¹⁵ Na obra “Morfologia da Paisagem”, Carl Sauer contextualiza os pesquisadores da geografia determinista, que acreditavam no poder transformador que a natureza exercia sobre o modo de vida do homem.

mencionar que Carl Sauer está entre os primeiros pesquisadores a estudar a paisagem de forma integrada e é considerado como uma das matrizes da geografia cultural moderna (Roberto Lobato Corrêa, 2001). Seus estudos passaram a influenciar pesquisadores de diversos lugares, inclusive no Brasil.

2.3. Estudos da paisagem cultural brasileira como patrimônio cultural

Os estudos referentes à paisagem cultural e sua proteção passou a ganhar mais suporte e destaque a partir da década de 1970. Em 16 de novembro de 1972, foi realizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e aprovada na Reunião de Paris, a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, que estabelecia a inscrição de bens como patrimônio mundial. Conforme a Convenção, os bens elencados eram inventariados e classificados para serem inscritos de acordo com os valores atribuídos, ou seja, poderiam ser classificados como patrimônio natural ou patrimônio cultural (Ribeiro, 2007).

Cabe ressaltar que a paisagem como objeto de estudo e preservação no plano internacional já havia sido mencionada na década de 1930. A Carta de Atenas de 1931, elaborada durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, mencionava a preocupação com a ambientação de determinados bens culturais. De acordo com o documento, há a seguinte afirmação:

Art. 3. A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas percepções particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados. (IPHAN, CARTA DE ATENAS 1931, p. 2).

O documento alertava que certos conjuntos, como monumentos, plantações e ornamentações vegetais convenientes, deveriam ser preservados com o objetivo de preservar as características originais do bem patrimonial selecionado.

No ano de 1972, a ONU (Organização das Nações Unidas) organizou um evento conhecido como a Primeira Cúpula da Terra em Estocolmo, Suécia, em que

foram discutidas questões de preservação referentes ao meio ambiente. As discussões envolviam as questões culturais e naturais, pois os dois conceitos eram percebidos de forma única e, dentro desses estudos, entendia-se que o cultural tem sua fundamentação no natural e, por meio do cultural, analisa-se e compreende o natural.

Após vinte anos, em 1992, foi organizada a segunda cúpula da Terra, em território brasileiro, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO 92, ou Rio 92. Nesse segundo encontro, as questões estavam voltas à paisagem cultural, ou seja, aos impactos socioambientais articulados pela introdução de atividades econômicas em áreas de valor ímpar, de beleza cênica e cultural, resultado de vários anos de adaptação humana ao meio ambiente. Foi a partir do período da conferência da Eco 92 que os estudos referentes à paisagem cultural passaram a ter mais visibilidade e destaque por meio das pesquisas e preservação no Brasil. Dessa forma, passando dentro do contexto das Conferências, Ribeiro menciona que:

Na perspectiva europeia (*sic*), a partir de sua qualidade de documento, o território inteiro deve ser considerado como um grande arquivo de história do homem, bem como da natureza. Igualmente, o território é um palimpsesto, isto é, um documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação. (RIBEIRO, 2007, p. 58)

No Brasil, a conservação e proteção das expressões culturais, independente do grupo étnico, é assunto tratado há mais de meio século. Para Ribeiro (2007), a paisagem tratada como patrimônio cultural variou no decorrer dos setenta anos de constituição. A Constituição de 1937, artigo 134, menciona que:

Art. 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Até a década de 1980, o conceito de paisagem cultural estava atrelado ao de patrimônio cultural. A partir da década de 1990 e intensificada após o ano de 2000, ocorreu uma série de ações que tinham como interesse incorporar a paisagem como

um bem patrimonial por meio de novas abordagens para qualificação de paisagem cultural.

Para Lobato Corrêa (1999), a redefinição de áreas culturais brasileiras está em andamento e ampliar-se-á no decorrer do século XXI. Para esse período, devido à heterogeneidade cultural do Brasil, Corrêa (1999) também menciona alguns temas para a pesquisa, tais como: a paisagem rural brasileira como produto e, ao mesmo tempo como matriz cultural; a percepção e avaliação do impacto ambiental por parte dos diversos grupos sociais; as trocas de mercadorias através das feiras e comércio itinerante; as múltiplas manifestações religiosas, delimitando espaços sagrado e profano; o linguajar regional; a cultura popular e suas variantes; os contatos e conflitos étnicos provindos do processo inter-regional; a interpretação de obras como literárias, música, pintura e cinema que mencionam as paisagens e lugares; a distinção e delimitação de áreas culturais.

No ano de 2007, mês de agosto, na cidade de Bagé – RS, um encontro entre pesquisadores e órgãos responsáveis na guarda do patrimônio cultural acabou gerando um documento com 12 artigos para a proteção das paisagens culturais em geral. Batizada como Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, tem como base e amparo o artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Sobre a Carta de Bagé, nos artigos 2, 3, 4, 5 e 7, o documento oferece uma definição valiosa referente à paisagem cultural e fomenta a criação de documentos que validam os locais de interesse como patrimônio cultural conforme artigos abaixo:

Art. 2: A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

Art. 3: A paisagem cultural é, por isto, objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros;

Art. 4: A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural;

Art. 5: Tal certificado deve ter valor de proteção legal, por incluir toda a legislação incidente sobre cada paisagem declarada como paisagem cultural e por envolver todos os órgãos públicos que sobre ela detenham responsabilidade e dos quais será exigido rigoroso cumprimento de suas atribuições;

Art. 7: Cada paisagem receberá um selo de chancela de sua qualidade, sendo designados órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural que, conjuntamente com Prefeituras, Estados e a União, a depender de cada caso e as comunidades residentes em sua abrangência territorial, serão responsáveis por coordenar e controlar o sistema da qualidade, que deve ser documentado na forma de um manual e implementado, considerando as formas de uso e ocupação existentes. (Carta de Bagé, 2007)

Dentro das discussões sobre preservação patrimonial, o conceito de paisagem cultural passou a ganhar força que acabou culminando na publicação da portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que determinou uma nova ferramenta de proteção patrimonial. Denominada como Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, tem como definição regulamentar e preservar local onde está atribuído valores culturais ímpares, conforme explicitados nos artigos:

I - DA DEFINIÇÃO Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - DA EFICÁCIA Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida. Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN. (IPHAN, 2009)

A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira difere-se de instrumento de preservação para tombamento, ela é um selo que certifica o território selecionado por apresentar característica (s) singular (es) e de valor cultural de um espaço, onde estão depositadas as marcas da identidade, modos e costumes de um grupo ao longo do tempo em áreas rurais e/ou urbanas. Para Luchiari, “A paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, num jogo de mosaicos” (LUCHIARI, 2001, p. 56).

Essa reflexão leva em consideração que toda intervenção e manifestação humana na paisagem acabam gerando elementos históricos e culturais que permitem conhecer e compreender determinado ambiente e seus habitantes. Contudo, cabe destacar que nem todos os territórios culturais¹⁶ são agraciados com o termo da chancela. Para isso, são realizados levantamentos de estudos, os quais avaliarão as singularidades materiais de determinada área, valor cultural, relação e dinamismo humano com o meio ambiente. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, como mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural, está vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão que dá respaldo para a proteção e tombamento do patrimônio, tanto de caráter natural como de material e imaterial.

De acordo com Pedro Paulo Funari (et al, 2006), o IPHAN assume papel primordial na tutela do patrimônio cultural nacional. Criado no ano de 1937, início do Estado Novo, que também ficou conhecido como forte período de nacionalização de Getúlio Dorneles Vargas, o IPHAN foi nomeado primeiramente com o nome de

¹⁶ Compreende-se como território cultural um recorte geográfico caracterizado por uma gama de manifestações culturais, podendo ser: arqueológico, arquitetônico, paisagísticos (jardins) e esculturas. Todos esses elementos formam um mosaico dentro do contexto do patrimônio cultural.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que se encarregava da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o estado nacional.

Adotado pela UNESCO no início da década de 1990, o conceito de paisagem cultural é percebido como uma ferramenta para reconhecimento dos bens culturais mundial. No ano de 2012, a UNESCO reconheceu a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural devido ao seu valor paisagístico natural e artificial. Os bens elencados pela UNESCO na cidade do Rio de Janeiro são: o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara. Estão incluídos também: o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo¹⁷.

Segundo Ribeiro (2007), outro ponto a ser considerado, no contexto dos planos de preservação das paisagens culturais é que, no ano de 1995, ocorreu uma convenção entre representantes do meio ambiente europeu (Convenção Europeia da Paisagem), no qual adotaram a Recomendação R(95). Nessa convenção, foram abordadas estratégias políticas aos países integrados para a conservação das áreas de paisagem cultural. Já no ano de 2000, o Conselho da Europa aprovou essas medidas adotadas na Recomendação (R95), que ficou entendida como: a) Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação dos fatores naturais e ou humanos; b) Política da paisagem designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas, tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.

Analisando a Convenção Europeia da Paisagem com a Convenção da UNESCO, percebe-se que as duas diferenciam-se em alguns aspectos. Por meio dessa análise, entende-se que a Convenção da UNESCO atua em escala mundial, isto é, que as manifestações culturais de determinado grupo sejam compartilhadas por toda a humanidade como, por exemplo, o sítio arqueológico das Ruínas de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões/RS. Enquanto isso, a

¹⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em: 20 fev. 2015

Convenção Europeia atua em escala territorial, ou seja, em nível nacional ou local, que estabelece políticas que reconheçam juridicamente a paisagem como um componente importante do ambiente humano, onde estão expressas no ambiente as manifestações culturais e também naturais. Mas, mesmo havendo certas diferenças, ambas convenções tratam o conceito de paisagem cultural como um meio integrador para a compreensão da realidade de determinado espaço, onde percebe-se uma comunhão singular de valor ímpar entre homem e o ambiente natural (Ribeiro, 2007).

Portanto, por meio das manifestações humanas em determinado território é possível ter certo entendimento dos processos de transformações e os diferentes momentos históricos impressos na paisagem, conforme observa Santos:

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. [...] Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. [...] A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. (SANTOS, 2006, p. 67)

Dessa maneira, o estudo da paisagem como objeto transtemporal oferece um amplo espaço para fazer interpretações do presente e do passado, as formas criadas de adaptação e funcionalidade. Nesse sentido, é possível compreender as formas de ocupação do espaço por meio do legado cultural expresso, tanto material quanto imaterial, por determinado grupo étnico.

Entende-se também que a paisagem cultural visualizada num determinado recorte espacial é uma narrativa¹⁸ de processos históricos culturais, no qual estão depositados sentimentos, valores, memória, cores, aromas, utilidades, etc. Sobre a memória, incorporada aos valores históricos culturais expressos na paisagem, Pierre Nora informa que:

¹⁸ Como afirma José D'Assunção Barros, "a narrativa é ainda constituída de uma história (ou de histórias entrelaçadas) não apenas sobre a "ação humana", mas também sobre seus significados". (BARROS, 2013, p. 176)

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 3)

Como percebe-se na descrição de Nora, a história é o passado e a memória presente. Por ela ser atual, mantém viva certas características de um determinado grupo social.

Essa multiplicidade de característica social passa a ser de interesse do campo de pesquisa da história. Incorporado a esse contexto, faz-se a análise da imigração germânica e suas manifestações na paisagem da região serrana, em algumas localidades da antiga colônia provincial de Nova Petrópolis/RS, desde sua ocupação, segunda metade do século XIX, até meados do século XX, conforme será abordado no próximo capítulo.

3 ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL POR MEIO DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL

O foco deste capítulo está voltado à contextualização da imigração germânica para o Brasil, seus motivos e interesses políticos, assim como as alterações na paisagem por meio das atividades agrícolas e os valores culturais depositados e absorvidos no novo território através da interação de formas culturais distintas.

3.1. Breve contexto histórico referente às questões que envolveram a imigração para o Brasil

No final do século XVIII e decorrer do XIX, a Europa passou por profundas mudanças, que intensificaram problemas econômicos e transformações sociais ligados à Revolução Francesa, Revolução Industrial e às guerras napoleônicas. Entre os setores econômicos mais afetados estava a agricultura, que passou por severas modificações tais como: partilha e perda de terras por parte dos camponeses, assim como sua expulsão; aumento populacional e diminuição da mortalidade; introdução da maquinaria na agricultura impulsionada pelas indústrias, que ocasionou diminuição do trabalho manual; êxodo rural; inchaço populacional nos centros urbanos; problemas de infraestrutura e revoltas sociais.

Envolvendo esse conjunto de fatores, Jorge Luiz da Cunha menciona que:

[...] o processo de expansão capitalista começou na Alemanha muito antes do século 19, de forma mais nítida no oeste e no sul, onde a decomposição das estruturas feudais mais cedo privou os camponeses e artesãos das condições de realização de seu trabalho tradicional e os colocou à disposição do mercado em expansão como vendedores de sua força de trabalho. (CUNHA, 1998, p. 257)

O autor ainda acrescenta que:

O aumento populacional agravou o problema da excessiva divisão dos lotes agrícolas nas regiões ocidentais da Alemanha: “O número de casamentos, e portanto de famílias, aumentou. Ao mesmo tempo aumentou a procura de pequenas propriedades, pois sem elas não era possível, no campo, a constituição de um lar independente. O preço do solo se elevou, o parcelamento também, as propriedades particulares reduziram seu tamanho, ao mesmo tempo que a cultura se tornou mais precária. (CUNHA, 1998, p. 258)

Cunha (1998) lembra que, nessa época, século XIX, nas regiões como da Westfália e Hessen, as propriedades possuíam tamanhos variados entre 10, 30 e 50 mil metros quadrados (1, 3 e 5 hectares). Como também as famílias eram grandes, com muitos filhos, as terras eram fracionadas conforme a quantidade de herdeiros após o falecimento dos pais. O resultado dessas pequenas propriedades teve como consequência a falta de estrutura para manter seus proprietários.

Outro ponto que fomentou o desequilíbrio para a sobrevivência dos camponeses estava atrelado ao fator fundiário, em que os grandes proprietários de terras mantinham o poder econômico. Segundo Martin Norberto Dreher (2014, p. 28), algumas regiões da Alemanha Ocidental, dentro de um sistema de servidão, que perdurou até 1820, os latifundiários mantinham o poder econômico e administravam suas terras com braço-de-ferro. A maioria dos camponeses, servos, estava sob o jugo das oligarquias latifundiárias, que tinham direitos de comprar ou vender propriedades com ou sem agricultor. Com o fim da servidão em 1820, Dreher observa que:

No ano de 1820, foi eliminada, legalmente, a servidão-da-gleba e os agricultores foram liberados de seus compromissos em relação aos latifundiários. Isso levou a uma piora na situação dos agricultores, pois a lei também liberou os latifundiários de todos os seus compromissos em relação à população camponesa! Não tinham mais o compromisso de oferecer trabalho e salários aos residentes em suas terras. Isso levou à miséria generalizada. O camponês estava, literalmente, separado da terra. (DREHER, 2014, p. 29)

Percebe-se que essa consequência levaria muitos agricultores a condições complicadas. Livres, mas sem acesso à terra, onde antes tinham um local fixo, passaram a vagar e, por não possuírem mais residência fixa, criou-se também uma imagem estereotipada, como indivíduos vagabundos.

A providência do Estado perante a essa situação era retirar esses indivíduos de circulação e colocá-los em Casas de Correção, local que só deveriam deixar quando conseguissem comprovar trabalho e moradia estáveis (DREHER, 2014).

Para amenizar os problemas políticos, econômicos e sociais, um dos escapes para tal situação foi a busca por novas terras. Essas novas terras estavam além-mar, no continente americano, que poderiam significar alimentação, dignidade, prosperidade e cidadania.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2002, p. 46), por questões políticas, econômicas e sociais, o governo imperial brasileiro possuía um projeto empreendedor. A ideia era trazer imigrantes¹⁹ da região central da Europa para substituir a mão de obra escrava para a mão de obra livre, objetivando a colonização das áreas de florestas e ocupação das terras devolutas²⁰ com interesse de limpar e manter a unidade do território brasileiro.

A formação de pequenos núcleos de proprietários agrícolas também atenderia aos planos do Governo Imperial para tentar desarticular e paralisar o poder oligárquico latifundiário regional, assim como recrutar imigrantes para servir e estruturar o exército. Outro motivo para a abertura da imigração europeia estava ligado às questões sociais, isto é, o branqueamento²¹ da população, pois como uma boa parte da população brasileira era composta por escravos africanos, o medo povoava o imaginário coletivo das classes dirigentes. Sendo assim, a ideia era evitar possíveis revoltas, como aconteceu no Haiti (DREHER, 2014).

¹⁹ Compete destacar que as questões que envolvem a colonização e imigração já haviam sido articuladas em meados do século XVIII. Conforme Luiza Horn Iotti (2003, p. 2 e 3) “A Provisão Régia de 09 de agosto de 1747, que dispõe sobre a condução e o estabelecimento de casais de açorianos em terras brasileiras, pode ser considerado como o marco inicial do processo de colonização no Brasil”. Outro ponto, os açorianos por serem vassallos da coroa portuguesa, não eram considerados imigrantes estrangeiros. As ações atreladas à imigração passaram a tomar corpo a partir da vinda da família imperial, em 1808, com o Decreto de 25 de novembro, que consentia propriedade aos estrangeiros residentes no Brasil. Tal ação político-administrativa tinha como interesse fomentar a vinda de estrangeiros europeus que almejassem novas oportunidades no continente americano. Por meio desse Decreto, acredita-se então, que foi a primeira forma de regulamentar a colonização estrangeira. Com a criação da Carta Régia, no dia 02 de maio de 1818, deu-se aval ao estabelecimento das primeiras famílias da região central da Europa, Suíça, em terras brasileiras. A formação desse núcleo organizado em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, foi o início de uma estrutura planejada, escolhida e sustentada pelo governo imperial referente à imigração, no qual estavam elencados direitos de: transporte gratuito, doação de terras, ferramentas e sementes para trabalhar e cultivar, assistência financeira e médica e apoio espiritual.

²⁰ Terras onde seriam assentados os grupos de imigrantes, que pertenciam ao governo imperial.

²¹ Segundo Giralda Seyferth, (2003, p. 118) a política de branqueamento da raça já estava lançada implicitamente na Carta Régia assinada pelo rei D. João VI, que autorizou o assentamento das famílias de imigrantes suíços no Rio de Janeiro. Um dos interesses dessa política era evitar possíveis levantes de escravos africanos na tomada do poder colonial brasileiro, assim como ocorreu no Haiti, em 1791. Percebe-se que o medo povoou o imaginário coletivo oligárquico, devido à crença de ocorrer o mesmo no Brasil. Conforme Dreher (2014, p. 163), o imigrante vai ser usado contra o negro e, nesse processo, a ideia era formar uma nova estrutura social brasileira.

Nos primeiros anos da década 1820, o Major Jorge von Schaeffer²², sob ordem do Príncipe Regente D. Pedro e José Bonifácio²³, dirigiu-se para a Alemanha para trazer colonos e soldados com objetivo de ocuparem terras pouco exploradas e inseri-los no exército militar para manter a posse e proteção de áreas menos povoadas²⁴ contra invasão estrangeira (castelhanos). Dreher afirma que:

O Príncipe-Regente e José Bonifácio resolveram, já antes da proclamação da Independência, enviar von Schaeffer à Alemanha em busca de contingentes militares. Von Schaeffer, contudo, insistiu junto ao Príncipe-Regente e a José Bonifácio para que não trouxessem apenas soldados, mas também agricultores e artesãos. Recomendou que nas áreas em que os colonos fossem instalados não houvesse escravos africanos ou só poucos. (DREHER, 2014, p. 47)

Assim, para por em prática o plano do recrutamento de grupos de pessoas para o Brasil, von Schaeffer recebeu instruções documentadas de como agir na empreitada. Essas instruções baseadas na documentação davam sustentação às propagandas²⁵ de incentivo, tais como: pagamentos aos soldados em tempo de serviço e, após, direito à propriedade; propriedades gratuitas aos imigrantes (torno de 70 hectares); isenção de tributos num prazo de 10 anos; direito de regressar à terra natal, mas sem poder vender as terras recebidas por doação da coroa antes dos dez anos estabelecido, mas após esse tempo o direito de venda era concedido. Estava também assegurado aos imigrantes o recebimento de animais e casa para se manterem inicialmente, por algum tempo, até se estabilizarem economicamente.

A aquisição de um pedaço de terra para o colono significava estabilidade e segurança para o presente e o futuro. Era uma forma de desvincular-se dos grilhões

²² Ajudante de ordens da Imperatriz Leopoldina e encarregado de negociar com autoridades de Hamburgo, Birkenfeld e Mecklenburg-Schwerin para angariar pessoas ao Brasil. (DREHER, 2014, p. 21)

²³ Primeiro chanceler. Estava à frente do Ministério do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Um dos articuladores para trazer colonos e substituir a mão de obra escrava africana e soldados para lutarem e garantirem se necessário, a independência do Brasil junto às disputas sulinas.

²⁴ Na questão de povoação, não estava incluída a cultura indígena. O indígena era visto pela ordem política como obstáculo, um retrocesso, portanto estava nos planos de ser “varrido” (eliminado) das terras que seriam destinadas aos colonos.

²⁵ Nem sempre as propagandas foram favoráveis para angariar indivíduos para o Brasil. Ressalta-se que, por questões políticas e econômicas no Brasil e Europa, a imigração para a região sul brasileira não ocorreu de forma contínua, ela incidiu-se de forma intercalada entre os períodos. Frederik Schulze capta um aspecto importante sobre a intercalação imigratória entre períodos: Entre 1859 e 1897, por exemplo, a Prússia proibiu recrutar emigrantes para o Brasil por causa de denúncias de abuso no sistema de “parceria”. Ondas de emigração ocorreram nos anos 1820, 1850, 1880 e 1890. [...] Houve vários conflitos entre os imigrantes que para aqui vieram no século XIX e os recém chegados, conhecidos como Deutschländer. (SCHULZE, 2014, p. 23).

da servidão. Dono da propriedade, o colono poderia exercer seu poder e outros valores conforme observa Heloísa D. Eberle Bergamaschi:

[...] a propriedade privada apresenta também, entre os imigrantes, o valor de estabilidade e segurança, sendo uma estrutura permanente, ligada diretamente, em sua origem, às sobrevivências familiar e individual, e que ainda tem a função de sobrevivência. A propriedade privada se identifica com a liberdade, transformando-se em seu símbolo: a *liberdade*, entendida como independência da necessidade e dos outros homens, e sempre um bem exclusivo. (BERGAMASCHI, 2007, p. 20)

Após o estabelecimento nas terras doadas, os colonos iriam também possuir os mesmos direitos²⁶ e deveres dos brasileiros. Conforme documentação levantada por Dreher, em que no decreto real de 1820, Art. 8º, está mencionado o seguinte:

Art. 8º. Todos os colonos para serem admitidos como taes, devem ser da religião catholica romana, e serem acreditados pelos bons principios e costumes por autoridades competentes, e reconhecidas pelos Ministros ou outros empregados em serviço de Sua Magestade²⁷. (DREHER, 2014, p. 54)

Por meio do decreto real, para não divulgar as ordens sigilosas de José Bonifácio, o major von Schaeffer estimulou a vinda dos colonos para o Brasil, ofertando-os promessas vantajosas, praticamente irrecusáveis conforme assunto abordado no tema a seguir.

3.2. Da Europa para o Brasil, a terra prometida.

A ocupação das terras no Rio Grande do Sul por imigrantes germânicos se deu a partir de 1824, quando chegou o primeiro grupo na colônia Imperial de São

²⁶ Pode-se perceber também que, no campo religioso, dentro do contexto propagandista, esses benefícios eram somente para emigrantes católicos fervorosos (DREHER, 2014). Aos emigrantes protestantes não havia os mesmos direitos e liberdade religiosa, motivo pelo qual muitos encontraram dificuldades para reconhecimento legal perante as autoridades religiosa e governamental. Como não havia igreja luterana organizada no país, a constituição imperial fazia pouco caso a implantação delas, apenas tolerava o culto dos seus fiéis em locais que não apresentassem arquitetura religiosa.

²⁷ No documento citado em Dreher (2014), mantivemos a escrita original.

Leopoldo²⁸, antiga Feitoria do Linho Cânhamo, que era uma propriedade do governo imperial, fundada em 1783, e servia como área de plantação de cânhamo a qual era extraída a fibra para confeccionar cordas e amarras para barcos (DREHER, 2014, p. 114). Por serem empreendimentos do império onde se cultivava e criava, a economia até então se baseava na mão de obra de trabalhadores escravizados.

Ressalta-se que a escolha e criação de um núcleo colonial na região sul do Brasil, nesse caso São Leopoldo, era um plano que havia sido desenvolvido no período do Marquês de Pombal (1750-1777), conforme pontua Tramontini:

[...] a região desses “colonos” foi estrategicamente definida por uma série de motivos. Seguiu-se um plano antigo, ainda do período pombalino, de criar fronteiras fortificadas com agricultores, com imigrantes europeus de países que não teriam demonstrado interesse em contestar o domínio português na América. (TRAMONTINI, 2004, p. 116)

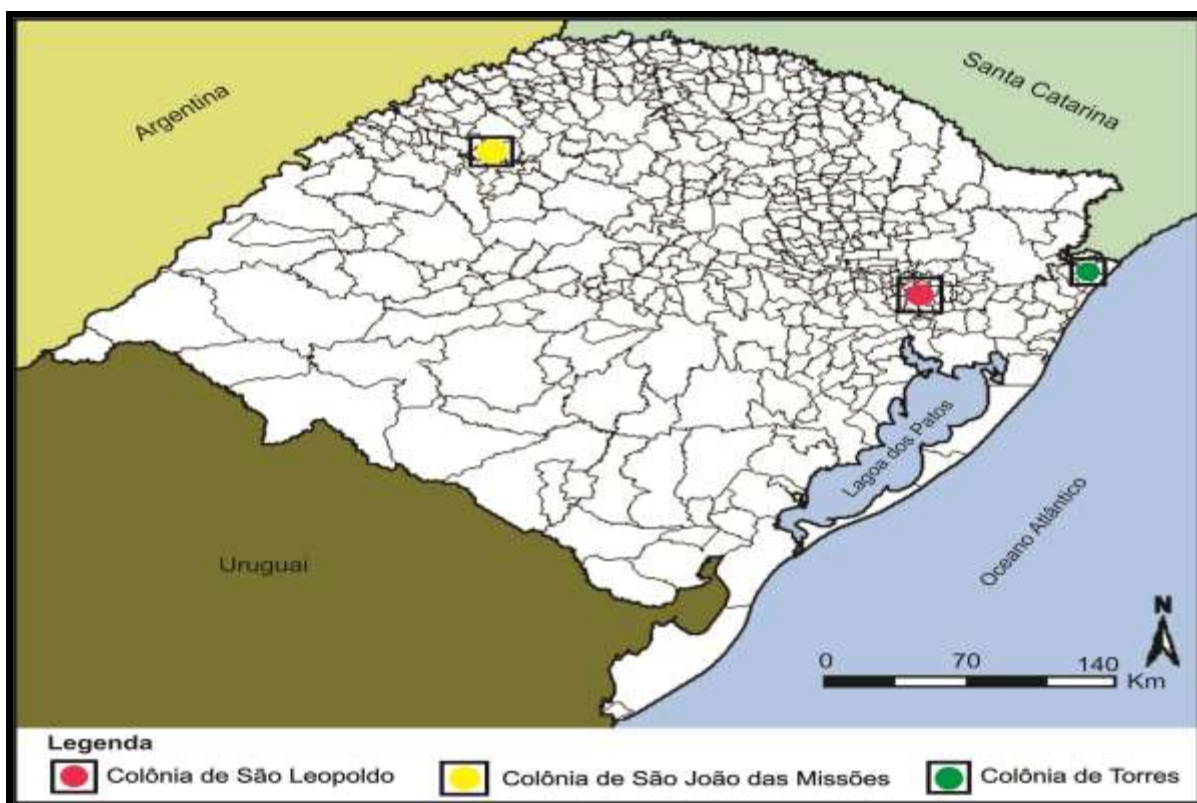
Inserir imigrantes europeus na antiga Feitoria do Linho Cânhamo era pertinente para o governo zelar e manter a posse dos limites meridionais do Império, assim como criar uma nova estrutura social, quebrar a hegemonia dos grandes latifundiários, limpar áreas ocupadas por grupos indígenas e abastecer a capital da Província (TRAMONTINI, 2004).

Após a criação da colônia de São Leopoldo, segundo Günter Weimer²⁹ (2004), foram fundadas mais duas. A 2ª Colônia foi instalada na antiga redução de São João das Missões, em 1825, na região noroeste do Rio Grande do Sul, e a 3ª, em 1826, localizava-se no litoral Norte, que abrange os atuais municípios de Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara, conforme mapa ilustrativo na figura 11.

²⁸ Segundo Dreher (2014, p. 118), o assentamento dos primeiros imigrantes na área que corresponde o atual município de São Leopoldo, ocorreu onde havia dois empreendimentos da coroa, que era uma feitoria e uma estância. A partir delas, a ocupação irradiou-se para outras localidades.

²⁹ Weimer e Tramontini, utilizaram como fonte bibliográfica Jean Roche.

Figura 11: Mapa do Rio Grande do Sul com as possíveis localizações das três primeiras colônias fundadas na década de 1820.



Fonte: Elaborado por Peters, 2015. Modificado do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

As colônias do litoral Norte e a das Missões³⁰ faziam parte de um projeto estratégico de colonização do Governo Imperial para manter um sistema de controle territorial e demográfico conforme Marcos Justo Tramontini no seguinte trecho:

Em novembro de 1824, comunicava ao Monsenhor Miranda que dividira os colonos: com os “escolhidos” formara a Colônia de São Leopoldo, e, “com o resto, mais imorais, vou levantar outra Colônia na deserta Missão de São João”. (TRAMONTINI, 2000, pag. 115)

Compreende-se que, a ideia principal das autoridades, a princípio, era separar os bons colonos³¹ daqueles que poderiam trazer alguns problemas.

³⁰ Sobre a colonização na antiga zona das Missões, Jean Roche (1969, p. 98) aponta que o governo provincial rio-grandense havia exposto um projeto de interesse político ao Governo Imperial para povoar a região missioneira. Mesmo o governo provincial ter recebido instruções sobre a criação e ocupação da colônia de São Leopoldo tomou a responsabilidade de enviar, em novembro de 1824, a São João das Missões, no noroeste do estado, uns sessenta indivíduos considerados “indesejáveis” pelas autoridades. Diante das dificuldades que o grupo teve para se manter em uma região distante e quase inacessível, gradualmente afundam-se na miséria e começam a desaparecer como indivíduos que sonharam em ter um pedaço de terra para trabalhar, sobreviver e sustentar a família.

Segundo as fontes, para evitar o “piores”, os administradores os encaminharam à colônia de São João das Missões para não perturbarem a ordem e prosperidade da colônia de São Leopoldo. A colônia de São João Batista não teve a mesma sorte que a colônia de São Leopoldo em termos de prosperidade, consequência que a levou ao fracasso. Como forma de justificar a bancarrota dessa colônia, historiadores mencionam que ela serviu para instalar os colonos de conduta imoral, pois não se enquadravam no perfil da obediência.

Sobre os ocupantes da antiga colônia de São João Batista, Dreher (2014) observa que muitos pesquisadores não buscam as causas que motivou o fracasso da colônia e para aonde foram seus ocupantes. Preferem sepultar essas personagens da nossa história, debruçando-se apenas ao estudo da imigração por meio de uma ordem moral, isto é, o colono obediente, labutador, desbravador, que veio trazer o progresso. Dreher (2014) ainda menciona que os colonos de Mecklenburg, antes de emigrarem ao Brasil e serem encarcerados nas casas de detenção, tinham suas atividades voltadas ao trabalho agrícola. Essa informação traz à tona que muitos colonos considerados de conduta indevida pelas autoridades da época eram, portanto, trabalhadores que sofreram com as mudanças políticas e econômicas daquele período.

Compactuando com essa ideia, na contemporaneidade, pode-se constatar argumentos equivocados em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Criou-se, de forma generalizada, imagens estereotipadas a respeito desses indivíduos. Em muitos momentos, parte da sociedade faz alusão discriminatória a essas pessoas, enquanto a maioria dos trabalhadores envolvida no movimento perdeu suas terras ou locais onde estavam empregados por questões econômicas, familiar e climática. Seus apelos simplesmente recaem na necessidade de um pedaço de terra para poderem trabalhar, cultivar, sustentar suas famílias e sobreviver.

Sobre a prosperidade de São Leopoldo, o viajante³² francês Arsène Isabelle, em sua viagem ao Rio Grande do Sul, ao vir para a colônia, logo nos primeiros anos

³¹ Segundo Dreher (2014, p. 61), sobre a perspectiva dos colonos de conduta imoral enviados ao Brasil, entre 1824 e 1825, deve ser interpretado como deportação, sendo uma atividade comum aos estados europeus. Neste caso, a Inglaterra, transformou seus domínios (Estados Unidos e Austrália) em colônias penais, assim como França tinha sua colônia penal a Guiana Francesa, e Portugal o Brasil como colônia penal.

³² Ressalta-se que, no decorrer do século XIX, tornaram-se frequentes as visitas de cientistas-naturalista europeus no território brasileiro, sobre tudo no Rio Grande do Sul. Além de Arsène

da fundação, ficou admirado pela forma em que ela estava. Assim, ele descreveu as manifestações humanas naquela paisagem:

[...] a vila de São Leopoldo, situada no meio da planície baixa, que pode ter duas léguas de circunferência. Pensamos estar na Alemanha. Não pude deixar de experimentar, à vista dessa povoação europeia, um sentimento de admiração, pois fui imediatamente surpreendido pelo contraste que me ofereciam esses lugares cultivados com cuidado, esses caminhos abertos penosamente através das colinas, dos montes e das florestas, essas pequenas propriedades cercadas de fossos profundos ou de sebes vivas, essa atividade dos agricultores e operários, rivalizando, de modo invejável, pela prosperidade comum [...]. Havia, em São Leopoldo, cerca de cento e cinquenta casas de madeira e tijolos, onde vivia uma população de mil habitantes [...] É habitada, principalmente, por artífices alemães, tais como marceneiros, ferreiros, carpinteiros, cordoeiros, alfaiates, seleiros, lateiros, etc; e por proprietários de botequins, armazéns e lojas, tanto alemães como estrangeiros. Havia muitos negociantes franceses, que faziam excelentes negócios. (ISABELLE, 2006, p. 251)

A descrição de Arsène sobre São Leopoldo era de um povoado que prosperava por meio da sua diversidade econômica. Em um cenário de transformações na paisagem, ele menciona também sobre a propriedade e atividades do colono:

A maior parte dos colonos são agricultores. É distribuída entre eles uma porção mais ou menos considerável de terreno, com a obrigação de sua parte de abaterem os matos e de cultivarem o lugar que ocupavam. [...] o terreno da colônia, entrecortado de altas colinas, de morros escarpados, de vales e de planícies pantanosas, é argiloso e arenoso nas partes baixas. As pedreiras em exploração só fornecem, por enquanto, grés brandos que se empregam na construção das casas. (ISABELLE, 2006, p. 253 e 254)

A observação de Isabelle sobre a próspera colônia de São Leopoldo pode ser também justificada pela descrição de Günter Weimer, “A sociedade imigrada para São Leopoldo pode ser classificada como sendo de agricultores-artesãos que exerciam seus ofícios paralelamente à agricultura em condições semelhantes às encontradas na Alemanha” (WEIMER, 2005, p. 62).

Isabelle, outros europeus como Auguste de Saint-Hilaire e A. Baguet percorreram pela região sulista e descreveram as condições geográficas, climáticas, flora e fauna, costumes e as instituições das populações contatadas. O olhar desses viajantes cientistas-naturalistas estavam, segundo Eliane Cristina Deckmann Fleck (2006, p. 297), condicionados ao meio científico europeu, que orientava pela pesquisa *in loco*, especialização, capacitação de produzir informações e publicação dos resultados.

A partir de São Leopoldo³³, os núcleos coloniais se espalharam pelas áreas situadas, geralmente, à beira de rios localizados em vales onde os colonos foram assentados nas linhas e picadas³⁴ que, nas décadas de 1820, 1830 e 1840, um prazo de terra equivalia a aproximadamente 77³⁵ hectares. Por esses caminhos abertos no mato, onde os colonos deram início a uma nova vida, transformando o ambiente desconhecido em um lugar familiar, Dreher menciona que:

A Picada, que, inicialmente, nada mais era que a trilha de acesso a uma propriedade, passou a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora de vida comunal, geograficamente identificável. Era unidade humana, na qual se encontravam templo (católico ou luterano, as confissões religiosas às quais pertenciam imigrantes alemães), a escola (tradição trazida pelos imigrantes e que teria importância fundamental para o desenvolvimento do Brasil meridional), o cemitério (espaço de reverência aos mortos e de preservação de memória comunal), a residência do professor ou do padre/pastor, o salão de festas comunitário (também designado de sociedade ou clube). Cada Picada abrigava uma casa comercial, entreposto para o qual eram vendidos os excedentes de produção através do qual se adquiriram bens não produzidos na comunidade. (DREHER, 2014, p. 138)

Nem todas as Picadas eram de fácil acesso, muitas se localizavam em áreas geográficas bastante acidentadas ou distanciadas umas das outras (ROCHE, 1969), o que não era considerado um empecilho, pois os colonos mantinham contatos entre si. Referente a essas questões, Marcos Witt lembra sobre a articulação entre esses grupos culturais:

Se a tese do isolamento imperasse, a comunicação do litoral brasileiro com o interior (sertão) teria sido praticamente impossível. De certa forma, pode-se conjecturar que a tese do isolamento teria impedido a unificação territorial, uma vez que os núcleos estariam tão incomunicáveis que isso dificultaria a formação territorial do Brasil. (WITT, 2008, p. 111)

No período de 1835 a 1845, o processo de imigração foi paralisado, cujo motivo envolvia os conflitos internos no sul do Brasil, o Movimento Farroupilha³⁶.

³³ A colônia de São Leopoldo, conforme Jean Roche (1969, p. 273), “fiel à sua vocação de colônia-piloto, percorreu todo o ciclo de sua evolução agrícola, inscrevendo a história da agricultura dos colonos entre o desbravamento e o reflorestamento”.

³⁴ O termo picada refere-se aos caminhos estreitos abertos no mato com facão, foice e machado.

³⁵ Lotes de 77 hectares equivalia a 160 braças quadradas cada um. Os lotes também foram denominados de prazo, data e colônia.

³⁶ A denominação movimento utilizada aqui, faz jus devido às circunstâncias que levaram ao fim dos conflitos farroupilha. Segundo o dicionário Aurélio, o conceito de revolução possui alguns significados, entre eles: transformação radical de estrutura política, econômica e social. O dicionário de Conceitos Históricos (2005, p. 365) também esclarece que revolução é uma alteração drástica e profunda nas estruturas da sociedade. Percebe-se que, com a guerra farroupilha ou civil não ocorreram mudanças radicais como queriam os liberais rio-grandenses na época. Segundo Moacyr

Após essa década tumultuada, os rumos à imigração normalizaram-se, levando a criação de outras colônias para instalação dos novos imigrantes e descendentes. Menciona-se também que, terminado o conflito, na segunda metade da década de 1840, o Governo Imperial afastou-se da atividade empreendedora e criação dos núcleos de colonização, deixando para as províncias a responsabilidade de promover a imigração e colonização.

A essa questão, Dreher menciona que:

Quando se retirou do empreendimento da colonização, por lhe haverem sido retirados os recursos de parte do Parlamento dominado por latifundiários, o Governo Imperial conseguiu que fosse editada a Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848, segundo a qual os Governos Provinciais ficavam autorizados a promover imigração e colonização. Os governos provinciais receberam terras que deveriam transferir aos colonos por um valor mínimo. (DREHER, 2014, p. 118)

A partir da década de 1850 com a Lei de Terras, os lotes passaram a ser vendidos e as propriedades diminuídas de 77 ha para 50 ha, e a partir da década de 1870, para 25 ha. Sobre a Lei de Terras, Iotti descreve que “A Lei de Terras, regulamentada em 1854 através do Decreto n. 13,18 de 30 de janeiro, definiu a significação de terras devolutas, aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra” (IOTTI, 2003, p.7).

Sobre a regulamentação por meio do decreto, Doris Rejane Magalhães complementa que:

A Lei de Terra de 1850 estabeleceu a necessidade de medição e demarcação das terras para legitimação e recebimento do título de propriedade, uma das formas de discernimento entre as particulares e devolutas (públicas, do Estado). (MAGALHÃES, 2004, p.170)

Transformada em mercadoria, compreende-se que a Lei de Terras, regulamentada pela política imperial por meio do Decreto nº 1318, de 30/01/1854, passou a criar impedimentos à aquisição de terras devolutas e aguçou o interesse

Flores (2004), uma das mudanças objetivada por essa elite campeira gaúcha estava atrelada aos seus interesses econômicos, isto é, a produção do charque e a liberdade comercial sem há intromissão do governo. Os latifundiários gaúchos alegavam certa desonestidade por parte do Governo Imperial Regente por questões de autoritarismo, alta dos impostos e baixo preço do charque. A duração dos dez anos do conflito, consequência que não ofertou a vitória aos farrapos, levou David Canabarro e oficiais republicanos, no dia 28/02/1845, em Ponche Verde, município de Dom Pedrito, assinaram o Tratado de Paz, que nada mais era um pedido de anistia camuflada para os líderes farrapos envolvidos no conflito.

de empresas particulares, que viam como um negócio lucrativo. Segundo Dreher (2014), as terras nas mãos de particulares começaram a ser medidas com objetivo de promover a colonização. A aquisição de terras era diretamente com os proprietários, sem a interferência administrativa colonial do Império brasileiro.

Os grupos de agricultores em áreas de florestas foram instalados por meio dos empreendimentos imobiliários. A esses grupos assentados em áreas de vegetação densa, Doris Fernandes Magalhães (2004, p. 170) menciona como frente pioneira em que a produção de subsistência se amplia para abastecer o comércio, principalmente o local. A rápida procura por novas terras fazia com que o seu valor aumentasse, conforme lembra Doris:

As terras valorizavam rapidamente e todas as disponíveis são ocupadas, mesmo as com moradores pobres e livres, mesmo as de encosta abrupta. A encosta, mesmo íngreme, era área de floresta onde estava o solo fértil e, por isso, cobiçada pelos negociantes do ramo imobiliário. (MAGALHÃES, 2004, p. 170)

Sem a interferência administrativa colonial, a especulação imobiliária estava com as rédeas soltas, isto é, como não havia mais controle e fiscalização por parte do Governo Imperial, particulares podiam se aproveitar dos preços dos imóveis. Em algumas colônias provinciais³⁷ não havia mais espaço suficiente para cultivar, com isso, muitas famílias de colonos foram obrigados a sair para adquirir novos lotes para se instalarem, cultivar e sobreviver.

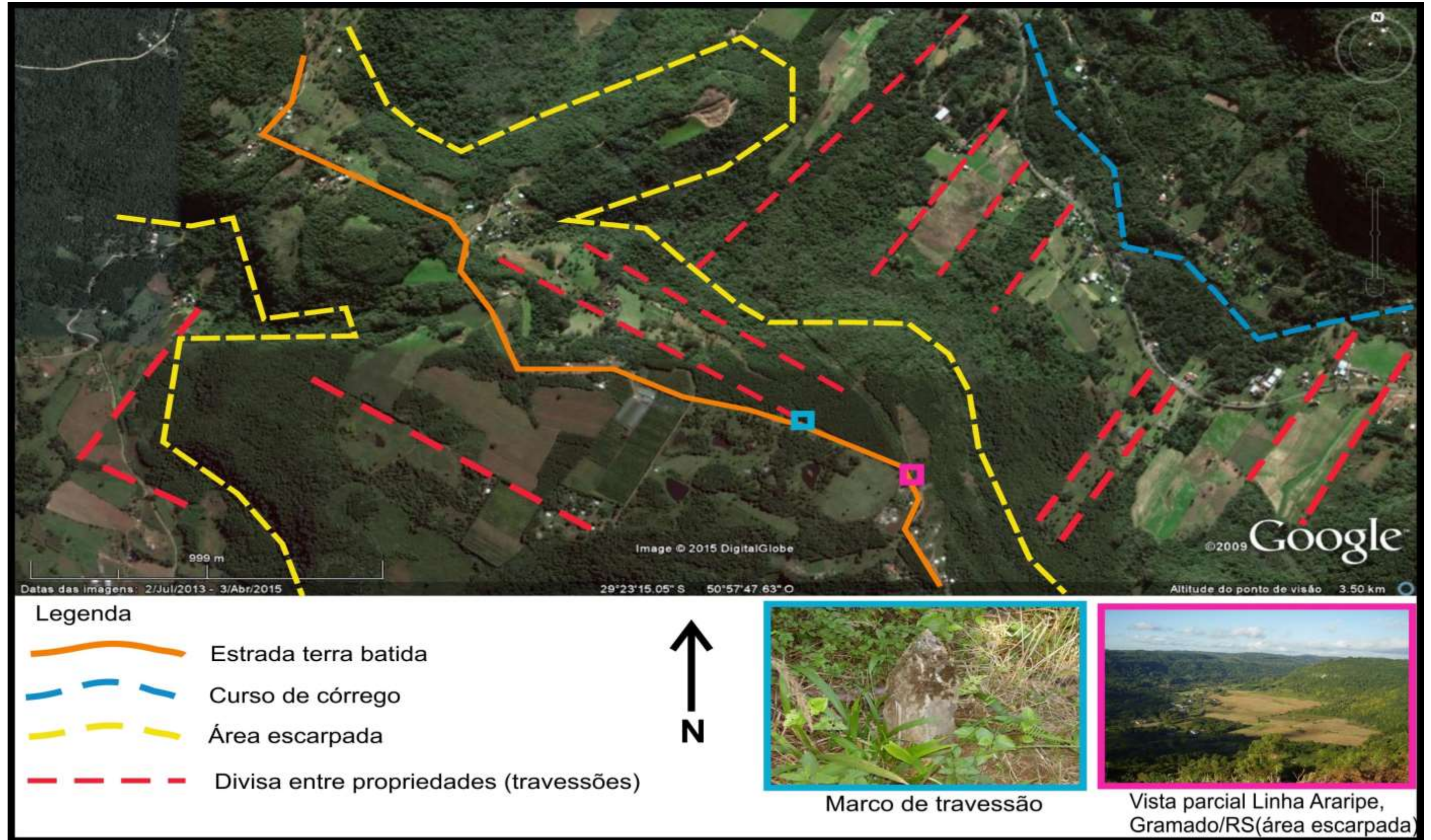
Os lotes³⁸, geralmente com formatos retangulares e alongados, tinham como limites as divisas naturais que poderiam ser: acidentes geográficos, arroios ou rios e grandes afloramentos rochosos. Havia também as chamadas divisas secas ou travessões, que poderiam ser demarcados com pedras³⁹, as quais tinham uma das extremidades enterradas ao solo, como percebe-se na figura 12.

³⁷ Denominadas como “antigas colônias” provinciais, o excedente populacional dessas colônias migraram para as chamadas “novas colônias”, no final do século XIX, que se localizavam na região noroeste do Rio Grande do Sul, como exemplo Ijuí e Cerro Largo (antigo Serro Azul).

³⁸ Segundo Luiza Horn Iotti (2003), por meio dos núcleos dos pequenos proprietários, o governo imperial objetivava produzir e valorizar as terras despovoadas; implantar uma agricultura diversificada para por no mercado interno a produção excedente; abastecer com os produtos os latifúndios escravistas; e criar uma classe intermediária entre as oligarquias latifundiárias e escravos.

³⁹ A utilização de pedras para demarcar as travessões foi devido a condição de ser um material extremamente durável.

Figura 12: Imagem aérea espacial mostrando divisas de propriedades e marco de travessão.



Fonte: Google Earth, 2015. Elaborado e acervo particular Peters, primavera de 2014. Localidade, Campestre do Tigre – município de Gramado/RS.

De acordo com Alceu Antonio Werlang, “os travessões dividiam os lotes que partiam de um leito de rio ou arroio até se encontrarem com os lotes de outros leitos” (WERLANG, 2006, p. 60). Depois de adquirida a terra e para atender suas necessidades imediatas, o colono começou a derrubar a mata, escolher um local temporário para construir seu rancho de uma só peça e plantar (WEIMER, 1987, p. 109). A escolha do local para o abrigo ficava, geralmente, próxima a fontes d’água. Esse início de organização social na floresta ocorreu por meio da abertura de *Picadas*, que também pode ser denominada, conforme a região, como *Linha*, *Lajeado*, *Travessa* ou *Travessão* (DREHER, 2014).

Sobre essa ótica de escolha, o local de interesse para implantação do abrigo provisório passou então a sofrer as primeiras modificações no ambiente sendo o marco inicial da materialização das práticas culturais na paisagem, que será mencionado no tema a seguir.

3.3. Articulação entre homem e meio ambiente: a materialização das práticas na paisagem

Dentro do processo imigratório na região sulina brasileira, com os agricultores alocados nos locais estabelecidos⁴⁰ a paisagem começou a ser modificada segundo os interesses econômicos e culturais de cada grupo⁴¹, como percebe-se na figura 13, que ilustra uma família de colonos nos primeiros momentos do seu assentamento, na tão sonhada terra prometida.

⁴⁰ Ressalta-se que os locais estabelecidos (demarcados) geralmente eram as áreas de florestas, com difícil acesso, onde os ocupantes ficavam a mercê da própria sorte.

⁴¹ Menciona-se que, antes de 1871, como a Alemanha ainda não estava unificada, os imigrantes que chegaram possuíam origens, identidades e culturas distintas. Esses grupos variados eram: hamburgueses, saxões, mecklenburgueses, hannoveranos, birkenfeldianos, etc. (Dreher, 2014).

Figura 13: O começo na mata virgem, segundo a legenda da fotografia.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, s/data.

Na imagem, a família de colonos posa em frente de sua moradia provisória construída à base de troncos de árvores abatidas. Entende-se também que os dois machados no primeiro plano da figura, além de serem ferramentas indispensáveis para ceifar a floresta, podem ser interpretados como objetos simbólicos no desflorestamento para o progresso “civilizatório”. Outro entendimento na imagem é que essa família pode ser de descendentes de imigrantes que saíram das “antigas linhas” e ocuparam as novas colônias. Essa interpretação se dá por meio do colono sentado, onde percebe-se que ele está segurando uma chaleira e uma cuia. Devido a esse costume na região sul do Brasil, entende-se como um processo de hibridização cultural na família desses colonos.

O corte da vegetação fazia-se primeiramente pela derrubada das árvores de pequeno porte, após iniciava-se o corte das maiores, o que acarretava dias de trabalho. Algumas árvores abatidas serviam para montar o primeiro abrigo (choupana), o restante era queimado quando estivesse seco. Nesse cenário, Sílvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz mencionam que:

Nos primeiros anos da colonização, após dar cabo das árvores que forravam seus lotes, os colonos faziam uso da madeira para fins estritamente pessoais, como a construção de suas moradias e o fogo para aquecer a família e preparar a comida. As toras que sobravam eram deixadas de lado. Não havia uma pretensão econômica em relação a isso, pelo menos inicialmente. A utilização da madeira para fins energéticos, através da combustão de sua biomassa, ou para fins de construção de casas, promoveu uma exploração irracional dos recursos florestais do Rio Grande do Sul. (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 55)

O método de queima, denominado *coivara*⁴², técnica utilizada por determinados grupos indígenas, era uma técnica eficaz de limpeza e fertilização da área a ser cultivada (PRIORE, 2006, p. 16). Logo após a atividade da derrubada-queimada, o colono iniciava a preparação do solo com ferramentas manuais para imediatamente instalar o cultivo principal que suprisse imediatamente suas necessidades, aproveitando a fertilidade do solo que, geralmente, tinha duração de curto prazo (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 134-135).

A cada esgotamento das reservas de fertilidade do solo, novas áreas eram abertas para dar continuidade aos cultivos e o desenvolvimento. A essa observação, Roche menciona que:

Conforme a natureza da cultura praticada e a fertilidade do solo, o mesmo terreno oferecerá uma, duas ou três colheitas, sempre obtidas pelo mesmo processo. Mas o rendimento diminui muito rapidamente. O colono abandona a roça em que torna a formar-se em capoeira, que é, portanto, com a queimada, a característica dessa agricultura. Durante a reconstituição da vegetação natural, pratica a mesma série de operações em outra roça. (ROCHE, 1969, p. 286-287)

O solo fraco ficava em “repouso”⁴³ por alguns anos ou décadas, para ser novamente reaproveitado. Esse tipo de sistema denomina-se de rotação de terra. Virgínia Elisabeta Etges (2000, p. 144), por meio dos estudos de Leo Waibel⁴⁴,

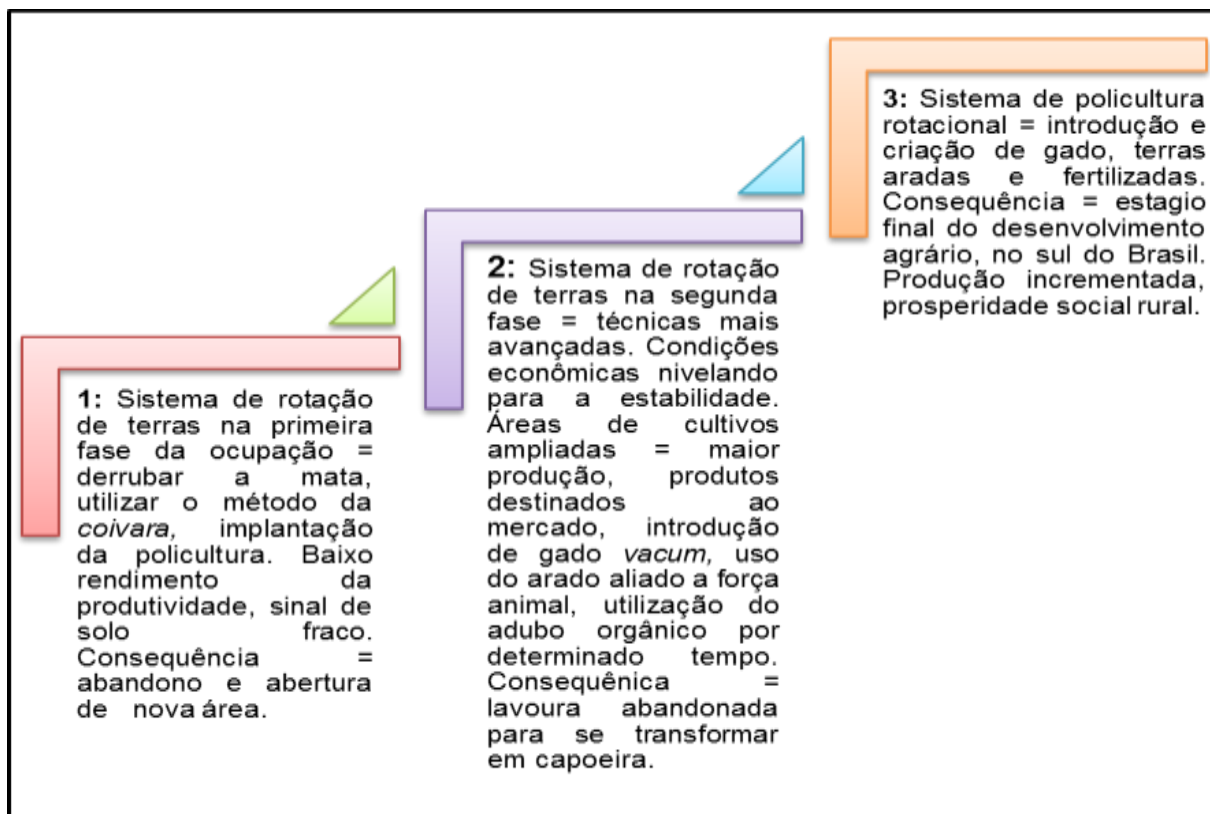
⁴² Segundo Roche (1969), o método de *coivara*, passou a ser utilizado pelos colonos por meio do contato dos habitantes locais (caboclo), que provavelmente aprenderam dos indígenas. Através dessa aculturação, a técnica é ainda utilizada por pequenos agricultores, considerado para eles como uma das formas mais fáceis e eficazes de limpar o local a ser cultivado. Um dos cuidados que deve-se ter ao utilizar esse método é evitar que o fogo atinja áreas de vegetação em pé. Faz-se necessário um asseio, isto é, limpeza de uma faixa, por volta de 1 m, no entorno do espaço a ser incinerado para que o fogo não se alastre, evitando, assim, maiores danos ambientais.

⁴³ Deixar o solo em repouso significava que a terra estava exaurida, as plantas não cresciam mais com todo vigor. O prazo de descanso da terra variava muito, poderia ser de curto a longo tempo dependendo do estado que a havia deixado.

⁴⁴ Geógrafo alemão (1888-1951) que veio e trabalhou no Brasil em meados do século XX. Desenvolveu várias pesquisas a cargo do Conselho Nacional de Geografia, sendo muitas, direcionadas à colonização e métodos de uso da terra pela agricultura em áreas de expansão.

elencas três métodos de cultivo rotacional de forma crescente, conforme esquema simplificado na figura 14.

Figura 14: Tipologia dos sistemas agrícolas nas pequenas propriedades colonial sul-brasileira.



Fonte: Elaborado por Peters, 2015. Interpretando a teoria de Leo Waibel conforme Etges, 2000.

No quadro esquematizado, interpretado por meio das pesquisas e teoria⁴⁵ de Waibel, por volta da década de 1940, percebe-se a ocorrência de três principais sistemas de estágios crescentes do desenvolvimento histórico da paisagem rural em pequenas propriedades.

Dentro das análises da paisagem cultural, segundo Etges (2000), Leo Waibel problematiza com a paisagem agrária⁴⁶ ou rural. Para ele, a paisagem mostra-se de distintas formas: paisagem natural (*Naturlandschaft*); paisagem cultural

⁴⁵ Também interpreta-se a teoria de Waibel como um evolucionismo positivista, isto é, as etapas de desenvolvimento que deveriam acontecer na propriedade para se atingir o apogeu social (ETGES, 2006).

⁴⁶ Sobre os estudos da paisagem agrária, Ulpiano T. Bezerra de Menezes menciona que: “A paisagem agrária tem sido objeto da atenção de historiadores desde a década de 1930, quando Marc Bloch procurou retrair a evolução da França rural. Com efeito da morfologia da paisagem se pode inferir os processos naturais e culturais de sua produção” (MENEZES, 2002, p. 37).

(*Kulturlandschaft*); e paisagem econômica (*Wirtschaftslanschaft*). Atribuindo a essa concepção, interpreta-se que as manifestações no espaço e seu desenvolvimento se dão partir de dois momentos, que são: 1) formação da paisagem econômica, isto é, modificada para a economia, podendo ser baseada na monocultura ou policultura; e 2) formação da paisagem cultural, impulsionada pela formação econômica, constituiu a partir das atividades que interagiram, como: tipos de cultivos, métodos utilizados, elementos artificiais (estradas, unidades habitacionais e/ou depósitos).

Para Leo Weibel, na primeira fase⁴⁷, quando as famílias “pioneiras”⁴⁸ foram encaminhadas até os seus lotes, muitas vezes sobrevivendo às duras condições, apropriaram-se⁴⁹ dos recursos e métodos já utilizados pelos nacionais (caboclos) para trabalhar na terra. De início, passaram a cultivar milho, feijão, aipim⁵⁰, abóbora, etc. Já na segunda fase, teoricamente mais desenvolvida, os descendentes dos colonos ainda faziam uso de alguns métodos para o cultivo, como a rotação de terras, novas áreas derrubadas e utilização do fogo, quando necessário, para limpeza do local. Quando alcançada a terceira fase, estágio final de desenvolvimento, o agricultor estaria em plena prosperidade social rural (ETGES, 2000, p. 144 – 145).

Baseado nos estudos de Leo Waibel, pode-se perceber as três formas de paisagem *Naturlandschaft*, *Kulturlandschaft* e *Wirtschaftslanschaft* por meio da imagem aérea espacial na figura 15.

⁴⁷ Na primeira fase, estágio inicial, que Leo Waibel faz uso do termo “caboclicização” às famílias pioneiras que utilizaram métodos indígenas. Lembrando que esses métodos também foram passados aos lusos antes da imigração germânica.

⁴⁸ A expressão “família pioneira” usada aqui tem como característica a ocupação de novas terras dentro do sistema político governamental no século XIX.

⁴⁹ Entende-se também que, mesmo o colono inserido num local de vegetação pesada, duras condições de trabalho e quase inacessível não estavam totalmente isolados porque teve contato com outras formas culturais distintas, como os mercadores itinerantes lusos brasileiros, grupos indígenas e africanos.

⁵⁰ Dependendo da região, esse alimento é conhecido ainda como: macaxera, mandioca mansa, mandioca e mandioca doce. Há também a mandioca “braba” que, para consumi-la, é preciso processá-la como: ralar e espremer para retirar o seu suco, pois contém uma toxina que pode levar o ser humano a óbito. Feito esses processos, é levada ao fogo para secar para posteriormente ser consumida em forma de farinha.

Figura 15: Mosaico artificial na paisagem. Imagem aérea espacial parcial da localidade de Nove Colônias, município de Nova Petrópolis/RS.



Fonte: Google Earth, 2015, vista parcial da localidade de Nove Colônias, município de Nova Petrópolis/RS. Acervo particular e elaborado por Peters. Primavera de 2013, verão de 2014 e inverno de 2015.

Compactuando com a ideia de Waibel, ao reunir as três formas de paisagem tem-se um mosaico paisagístico reelaborado por aqueles que habitaram e ainda habitam a área, conforme ponto destacado na localidade de Nove Colônias⁵¹, município de Nova Petrópolis/RS. As formas artificiais construídas, como a Igreja, cemitério, unidades habitacionais, cultivo, criação de animais e áreas de transição⁵² explicitam a vida cotidiana das pessoas e a maneira como gerenciam o espaço. Entende-se que esse espaço selecionado passou pelos três processos mencionados por Waibel devido às condições geográficas favoráveis e também por ser uma área que sofreu ocupação e modificação por algumas gerações, a partir de meados do século XIX.

Segundo Etges (2000), Waibel observou que poucas propriedades tiveram desenvolvimento significativo, ou seja, atingiram a terceira fase. Uma das explicações para isso poderia estar atrelada ao contato entre as duas formas culturais distintas: o morador nacional e o descendente de imigrantes. A continuação de algumas características utilizadas pelos descendentes dos imigrantes estaria proporcionando um processo de caboclicização, que poderia desencadear uma estagnação e decadência na propriedade.

Acreditava-se que, com a chegada do imigrante germânico nos núcleos coloniais, introduziriam novas técnicas e habilidades de cultivo para o desenvolvimento, conforme pontua Roche: “ter-se-ia esperado dos imigrantes alemães a implantação de métodos agrícolas europeus ou, pelo menos, uma adaptação dêesses (*sic*) métodos ao nôvo (*sic*) meio” (ROCHE, 1969, p. 286).

Mas entende-se que, por meio de algumas condições em que estavam inseridos os colonos, as transformações ocorreram baseadas em outros aspectos que poderiam estar ligadas a algumas questões, tais como: o desamparo por partes das autoridades governamentais; as áreas geográficas acidentadas, que poderiam dificultar os acessos; e os espaços abertos recentemente que impossibilitavam o uso de determinadas ferramentas para o cultivo.

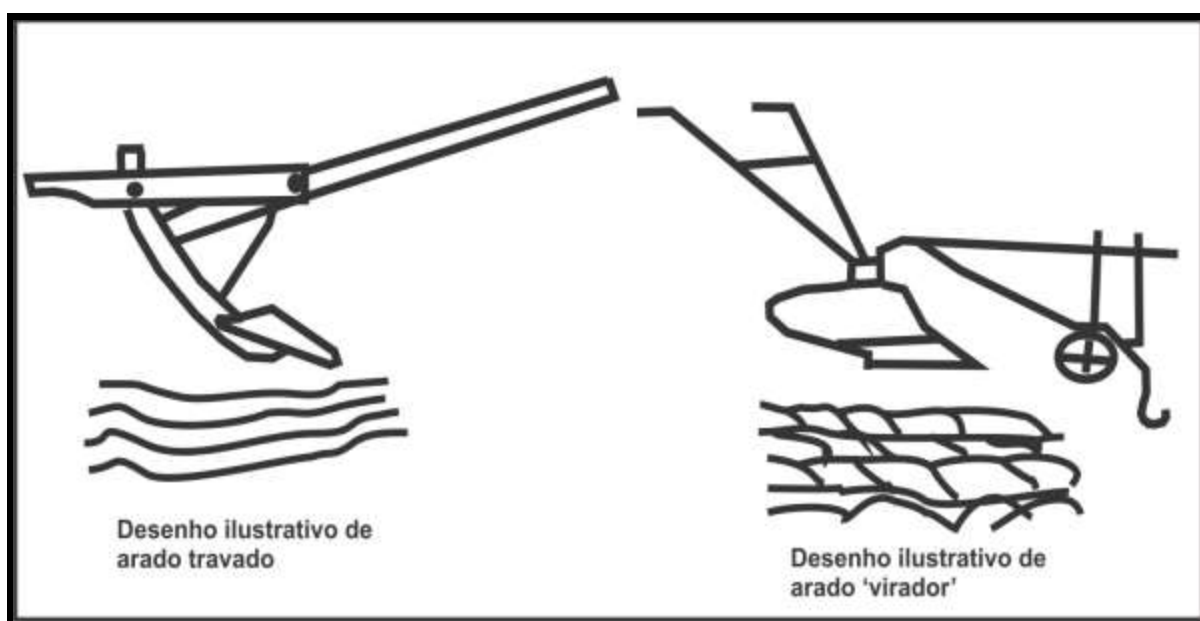
⁵¹ Numa breve análise pode-se perceber também pela imagem aérea espacial a organização das propriedades com a estrada. Por ser uma antiga picada, compreende-se que a forma física da localidade de Nove Colônias desenvolveu-se um sistema de assentamento conhecido como *Strassendorf* (aldeia rua), isto é, as casas construídas ao longo da estrada. Esse sistema, ligado a fatores históricos na Alemanha, variava de uma região a outra, se dava conforme o grupo social e as condições geográficas, pois cada povoamento não era espontâneo porque a distribuição dos lotes era realizada pela administração brasileira (ROCHE, 1969, p. 209).

⁵² Área de transição mencionada refere-se à mudança que ocorreu de um ponto ao outro. Nesse caso uma área de pastagem que se encerra onde inicia uma área de vegetação nativa.

Na condição de abandono, mencionam-se as propagandas imigratórias que, nos primeiros anos da imigração, após 1824, os colonos que chegaram ao Brasil receberam auxílio por parte do governo. Receberam terras, moradia, animais e ferramentas para manterem-se logo no início. Com o tempo, as promessas não foram mais cumpridas, fazendo com que o governo imperial agisse de má fé. Para se garantir, o colono passou a trabalhar apropriando-se de métodos que facilitassem a sua sobrevivência, nesse caso, o contato com os moradores locais foi de suma importância.

Outro ponto a mencionar é que nem sempre as condições geográficas permitiam o uso de certas ferramentas para trabalhar a terra, por exemplo, o arado de boi. Seu uso não era tão frequente nos primeiros anos após abertura da roça. Essa ferramenta só era possível quando a área desflorestada já estava livre das raízes, troncos e tocos ou também a inexistência de afloramentos rochosos e áreas muito íngremes. Como as condições locais e os solos eram diversos, esse ponto permite também fazer uma ideia precisa sobre qual tipo de instrumento deveria ser utilizado para abrir ou revolver a terra. Na figura 16, seguem dois exemplos esquematizados de arados:

Figura 16: Arado travado e arado “virador”⁵³



Fonte: Elaborado por Peters.

⁵³ O arado “virador”, cujo nome correto é aiveca. Arado que serve para cortar, elevar e inverter a fatia do solo.

O arado travado, formado por peças de madeira encaixadas e uma lâmina, abre sulcos no solo, mas não revolve. É utilizado, geralmente, para remover a camada compactada do solo e eliminar as ervas daninha. Já o arado “virador”, feito de metal, é utilizado para revolver o solo, trazendo os nutrientes para a superfície e recobrir as ervas daninha. Esse tipo de arado utilizava-se somente em condições favoráveis do solo, ou seja, áreas com pouca declividade e sem a presença de rochas e restos orgânicos de grande vegetação abatida.

A ponderar sobre as questões geográficas, Juliana Bublitz corrobora com duas abordagens que não justificariam, mas explicariam a utilização de métodos “arcaicos” nos núcleos coloniais germânicos na região sul do Brasil. Sendo essas implicações:

A primeira teria ligação com as condições do relevo, já que os núcleos de povoamento eram constituídos, em sua maioria, em áreas de terrenos acidentado. Por si só, a conformação do terreno impedia o uso do arado. A outra causa [...] estaria relacionada à experiência de vários colonos, segundo a qual o emprego do arado não funcionava em certas terras tropicais e subtropicais. (BUBLITZ, 2014, p. 92-93)

Portanto, nesse aspecto, contrapondo a teoria de Waibel sobre um possível rebaixamento e retrocesso cultural, o imigrante, através de suas necessidades, vivenciou um processo de hibridismo cultural, adaptou-se conforme as condições que o meio ofereceu, assim como introduziu novos hábitos alimentares e novas palavras e expressões ao idioma original (BUBLITZ, 2014, p. 96).

Cabe salientar que nem todos os imigrantes, como se imaginava, eram agricultores. Assim sendo, não tinham afinidades com os trabalhos agrícolas, pois na sua terra natal alguns possuíam ofícios como artesão, carpinteiros, comerciantes, domésticos, entre outros. Desse modo, inseridos no seu torrão encontraram dificuldades para se manter, levando a certo momento o abandono da propriedade. Porém, outros, mesmo tendo já trabalhado como agricultores, imaginaram um cenário utópico, as áreas já prontas para o cultivo, fato que não condisse com a realidade.

Encaminhados para os seus lotes, depararam com uma densa vegetação nem um pouco familiar, pois em seus locais de origem não havia tal flora, como afirma Bublitz:

No lugar de campos tranquilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas já domesticadas pela mão humana, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador. Ali, nos confins do Brasil meridional [...] imperava a chamada *Urwald* [...]. Era a "floresta virgem", feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafistulas e de emaranhados de cipós e trepadeiras. Uma paisagem ambígua, que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio. (BUBLITZ, 2010, p. 55)

Além de se depararem com uma vegetação densa e heterogênia, as famílias tiveram que se adaptar à nova realidade, enfrentar as dificuldades e perigos⁵⁴, como ataques de animais de grande porte, como visualiza-se na figura 17.

Figura 17: A caçada. Na foto, podem-se observar três onças pintadas abatidas na propriedade do Sr. Rudy Zimmermann (*in memoriam*). Localidade: interior de Taquara, próximo à divisa com São Francisco de Paula/RS, por volta da década de 1940.



Fonte: Acervo particular família Peters.

⁵⁴ O perigo estava também relacionado aos ataques indígenas, segundo alguns relatos. O processo de ocupação das terras fazia parte do projeto político imperial, isto é, ocupar e limpar as áreas de florestas. No entendimento do imigrante (Dreher, 2014), terra demarcada era espaço fechado. Já para os povos indígenas, essa concepção não fazia parte da sua cultura, pois a terra era de uso coletivo, de onde extraíam seus recursos para sobrevivência. O contato entre esses dois mundos culturais distintos não ocorreu amistosamente, pois provocou perdas humanas dos dois lados (colonos e indígenas). Entende-se que ambas as culturas foram vítimas de um projeto imperial, sendo um dos objetivos ocupar e cultivar as terras, dando início a produção interna baseada na policultura.

As transformações na paisagem foram ocorrendo gradualmente e, assim como a paisagem natural, passaram a serem documentadas por meio das percepções de alguns viajantes, naturalistas e artistas que circularam nas regiões de imigração na região sul do Brasil no decorrer do século XIX e advento do século XX.

Dentro da documentação registrada, cita-se o pintor rio-grandense Pedro Weingärtner (1853 -1929). Por ser um pintor que, ora estava na Europa e ora no Brasil, seu modo artístico tinha também como interesse transpor a paisagem natural e artificial em alguns quadros, pois esses tipos de cenários já eram algo distante do olhar da sociedade europeia no final do século XIX.

Weingärtner procurou, por meio de observações e anotações no sul do Brasil, retratar na paisagem a realidade dos fatos ocorridos no contexto da imigração europeia no século XIX. As duras condições em que sobrevieram os colonos ao serem inseridos nas áreas de florestas e as modificações na paisagem ocorridas segundo seus critérios de interesses, ideias e imaginação.

Por meio das suas obras artísticas, pode-se ter uma livre interpretação da dimensão simbólica, que não está nem um pouco próxima da conclusão sobre as mudanças na paisagem e os personagens que ela compõem. Nesse imenso papel simbólico, Marcos Antônio Witt⁵⁵ complementa que:

[...] a pintura pode ser lida a partir do que facilmente nos revela, mas, também, a partir do que pressupomos, do que imaginamos, do que parece ser. Como leitura possível, não há nenhuma restrição em extrapolar o supostamente real e embarcar numa grande viagem imaginativa. (WITT, 2013, p. 4)

De todo seu trabalho artístico, a obra conhecida como *Tempora Mutantor*⁵⁶ (1898) expõem uma realidade de modificações, decepções e difíceis condições de trabalho, como visualiza-se na figura 18.

⁵⁵ Segundo Witt (2013), algumas das obras de Weingärtner remetem-se a História da Imigração e História Ambiental. Por meio delas, narra-se o cotidiano dos imigrantes já em território brasileiro e a interferência e apropriação antrópica ao meio natural. WITT, Marcos Antônio. *O mundo migrante nas pinceladas de Pedro Weingärtner: a pintura como fonte para a história da imigração*. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364558697_ARQUIVO_Texto_MarcosWitt_Anpuh2013.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

⁵⁶ Conhecida também como *Mudança de Tempo*. Por meio dessa imagem, podem-se fazer outras interpretações como a desilusão diante do trabalho pesado e as dificuldades de começar do nada, sair da terra natal e não saber o que encontraria no novo ambiente. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_nb_wei ngartner.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Figura 18: *Tempora Mutantor* (1889). Óleo sobre tela, 160,4x93,4 cm. Porto Alegre, Museu de Arte do Rio Grande do Sul.



Fonte: Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_nb_weingartner.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Em primeiro plano, percebe-se um casal de colonos cansados após uma longa jornada de trabalho pesado. Diante do solo com sulcos, preparado para o cultivo, entende-se que ambos avaliam as condições da dura realidade.

O homem sentado faz sua reflexão dos possíveis obstáculos que há pela frente, se deveriam ou não prosseguir, já a mulher analisa a palma da mão, que antes poderiam ter sido finas e lisas, mas devido ao esforço do trabalho bruto tornaram-se grossa e calejada. Em segundo plano da imagem, avaliam-se os esforços desses colonos por meio da vegetação derrubada, árvores de grande porte abatidas dentro do sistema da técnica da *coivara*.

Ainda sobre a obra *Tempora Mutantor*, pontua-se outra interpretação que envolve a pintura como o início da colonização alemã no sul do Brasil. Conforme Cyanna Missaglia de Fochesatto:

[...] a pintura apresenta o início dessa colonização alemã no Rio Grande do Sul, remete a certa melancolia, e prováveis pensamentos saudosos, nesse momento de descanso ao cair da tarde, marcado pelo rosado do céu. O visível trabalho braçal, típico do labor rural e necessário aos imigrantes que tem por pretensão se estabelecer na colônia, é pontualmente evidenciado nessa obra. Elementos como os sulcos abertos na terra para o provável plantio e os troncos caídos ao chão no segundo plano da pintura, demonstram igualmente parte do esforço físico feito pelo casal ao longo do dia, acentuando o discurso do imigrante trabalhador. (CYANNA, 2013, p. 6)

A autora ainda acrescenta que:

Um elemento importante na pintura refere-se ao próprio cenário. É retratado o modo de vida desses primeiros imigrantes, as casas simplórias ao fundo, com fumaça saindo das chaminés. O cenário também é um elemento importante para a interpretação dos costumes e representações do Rio Grande do Sul. Essa pintura tem por norte um tom melancólico e quase pessimista da situação dos colonos, eles aparecem desprovidos de otimismo e heroicidade, embora o quadro esteja ligado ao discurso do imigrante trabalhador, já que esse aspecto é bastante pontual nessa representação. (CYANNA, 2013, p. 6)

Analisando outra imagem, com cenário semelhante, conhecida como *Paisagem Derrubada* (1898), foi representada sem a presença humana. Mas a paisagem encontra-se modificada de acordo com as necessidades dos seus ocupantes, conforme figura 19.

Figura 19: Paisagem Derrubada (1898). Óleo sobre tela 58x98 cm APLUB.



Fonte: Disponível em: <http://profciriosimon.blogspot.com.br/2012_05_01_archive.html>. Acesso em: 25 ago. 2015.

Avalia-se por meio da pintura, mesmo não havendo a presença humana, as severas condições de trabalho através da vegetação de grande porte ceifada em primeiro plano; em segundo plano, aparecem duas habitações; e, em terceiro plano, solo amostra preparado para o cultivo na encosta do morro.

De forma bastante realista, dentro de um cenário de vegetação densa, trabalho pesado e braçal, o pintor procurou narrar nessas duas imagens⁵⁷, diante das condições do espaço, a situação de muitos agricultores que se estabeleceram na região sul do Brasil. Desse modo, os imigrantes passaram a se organizar socialmente com base ao caráter relacional da etnicidade, conforme pontua Tramontini:

[...] a identidade étnica não se afirma isoladamente, mas que surge da relação, e que a constituição de uma “comunidade étnica”, ou a organização de um grupo social com base étnica, é um fenômeno sociopolítico, em que a mobilização do “capital simbólico” desses grupos está relacionada com sua luta, como uma estratégia para encontrar, na “comunidade”, formas de resistir a problemas partilhados e encaminhar soluções para eles. (TRAMONTINI, 2004, p. 119)

Entende-se por meio dessa consideração que os grupos sociais de imigrantes pretendiam encontrar uma forma de relação e legitimação ao sistema político, social e econômico brasileiro. Assim como muitos, esses agricultores também almejavam um “lugar ao sol” para serem reconhecidos como cidadãos pelas autoridades brasileiras. A diferença identitária cultural, com olhar do outro, poderia diluir-se na desigualdade, a qual se transformava em estigmatização, que os rebaixava e depreciava (TRAMONTINI, 2004).

Fazendo parte do espaço ocupado em que um dos aspectos fundamentais para a estruturação local era a identidade social, podem-se perceber as formas culturais distintas impressas na paisagem como campo de visibilidade e identidade individual ou coletiva, atreladas aos valores vivenciados, tornam-se relevante para uma abordagem histórica, mesmo que superficial, da ocupação de algumas localidades, como: Linha Araripe, Campestre do Tigre⁵⁸ e Linha Marcondes

⁵⁷ As duas imagens elencadas fazem parte de um jogo de seis obras com datas diferentes, que podem apresentar um cenário natural semelhante, mas em cada uma o autor expõe realidades adversas.

⁵⁸ Segundo antigos moradores a localidade do Campestre do Tigre, que por meio de suas escrituras de terras, era parte integrante da Linha Marcondes até meados do século XX. O nome Campestre do Tigre, também mencionado pelos moradores, é devido ao fato de os mais antigos terem sido testemunha da presença felinos de grande porte na localidade.

incorporadas por questões políticas, a partir da década de 1950, no município de Gramado/RS, e Nove Colônias, que corresponde ao município de Nova Petrópolis/RS.

Entende-se que a paisagem para esses moradores é percebida e constituída pela realidade cotidiana (moradia, família e subsistência), mas para o pesquisador ela é um instrumento que pode possibilitar a reconstituição de um tempo que foi construído por gerações. As mudanças no espaço geográfico que ocorreram, principalmente a partir de meados do século XIX, servem, portanto, como testemunho gerado pela apropriação e ocupação antrópica, formando-se em mosaicos paisagísticos segundo as formas e uso que se deu na terra, conforme pretende-se abordar no próximo capítulo.

4. MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM POR MEIO DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NA ANTIGA COLÔNIA PROVINCIAL DE NOVA PETRÓPOLIS DO IMPÉRIO BRASILEIRO

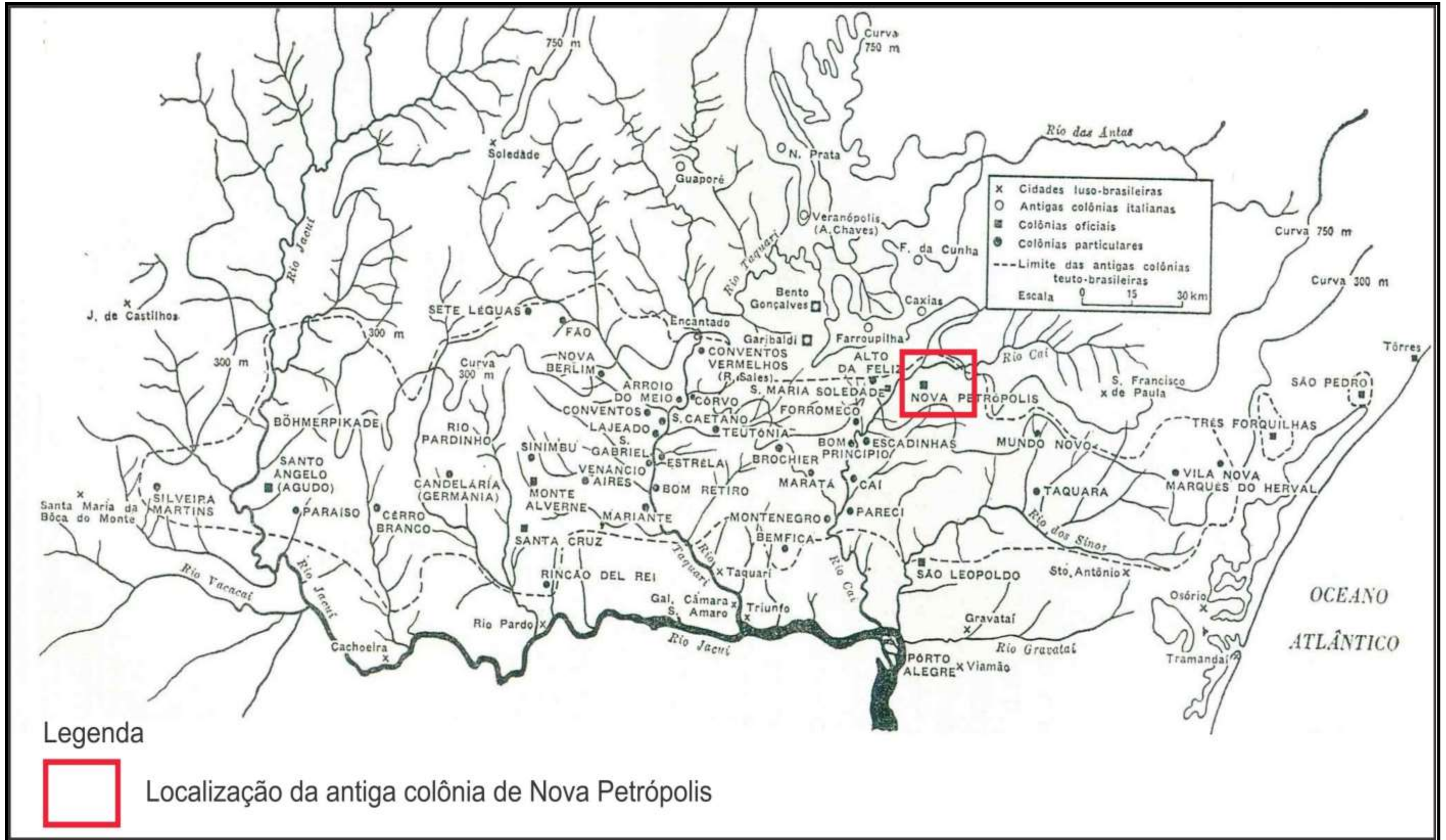
Neste capítulo, objetiva-se analisar as modificações na paisagem por meio da imigração germânica nas localidades de Linha Marcondes, Nove Colônias, Linha Araripe e Campestre do Tigre, todas incorporadas à antiga colônia provincial de Nova Petrópolis/RS, após a segunda metade do século XIX até meados do século XX, assim como os espaços construídos segundo os valores culturais. Pontua-se também a caracterização geográfica desses lugares, por se tratar do espaço territorial escolhido na presente pesquisa.

4.1. Breve histórico de ocupação de Nova Petrópolis

O atual município de Nova Petrópolis, estabelecido entre os rios Caí e Cadeia, faz limite com os seguintes municípios: Gramado, Caxias do Sul, Vale Real, Linha Nova, Picada Café e Santa Maria do Herval. Numa análise concisa, serviu de palco para os interesses políticos imigracionistas da província rio-grandense na segunda metade do século XIX.

Sua formação e trajetória político-administrativa esteve vinculada a São Leopoldo, de 1858 a 1875; de 1875 a 1954, passou a configurar como 3ª Distrito de São Sebastião do Caí. Após 1954 adquiriu sua emancipação política, tornando-se município. Na figura 20, pode-se apreciar a localização geográfica da antiga Colônia Provincial de Nova Petrópolis/RS.

Figura 20: Localização da antiga colônia Provincial de Nova Petrópolis.



Instalada em 1858, a antiga Colônia Provincial de Nova Petrópolis, conforme figura 20, localizava-se no limite das terras consideradas como antigas colônias. Mantinha divisa territorial com a Colônia Alemã de São Leopoldo e possuía cerca de 20 picadas e 706 lotes coloniais. Segundo Helga Piccolo (1989), essa nova colônia estabelecida era uma extensão da Colônia Alemã de São Leopoldo, rumo Norte, que dava acesso para os altos da serra. Em local estratégico que ligava os altos da serra com a capital, começou a receber famílias de imigrantes germânicos de partes distintas da Alemanha, como a região do Hunsrück, Centro e parte Oriental.

Muitos foram os motivos que proporcionaram à ocupação da Colônia Provincial de Nova Petrópolis. Como já mencionado, as causas estavam atreladas às questões políticas, econômicas e sociais na Europa, enquanto, no Brasil, havia interesse em inserir um novo quadro social, ocupar, limpar e cultivar a terra baseada na pequena propriedade. Ivoni Nör Paz complementa que:

O planejamento da nova Colônia resultou na divisão das terras em lotes de cerca 50 hectares, distribuídos ao longo de *linhas* e *picadas*. Em espaço de aproximadamente 10 km, criaram-se pequenos núcleos coloniais, cuja função seria de interligar a própria colônia. (PAZ, 1998, p. 18)

Entende-se que o planejamento⁵⁹ da Colônia de Nova Petrópolis tinha também como propósito fixar um entreposto comercial, ligando a região de Porto Alegre, o Vale dos Sinos e a região serrana e possibilitar o desenvolvimento e a expansão de outras colônias a partir da de São Leopoldo. Conforme constata ainda Paz:

⁵⁹ Segundo Paz (1998), a questão sobre o planejamento da colônia provincial de Nova Petrópolis nos primeiros momentos da ocupação foram assinaladas por algumas dificuldades motivadas por erros de cálculos, isto é, a negligência do governo na avaliação da navegabilidade dos rios Caí e Cadeia, que apresentava precárias condições e a promessa de aberturas de estradas que não eram cumpridas. Ressalta-se também a passagem do viajante Oscar Canstatt (2002, p.422) na colônia de Nova Petrópolis, na década de 1870, onde fez observações acerca das condições do local, “À fundação de Nova Petrópolis se ligaram, a princípio, grandes esperanças e expectativas, que no entanto só se têm realizado em parte. Os meios de comunicação eram por demais deficientes para que pudessem, não obstante os grandes esforços dos colonos, competir no comércio com as outras picadas; ademais o tipo de colono que primeiro se domiciliou lá não era de molde a lhe dar maior desenvolvimento. Por acaso existem entre eles muitos operários saxônios, de fábricas, entre os quais poucos podiam arcar com os pesados trabalhos do colono nas florestas virgens”. Esses obstáculos geraram entre os colonos descontentamentos face às autoridades.

Os objetivos econômicos mais imediatos com a criação da nova Colônia parecem ter sido a integração das *Vacarias de Cima da Serra* e, assim, os produtos da pecuária, aos mercados da região metropolitana. Da região serrana viriam os tropeiros com os comboios de muares carregados com produtos locais. (PAZ, 1992, p. 17)

Sobre a criação de Nova Petrópolis, ressalta-se a passagem do viajante Oscar Canstatt na colônia, na década de 1870, que fez observações acerca das condições da localidade:

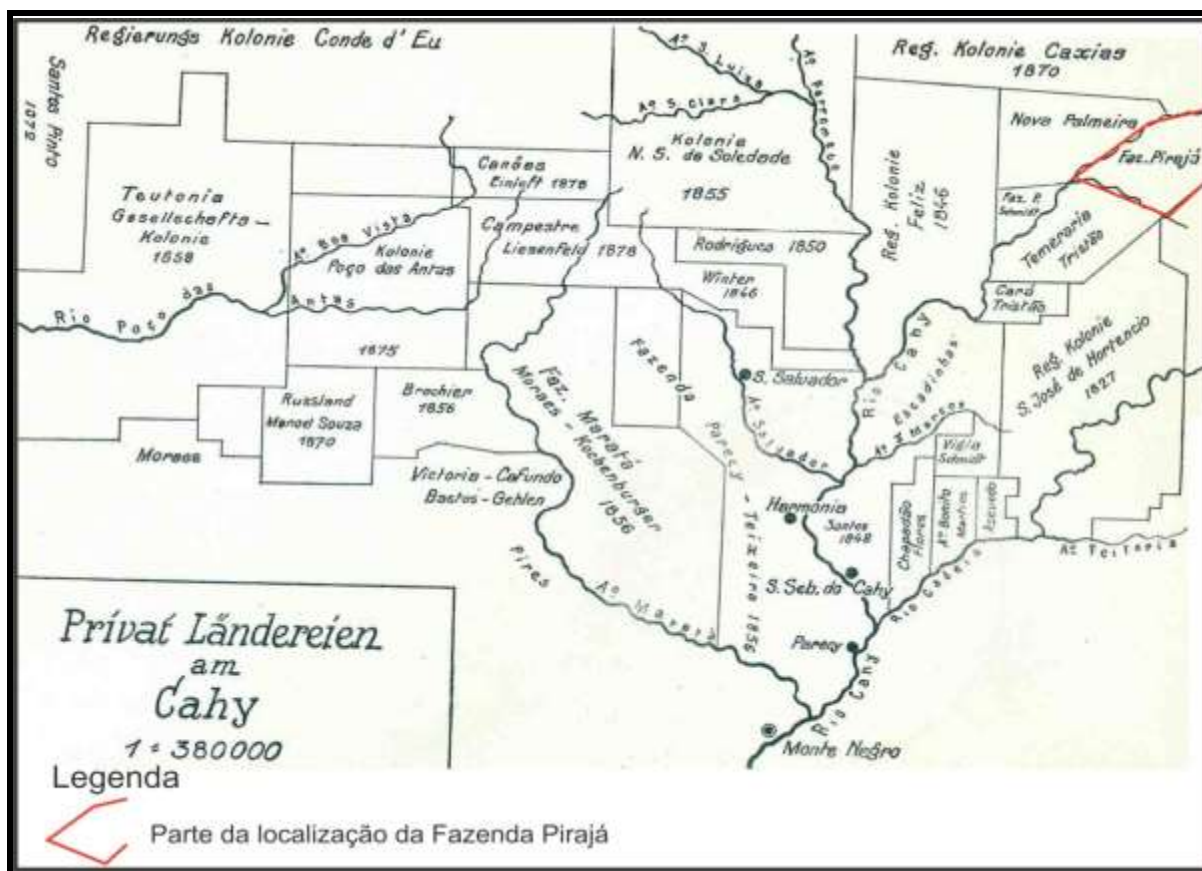
À fundação de Nova Petrópolis se ligaram, a princípio, grandes esperanças e expectativas, que no entanto só se têm realizado em parte. Os meios de comunicação eram por demais deficientes para que pudesse, não obstante os grandes esforços dos colonos, competir no comércio com as outras picadas; ademais o tipo de colono que primeiro se domiciliou lá não era de molde a lhe dar maior desenvolvimento. Por acaso existem entre eles muitos operários saxônios, de fábricas, entre os quais poucos podiam arcar com os pesados trabalhos do colono nas florestas virgens. (CANSTATT, 2002, p.422)

Esses obstáculos geraram descontentamentos entre os colonos face às autoridades, e também certa privação envolvendo questões comerciais.

Os primeiros imigrantes a se instalarem na região eram trabalhadores rurais protestantes oriundos da Pomerânia e Saxônia. A partir de 1860, instalaram-se algumas famílias vindas da região Centro-Oeste da Alemanha e, por volta de 1870, chegaram vários grupos originários da Boêmia, sendo muitos operários de áreas industrializadas (DREHER, 2014). Vindos de regiões diferentes da Alemanha, esses grupos foram alocados em muitos pontos da colônia.

Cabe mencionar que, segundo Padre Arsênio José Schmitz (1975), no início do século XIX, ainda no período colonial, haviam propriedades particulares localizadas no mapa de Nova Petrópolis, entre os arroios Paixão e Pirajá. Uma dessas propriedades doada pelo governo colonial, que pertencia à família de sobrenome Peres, denominava-se Fazenda Pirajá, que estava inserida no Vale do Rio Caí, região que, mais tarde, receberia imigrantes pomeranos conforme mapa de localização na figura 21.

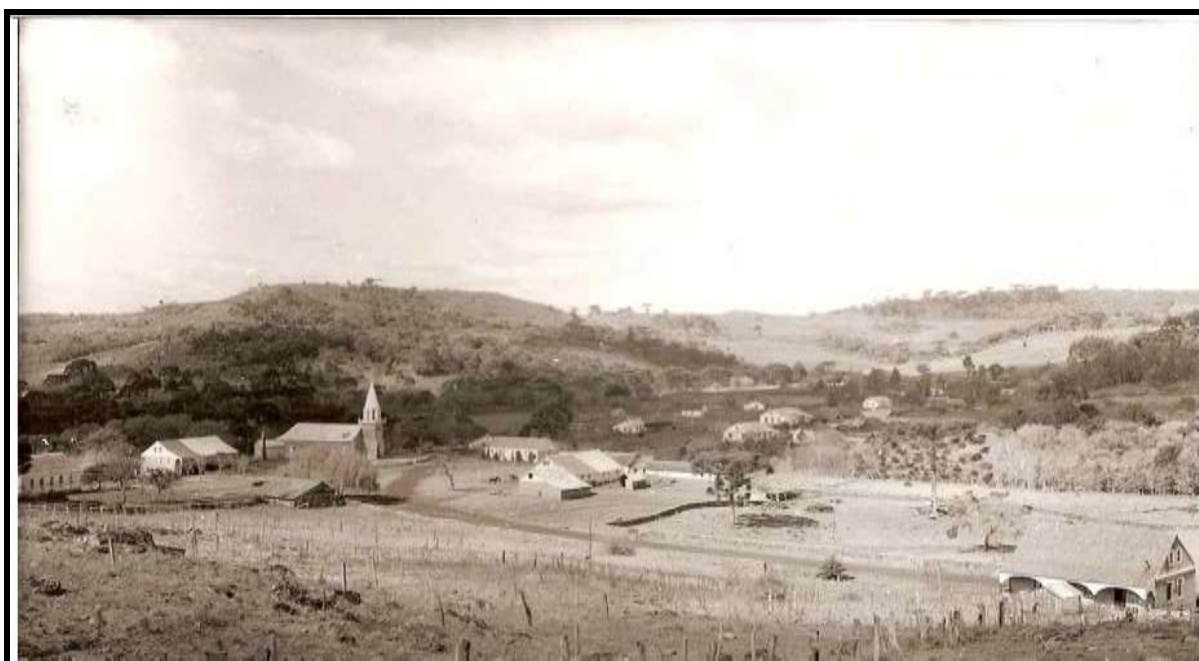
Figura 21: Mapa de localização parcial da Fazenda Pirajá no antigo mapa das colônias no Vale do Rio Cai.



Fonte: Roche (1969, p. 5). Modificado por Peters, 2015.

Para Paz (1998), as primeiras áreas a serem ocupadas por imigrantes e/ou descendentes de germânicos ocorreram nas localidades de Linha Imperial (1858) e Linha Olinda (1858). Na figura 22, pode-se perceber parte da localidade de Linha Imperial na segunda década do século XX.

Figura 22: Paisagem parcial da Linha Imperial, por volta da década de 1920, Nova Petrópolis/RS.



Fonte: Fotógrafo Hugo Neumann. Disponível em: < https://fbcdn-sphotos-a-a.akamaihd.net/hphotos-akxtf1/v/t1.09/12004853_876199899137968_7210735394121089896_n.jpg?oh=d06a9b649e4cbbee7bb936d7bfefea69&oe=5665A12A&__gda__=1449032305_1856c6d4c02cf181563f7b609599386b>. Acesso em: 09 de set. 2015

Na fotografia⁶⁰ (figura 22) pode-se apreciar em primeiro plano a dispersão das casas na paisagem, como também a posição da igreja, que situava-se em um ponto de acesso e visualização favorável. Interpreta-se que essa posição está ligada aos valores religiosos da comunidade, pois todas as residências estão edificadas de forma que as pessoas pudessem visualizar o templo a partir de suas propriedades. Em segundo plano, pontuam-se as transformações no espaço onde encontram-se focos de vegetação nativa de médio e grande porte, como as araucárias ao horizonte.

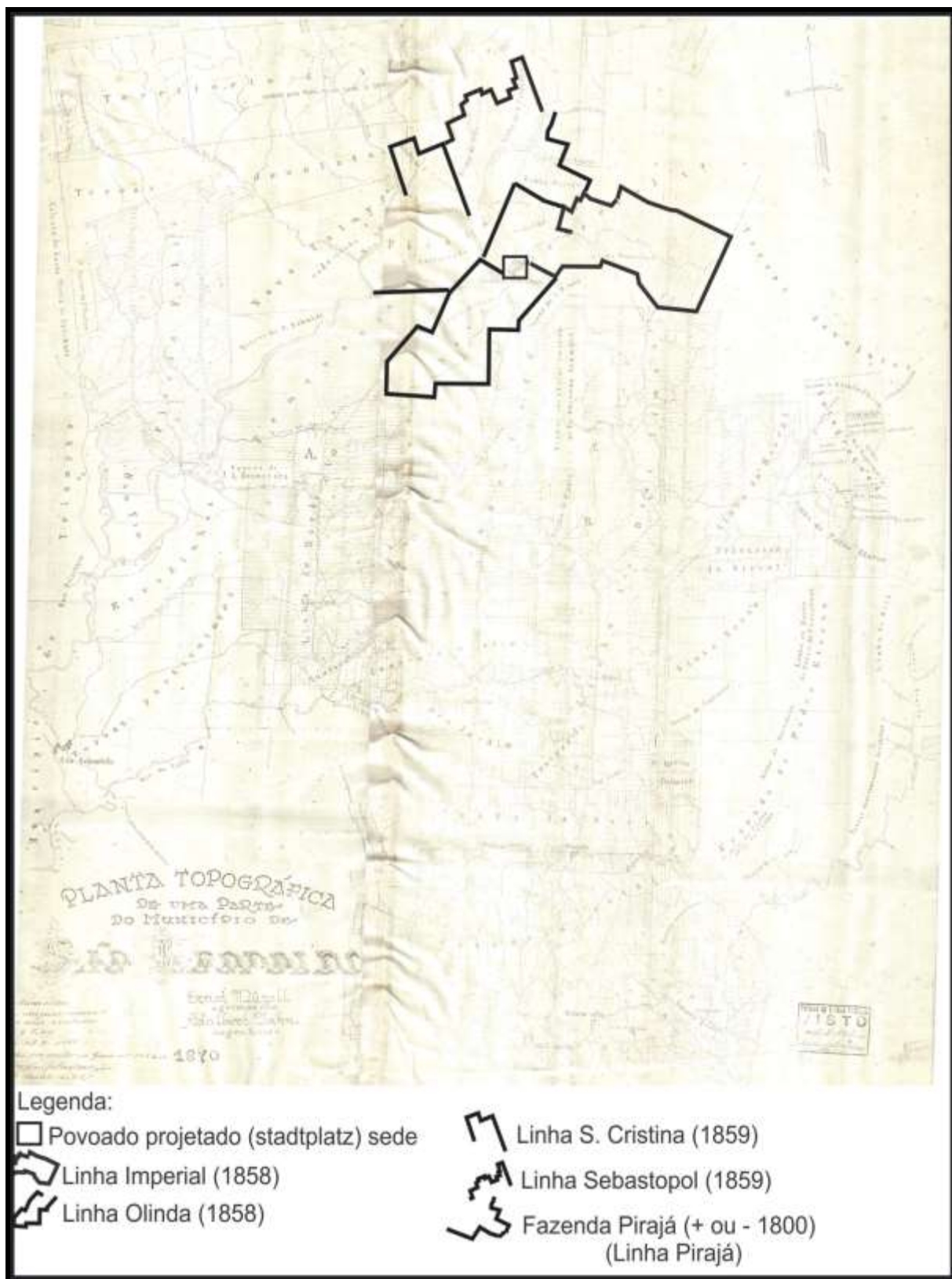
Por se um espaço com ocupação de imigrantes e/ou descendentes europeu por mais de seis décadas, segundo a fotografia, a localidade encontra-se bastante alterada. Essa caracterização e alteração do ambiente ocorreu devido os interesses

⁶⁰ A fotografia como fonte de pesquisa, neste caso, à análise da paisagem cultural problematiza a forma da vida social cotidiana de uma determinada época e lugar, onde estão conectadas técnicas de produção e os diferentes grupos e espaços sociais. Segundo Jacques Le Goff, "As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, "ordem das estações" da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retêm do seu passado as confirmações da sua unidade presente" (LE GOFF, 1990 p. 402).

comunitário pois, com a retirada da vegetação nativa, surgiu espaço para as plantações, pastagens e estruturas habitacionais.

Após a Linha Imperial e Olinda, foram ocupadas as Linhas de Santa Cristina e Sebastopol (1859), Povoação (1862), Barros Pimentel (1863) e Sertório (1864). Nem todas as áreas para o assentamento estavam demarcadas, haviam partes de terras consideradas devolutas (terras do governo) que, aos poucos, foram sendo vendidas aos colonos, conforme visualiza-se no mapa da planta topográfica, figura 23, de uma parte do município de São Leopoldo do ano de 1870, abaixo. Para uma melhor compreensão, o mapa pode ser apreciado ampliado e com mais detalhes nos anexos.

Figura 23: Mapa da Planta Topográfica de uma parte do município de São Leopoldo, 1870, onde visualiza-se os primeiros lotes demarcados na colônia de Nova Petrópolis.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Nova Petrópolis. Elaborado por Peters, 2015.

Por meio do mapa (figura 23) podem-se perceber algumas localizações das primeiras áreas destinadas à imigração em Nova Petrópolis. Segundo Paz (1998), a Fazenda Pirajá, localizada às margens do Rio Caí, por ser propriedade particular, as terras foram divididas em lotes e vendidas aos agricultores, oriundos das antigas linhas de São Leopoldo e São Sebastião do Caí. Conforme Piccolo:

[...] diversas concessões foram feitas às margens do Taquari e Caí, e a Fazenda Pirajá constituía uma delas. [...] Com facilidade as concessões eram feitas e por parte daqueles que haviam requerido tais terras a despesa com a compra era mínima. Por isso se compreende que, mais tarde, venderam facilmente suas terras a colonos alemães por preços razoáveis, tendo em vista o tamanho do lote. (PICOLO, 1989, p. 52)

A essa descrição, Dreher complementa que:

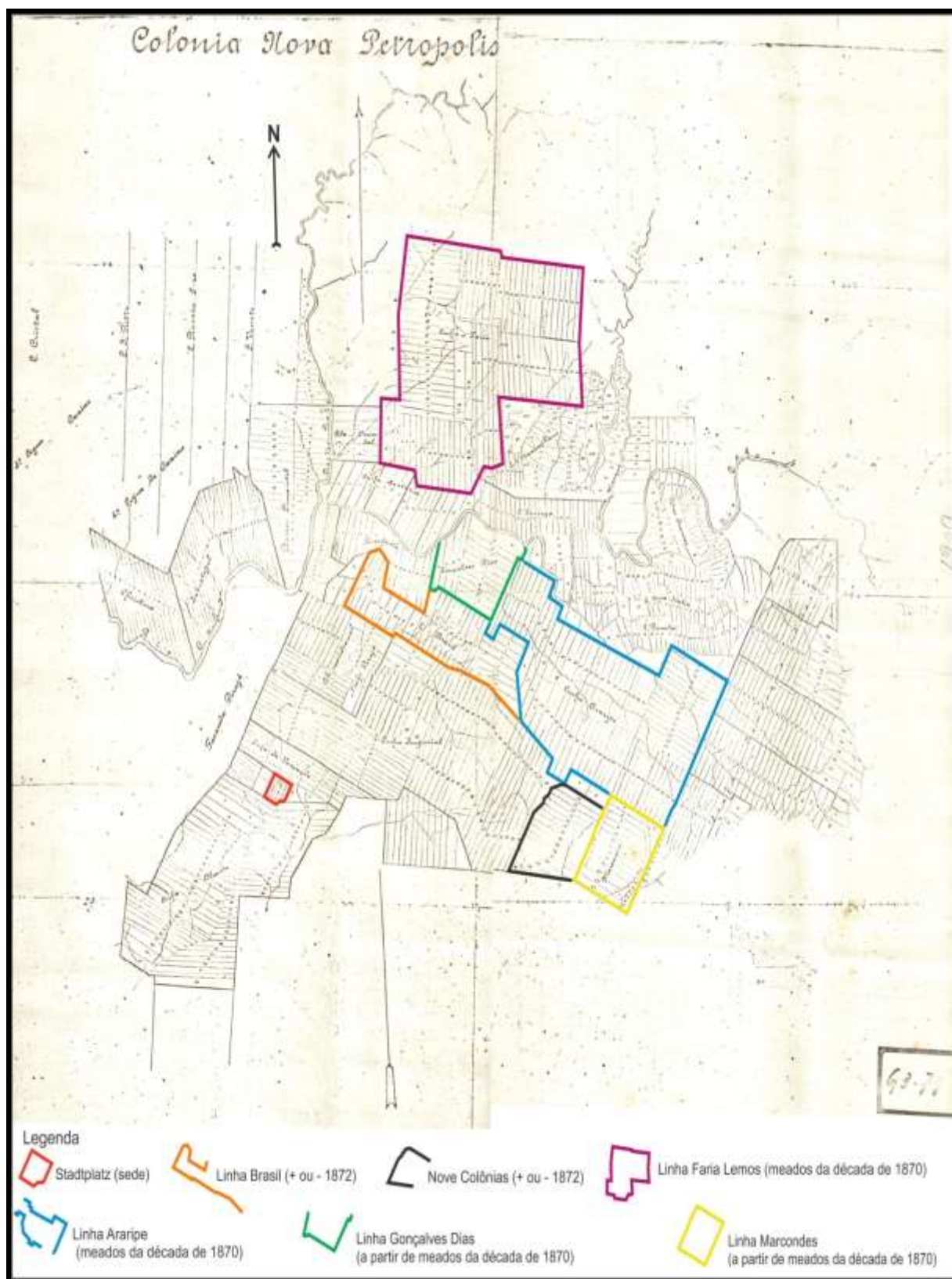
A leste e a oeste das colônias de São Leopoldo e Feliz, havia grande extensões de terra nas mãos de particulares. Estas terras haviam sido adquiridas do governo para fins especulativos, pois a terra estava ficando escassa e cara, ou tinham sido concedidas a particulares para que promovessem a colonização. Os particulares começaram a medir suas terras e a vendê-las a imigrantes. (DREHER, 2014, p. 119)

Como não havia mais lotes próximos a São Leopoldo, os agricultores vindos das antigas linhas, que geralmente eram filhos que casaram e queriam se estabelecer para constituir novos núcleos familiares, precisavam adquirir seu torrão, que geralmente ficava distante, para constituir uma nova família, pois as terras de seus pais não comportariam mais famílias.

Nessa época, as terras devolutas também faziam parte dos planos para a ocupação que se seguiu poucos anos depois, como é o caso de Linha Brasil e Nove Colônias, por volta de 1872; Linha Araripe e Farias Lemos, meados da década de 1870; Linha Gonçalves Dias (antiga Dez Colônias) e Marcondes, a partir de meados da década de 1870 (Schmitz, 1975, p. 47).

Na figura 24 visualiza-se o mapa da Colônia de Nova Petrópolis, possivelmente antes de se tornar 3º Distrito de São Sebastião do Caí, com algumas localidades citadas.

Figura 24: Mapa da Colônia de Nova Petrópolis nos primeiros anos da década de 1870.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Nova Petrópolis/RS. Elaborado: Peters, 2015.

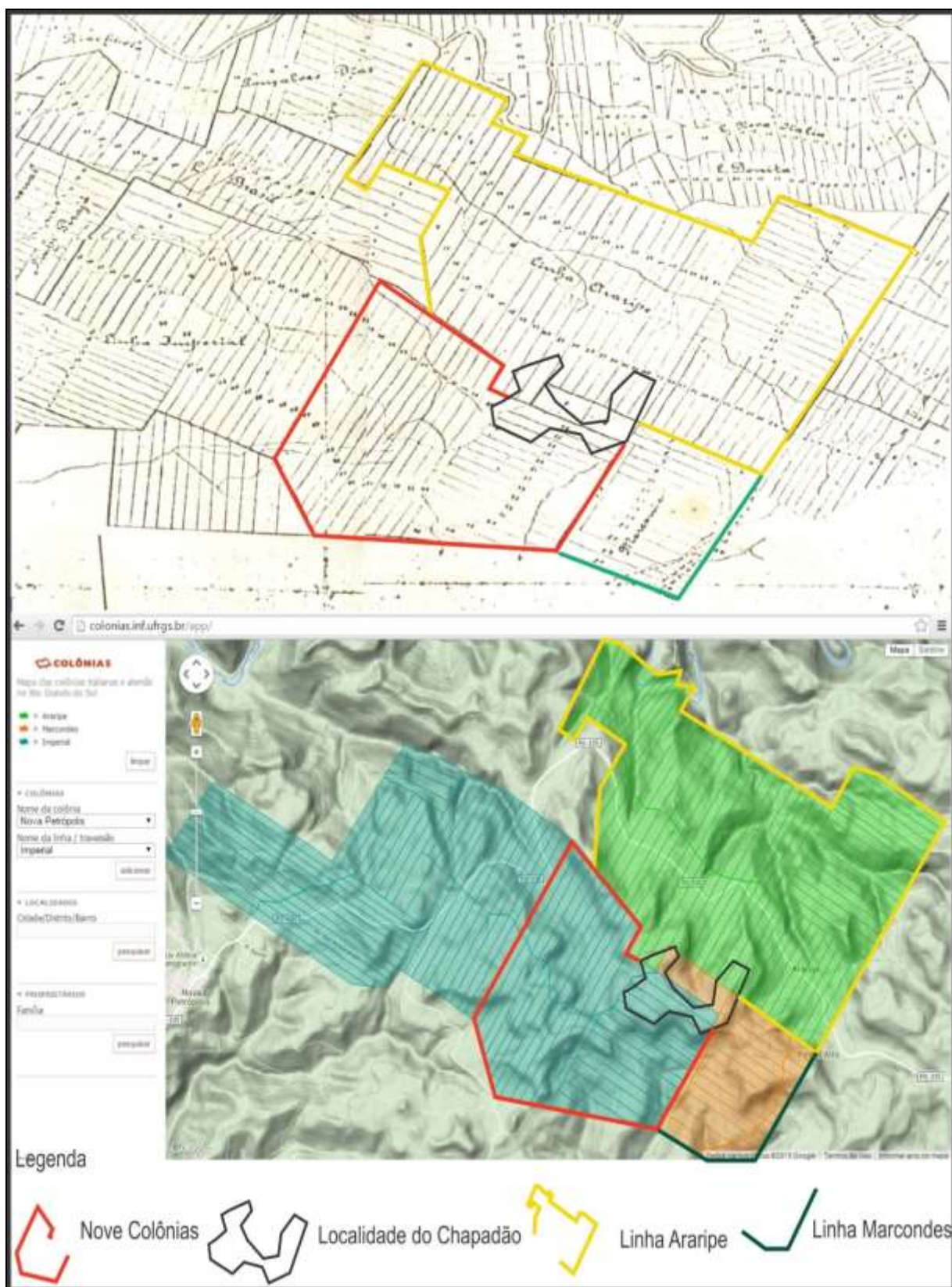
Não só de imigrantes germânicos a antiga Colônia de Nova Petrópolis foi ocupada. Dentro do seu contexto de localização, ela está inserida em uma região de corredor cultural, isto é, próxima às colônias italianas e locais de ocupação luso-brasileira. Considerando isso, Helga I. Landgraf Piccolo descreve que:

Nova Petrópolis, além de alemães, recebeu imigrantes italianos, franceses e holandeses, austríacos e até norte-americanos. E no meio desse elemento estrangeiro, também esteve presente o elemento nacional, nem sempre recebendo o apoio e as vantagens concedidas ao imigrante.
(PICCOLO, 1989, p. 49)

Essas formas culturais distintas estavam distribuídas conforme as suas origens. Segundo dados levantados pelo Pe. Arsênio José Schmitz (1975) sobre os imigrantes germânicos, os de origem saxônica, parte se fixou em Linha Olinda e outr, na sede (*stadtplatz*). Os pomeranos, que chegaram em maior grupo, assentaram-se nas localidades próximas ao Rio Caí e na sede; já os boêmios, rumaram para as localidades de Linha Imperial, Treze Colônias, Linha Brasil, Linha Gonçalves Dias, Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes e também na sede.

Algumas famílias de italianos que chegaram a partir de 1875. Por iniciativa do governo imperial, ocuparam lotes localizados próximos ao Rio Caí, como Nossa Senhora do Pedancino, Linha Faria Lemos, Sertório e Barros Pimentel. Os de descendência lusitana estavam assentados na parte Leste, cercania da Colônia de Nova Petrópolis, na localidade denominada de Chapadão, um dos pontos mais altos, média de 800 metros, conforme mapa ilustrativo da figura 25.

Figura 25: Mapa da possível localização do Chapadão onde estavam assentados os descendentes lusitanos.



Fonte: Disponível em: <colônias.inf.ufrgs.br/app/>. Acesso em: 10 de set. de 2015. Elaborado por Peters, 2015.

Na questão dos descendentes de luso brasileiros, Schmitz (1975) observa que, “com raríssimas exceções, nunca se misturaram com os imigrantes, nem na vida social, nem na vida cultural e ética” (SCHMITZ, 1975, p. 33). Entende-se por meio dessa descrição uma posição teórica um tanto radical e conservadora da historiografia tradicional pois, mesmo esses grupos étnicos estarem situados em locais distintos, de um modo geral, interagem, mesmo que de forma esporádica. Essa afirmação pode ser interpretada através do mapa parcial da figura 23, onde as localidades de Nove Colônias, Linha Marcondes e Linha Araripe fazem divisas com o Chapadão.

Schmitz (1975) também menciona que os imigrantes que ocuparam a Colônia de Nova Petrópolis não possuíam mão de obra escrava em suas propriedades, pois acreditavam que a presença de escravos poderia transparecer de forma negativa e macular a moral da família. Entende-se que isso pode estar explicitado, não em questões morais, mas sim, estabelecido em leis pelo governo imperial. Conforme Luiza Iotti:

Art.16.- A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão aos domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição.
(IOTTI, 2003, p. 7)

Sabe-se que alguns imigrantes, os mais abastados, possuíam escravos para trabalhar principalmente no comércio e, às vezes, na lavoura. Dreher menciona que “a escravidão fez parte da vida de muitos imigrantes antes de sua vinda ao Brasil, mas aqui continuou presente até 1888, período no qual imigrantes e descendentes adquiriram e mantiveram escravos” (DREHER, 2014, p. 173 – 174). Ainda segundo Dreher (2014), não se pode consumir esse fato de forma generalizada, pois a escravidão ocorreu na antiga Colônia de São Leopoldo e nas proximidades, e alguns imigrantes e/ou descendentes possuíam escravos, que em determinados momentos emprestavam a outros proprietários menos abastados para trabalharem em suas propriedades.

Sobre proprietários de estabelecimentos comerciais e donos de escravos, Marcos Witt *et al.* (2014, p. 468) também complementam que, nas cercanias da

Colônia de São Leopoldo, comerciantes como João Pedro Schmitt além de manterem seus pontos comerciais possuíam escravos como forma de explicitar *status* e poder.

Mesmo com leis estabelecidas para os núcleos coloniais de imigrantes, onde foi vetado o uso de escravos, alguns acabavam burlando as leis conforme aponta Witt:

[...] mesmo que as leis imperiais impedissem que os imigrantes fossem proprietários de escravos, a prática mostra que a realidade era diferente. Os imigrantes souberam, ao observar a realidade nacional, buscar a adoção das mesmas práticas que eram comuns entre a maior parte da população. Assim, os imigrantes e descendentes tidos como exponenciais, ao perceberem que a posse de escravos era fator determinante de marcação de poder social, político e econômico, conseguiram driblar as questões jurídicas (inclusive com vistas “grossas” das autoridades provinciais), logrando assim utilizar mecanismos comuns do Brasil, cuja sociedade era fortemente de marca escravista. [...] possuir escravos, além de útil para as demais atividades comerciais e agrícolas realizadas pelos colonos, era um instrumento bastante importante na tentativa de elevação e consolidação de um patamar político e social de maior destaque no cenário local e também no regional. (WITT, *et al.*, 2014, p. 468-469)

Como muitas famílias de imigrantes que se assentaram na colônia provincial de Nova Petrópolis eram de poucas posses, não há informação palpável que prove o uso da mão de obra escrava. Sendo a maioria família de lavradores, determinados métodos de trabalhar na terra eram desconhecido pelos imigrantes, dessa forma, a apropriação do sistema de *coivara* reforça um indício de contato com a cultura nacional.

Outro ponto relevante são os hábitos alimentares, como cultivar o feijão, o aipim, coletar o pinhão, abater algumas aves e mamíferos, assim como o churrasco e o chimarrão, que também fizeram parte da dieta do colono. Assim como métodos de trabalho e alimentos, segundo Telmo Lauro Müller (1981), algumas palavras alemanizadas como *melone* (melancia), *makuke* (macuco), *facon* (facão), *carret* (carreta), *range* (laranja) e *scharak* (jararaca) foram introduzidas no dialeto.

Na questão do trabalho agrícola, algumas famílias tiveram dificuldades nos primeiros tempos de adaptação. Essas dificuldades poderiam estar ligadas às condições geográficas e localização, assim como ao abandono e à ausência de assistência técnica por parte das autoridades. A essa questão (do não cumprimento das promessas ofertadas nas propagandas imigratórias) os colonos passaram a

repudiar certas atitudes do governo imperial brasileiro. A partir dessas experiências, Schmitz menciona que:

O entusiasmo pelo império brasileiro e por seus governantes era muito grande, por parte dos emigrantes, antes de chegar ao Brasil. Esta euforia estava baseada nas promessas feitas em nome do governo brasileiro por espertos promotores da emigração na Europa. [...] o abandono a que foram entregues numerosos imigrantes explica a indignação e a revolta suscitada em não poucos imigrantes e a atitude de defesa ao formaram uma cultura de subsistência autossuficiente [...]. (SCHMITZ, 1975, p. 54)

A descrição acima permite corroborar na atualidade, que ainda em algumas regiões de ocupação e descendência germânica, podendo estar na quarta ou quinta geração, no interior de Nova Petrópolis/RS, pessoas ou grupos mostram-se fechados ao chegar um indivíduo desconhecido e o menosprezo pela política. Outro ponto é que, se percebem uma ação praticada de forma irregular, podendo ser no trabalho ou na política, mencionam a seguinte frase “*das is brasiliona arbeit*”⁶¹.

Esse tipo de ranço pode estar relacionado aos atos praticados pelo governo imperial brasileiro no período da colonização germânica no sul do país conforme lembra Paz: “O comportamento apolítico dos imigrantes explica-se, também, pelas decepções sofridas com o descumprimento de promessas que lhe haviam sido feitas, levando-as a uma indiferença em relação a (*sic*) política”. (PAZ, 1998, p. 93)

Concorda-se que as falsas promessas e os atos políticos da época da imigração foram mencionados e transmitidos de geração em geração, permanecendo na memória dos mais antigos, que não se “consideram” como brasileiros-nato. Esses, por sua vez, arranham o idioma português só em momentos de necessidade como, por exemplo, ir ao comércio no centro urbano.

Outros aspectos que dão luz às características identitárias aos grupos que ocuparam as localidades da colônia estão evidenciados na paisagem por meio da vida cultural (valores e mentalidade), econômica e social. Entre as áreas, destacam-se Nove Colônia, Linha Araripe, Linha Marcondes e Campestre do Tigre. Locais em que se manifestaram aspectos particulares da vida dos imigrantes com outras formas culturais distintas como, por exemplo, os descendentes de luso-brasileiros e italianos.

⁶¹ Essa expressão do dialeto “*das is brasiliona arbeit*” (Isso é trabalho de brasileiro) pode parecer preconceituosa e rançosa, mas tem um argumento explicativo devido às condições em que foram deixados os colonos e desamparados por parte das autoridades. Na forma gramatical da língua alemã, a expressão fica “*das ist eine brasiliane arbeit*”.

O tema a seguir pontua algumas características impressas na paisagem conforme os vínculos identitários entre as gerações passadas com as do presente.

4.2. Paisagem e identidade

A paisagem cultural apresenta narrações dos diferentes tempos de interação entre homem e natureza. A natureza como matéria-prima permite, então, que cada grupo cultural registre suas experiências da realidade na paisagem, surgindo, assim, como produto da manifestação social e histórica. A apropriação do indivíduo ou grupo social sobre o ambiente pode designar as características do local o qual fazem parte. Partindo dessa perspectiva, Aziz Ab' Sáber sintetiza a paisagem como uma herança conforme sua afirmação:

[...] ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB'SÁBER, 2003, p. 9)

Nessa abordagem, entende-se que as paisagens são legados das manifestações antrópicas do passado e presente em um determinado território. O forjamento entre o ser antrópico e o meio natural pode explicar as formas de construção da cultura material como imaterial de uma sociedade. O território que se produziu e converteu-se em paisagem cultural através da imigração germânica na antiga Colônia de Nova Petrópolis pode ser percebido pelas manifestações material e imaterial em algumas localidades.

As expressões culturais como o dialeto, construções em técnica enxaimel, métodos de cultivo, organização das propriedades nas localidades de Nove Colônias, Linha Marcondes, Linha Araripe e Campestre do Tigre, consideradas ainda áreas rurais⁶², podem ser entendidas como uma forma de firmar a identidade e

⁶² A expressão utilizada como “ainda áreas rurais” é pelo fato de a localidade de Linha Araripe possuir como principal rota a rodovia RS 235. Percebe-se que, gradualmente, ela está aderindo feições urbanas, onde muitas propriedades com vários hectares de terras, que algumas décadas atrás possuíam um sistema de policultura, na atualidade estão sendo fragmentados, dando origem a pequenas propriedades. Isso pode ser um indicativo de uma nova fase conjuntural e estrutural que a sociedade local buscou para se manter e sobreviver.

manter a memória viva dos grupos familiares que ocuparam cada espaço. Referente aos espaços de identidade e memória, Joël Candau menciona que “[...] a memória e a identidade se concentram em lugares, e em “lugares privilegiados”, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo” (CANDAU, 2014, p. 156).

Essa abordagem contextual, memória e identidade formatadas na paisagem, serve como ordenador da atual configuração de cada lugar, os quais foram modificados e constituídos pelas manifestações culturais do passado. Essas manifestações culturais do passado⁶³, indispensáveis para a construção da identidade individual ou coletiva de cada grupo, acaba estabilizando o indivíduo no lugar, promovendo a preservação e conservação do seu território. A essa construção e preservação das manifestações culturais, que se interpreta na atualidade como patrimônio cultural, Candau expressa que:

[...] cada um pode tomar para si um patrimônio em constante diversificação. Ele se transforma “numa maneira bastante sutil dos grupos novos dotarem-se de legitimidade e tornarem-se visíveis”. É também “a maneira pela qual os coletivos se instituem no tempo”, a partir de então sendo mais reivindicado do que herdado, muito mais uma afiliação do que filiação, bem menos comunitário do que conflitivo. Por essa razão, o patrimônio participa do fenômeno geral da fragmentação das memórias – poderíamos falar de memórias *à la carte* –, que, como as identidades que fundam, tornam-se cada vez mais parceladas, particulares e particularistas: memórias profissionais, fundadas em categorias locais (regiões, províncias, país, aldeias, bairros, espaços que tendem a se tornar territórios), grupais, tendendo a uma estrutura de “guetos memoriais”. (CANDAU, 2014, p. 160 – 161)

A vinda das primeiras famílias e/ou descendentes de imigrantes alemães para as antigas picadas e linhas de Nove Colônias, Linha Araripe, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, todas ocupadas a partir da década de 1870, gerou mudanças na paisagem local, ocasionadas por meio da abertura de picadas, estradas, roças e edificações. Na figura 26, localidade de Nove Colônias, município de Nova Petrópolis/RS, visualiza-se uma estrada, que serviu como uma antiga picada e cerca

⁶³ A essa reverência ao passado como forma de firmar a identidade, Michael Pollak afirma que “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”. (POLLAK, 1989, p. 7)

de pedra seca (*taipa*). Ainda na figura 26, aprecia-se vegetação nativa com alguns exemplares de araucárias centenárias no alto do morro, que são testemunho de ocupação da localidade.

Figura 26: Elementos artificiais e naturais, testemunhos de ocupação e mudanças na paisagem.



Fonte: Elaborado e acervo particular Peters, inverno de 2015.

Dentro das manifestações culturais na paisagem dessas localidades, tem-se também a arquitetura em técnica enxaimel⁶⁴ que, para as gerações da atualidade, é percebida como símbolo de representação e afirmação identitária; algumas espécies de árvores exóticas, como o carvalho europeu e espécies de pinheiros, a organização dos espaços nas propriedades, onde estão inseridos habitação, paiol, roças, pastagem, pomar e jardins.

⁶⁴ Cabe uma referência específica sobre a técnica enxaimel. A construção em técnica enxaimel é elaborada a partir de vigamentos em madeira no qual as peças são postas na horizontal, vertical e inclinadas. As peças são encaixadas uma a outra e, entre os tramos, são preenchidos com taipa, adobe, pedra ou tijolos. É interessante ressaltar também que a arquitetura enxaimel não é uma criação exclusivamente alemã. Essa técnica de edificação é oriunda das mais diversas regiões da Europa, que foi desenvolvida primeiramente nas áreas rurais e posteriormente implantadas ao meio urbano. Weimer atesta que, “na primeira fase da Idade Média, o enxaimel já havia se difundido por toda Europa Central” (WEIMER, 2005, pag. 67).

As propriedades, segundo Günter Weimer (1987, p. 107), poderiam apresentar uma divisão em três áreas distintas, caracterizadas por: mato (10 e 30%), terras agricultadas (entre 75 e 90%) e completando, com 10 ou 25%, o potreiro. Seguindo o exemplo de Weimer da caracterização sobre a organização da propriedade, segue esquema simplificado por meio da figura 27.

Figura 27: Esquema funcional de uma propriedade rural na localidade de Campestre do Tigre, próxima à divisa entre os municípios de Gramado e Nova Petrópolis.



Fonte: Google Earth, 2015. Acervo particular e elaborado por Peters, 2015.

Dentro desse esquema funcional, visualiza-se a estrutura econômica da propriedade onde estão atrelados, na contemporaneidade, elementos configurados na paisagem, como áreas nativas, habitação, pastagem, silvicultura⁶⁵ e policultura.

No primeiro momento, quando chegaram nessas localidades, passaram a moldar a paisagem de acordo com seus valores, construindo suas casas de forma

⁶⁵ A introdução da silvicultura, neste caso o cultivo da acácia, apesar de ser uma planta exótica, serve, além de ser um complemento para a economia familiar, para fertilizar o solo.

simples, denominadas choupanas. Segundo Jean Roche (1969), mais tarde, já com certo grau de prosperidade, o colono pôde edificar uma casa mais ampla, sólida e aconchegante em relação à primeira, galpões para armazenar seus produtos e ampliar suas roças. Conforme seus conhecimentos e habilidades, o colono tentou criar cenários que lhe fosse familiar, conforme atesta Günter Weimer:

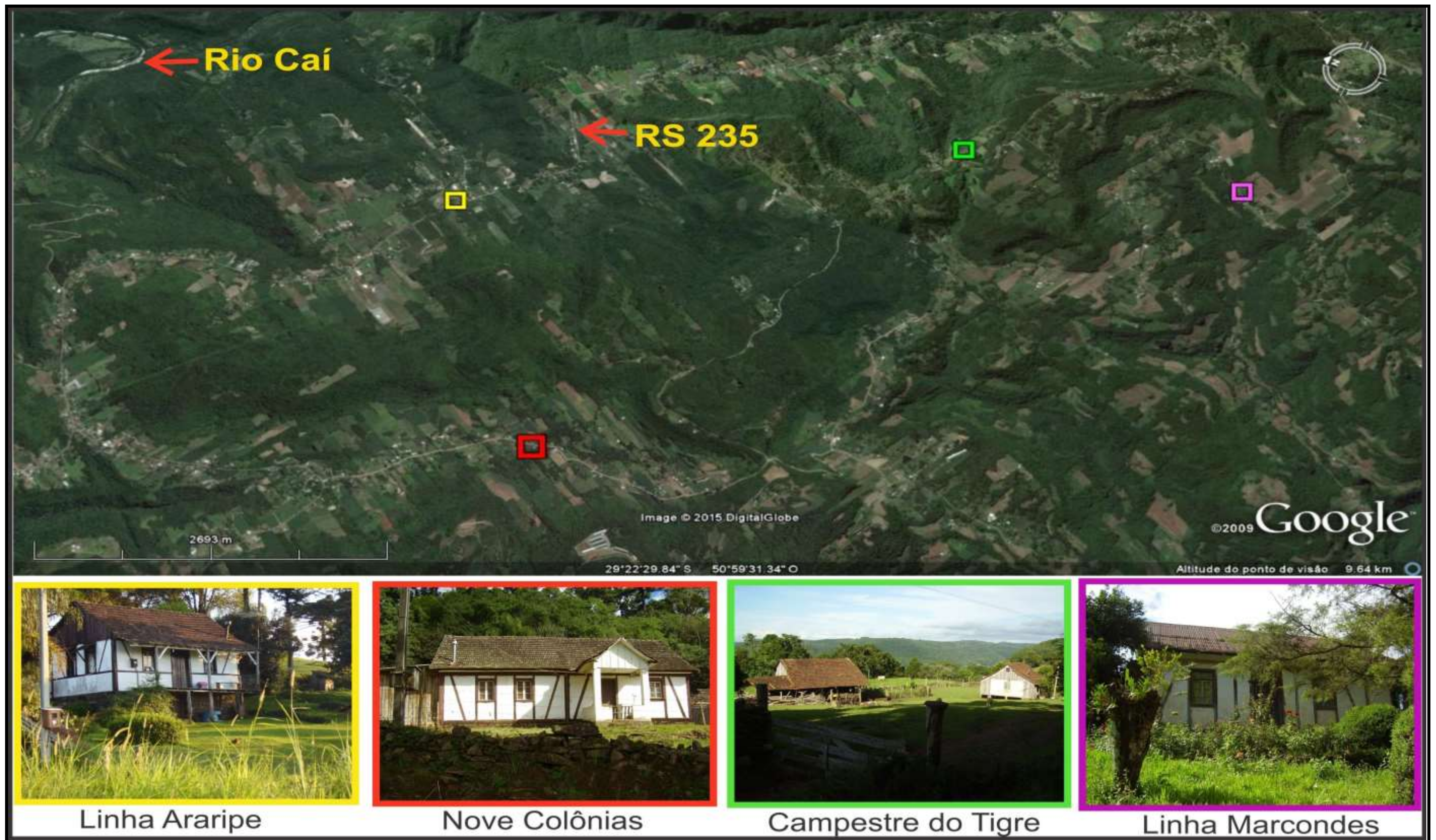
[...] o imigrante não agiu com um programa teoricamente concebido através de uma análise racional. Ele agiu de acordo com um repertório formal que lhe era familiar e que tentou reproduzir de acordo com suas possibilidades materiais. (WEIMER, 1987, p. 109)

Após o assentamento, os colonos puderam conhecer melhor a região, saber onde havia as melhores pedras e quais eram as melhores árvores⁶⁶ para construir. Entre as árvores utilizadas para algum tipo de construção estava a araucária, ipê amarelo da serra, canjerana, camboatã da serra, açouta-cavalo, cedro e guajuvirá, pois essas madeiras apresentavam boa qualidade e durabilidade às intempéries.

Dentro do contexto das mudanças na paisagem, as edificações permitem conhecer a dinâmica e a peculiaridade desses lugares. A arquitetura em técnica enxaimel, sendo uma das manifestações culturais trazidas pelos imigrantes e praticadas em solo brasileiro, destaca-se pela forma e uso que era empregada. Essas casas, por estarem localizadas em zonas rurais, produzem uma paisagem cênica construída pelos seus habitantes que mostram a passagem do tempo e a ocupação da região. Esses tipos de habitações marcam momentos históricos que permitem conhecer o passado cultural dos primeiros imigrantes e/ou descendentes de alemães, como observa-se na imagem aérea espacial na figura 28.

⁶⁶ Nome científico das árvores mencionadas: araucária (*Araucaria angustifolia*); ipê amarelo da serra (*Tabebuia alba*); canjerana (*Cabralea canjerana*); camboatã da serra (*Connarus regnellii*); cedro (*Cedrela fissilis*); açouta-cavalo (*Luhea grandiflora*); guajuvirá (*Patagonula americana*). Disponível em: <http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=lista_especies&botao_pesquisa=1>. Acesso em: 11 abr. 2014.

Figura 28: Imagem aérea espacial da paisagem identificando pontos onde encontram-se algumas casas em técnica enxaimel, assim como a dimensão geográfica do estudo, as formas do relevo, a estrutura agrária e utilização do solo.



Fonte: Google Earth, 2015. Elaborado e acervo particular Peters, verão de 2014 e inverno de 2015.

Além dos quatro modelos de casas em técnica enxaimel implantadas nas localidades de Linha Araripe, Nove Colônias, Campestre do Tigre e Linha Marcondes, tem-se uma visão dos aspectos físicos geográfico. Por ser uma região de serra, com partes de terrenos acidentados, percebem-se os níveis do solo; as formas de cultivo em lotes retangulares, como se fosse uma colcha de retalho, que correm em sentido vertical e horizontal, seguindo as saliências que sobressaem na crosta terrestre; e a distribuição das propriedades de terras que acompanham as variações do relevo.

Ainda sobre o uso do solo, as formas de cultivo expressadas na paisagem, que se percebe no recorte territorial da figura 28 estão vinculadas aos processos de mecanização-motorização rural a partir de meados do século XX. Essa revolução agrícola contemporânea, denominada de “revolução verde”, levou muitos colonos a abandonar quase por completo o sistema de cultivo tradicional pelo método de cultivo industrial em locais favorecidos, conforme atestam Mazoyer e Roudart:

[...] a partir dos anos 1960, a revolução verde, uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 28)

Por meio desse apontamento, faz-se a leitura do território selecionado na figura 28 mencionada acima, onde visualiza-se em muitos espaços as formas das áreas cultivadas através da mecanização-motorização agrícola, assim como o sistema de policultura ao longo de cada ano. Por serem áreas extensas para o cultivo, o uso de adubo orgânico deu lugar ao uso de fertilizantes químicos com o objetivo de obter uma maior produtividade.

Na figura 29, podem-se apreciar duas etapas de utilização do solo, sistema de rotação num período de meio ano na localidade de Linha Marcondes, município de Gramado/RS.

Figura 29: Sistema de rotação de culturas.



Fonte: Acervo particular Peters, verão de 2014 e inverno de 2015.

Na figura 29, parte 1, verão de 2014, percebe-se na área o processo de colheita. Já na figura 29, parte 2, inverno de 2015, na mesma área, foi introduzido mudas de cebolas que após a maturação e a colheita, será introduzida outro tipo de cultivo.

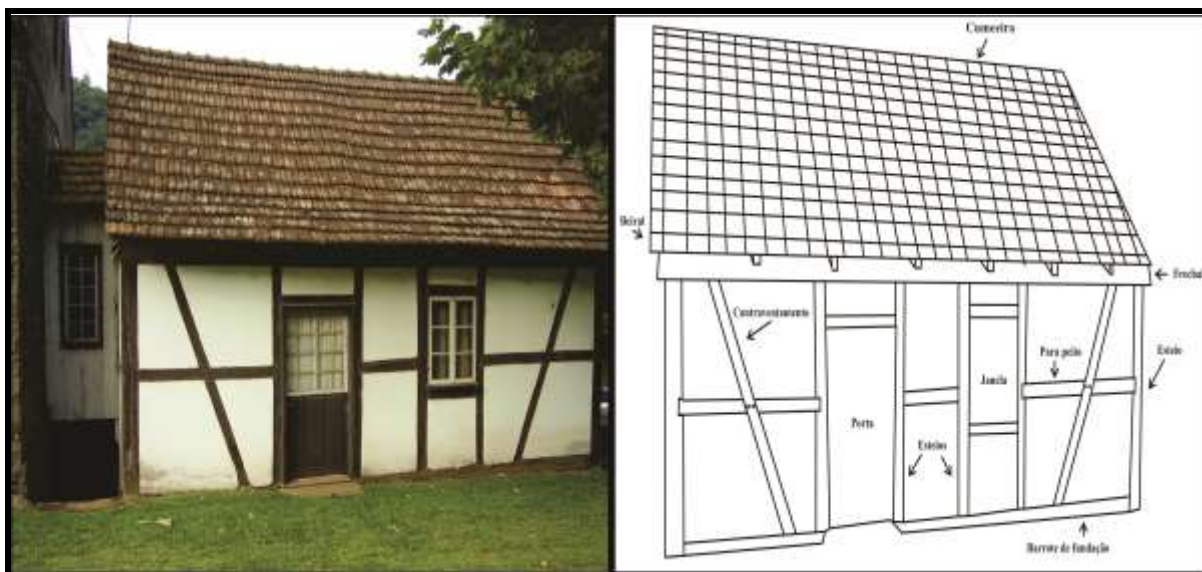
Incorporada e fazendo parte da paisagem agrária observam-se as moradias em técnica enxaimel que, em volta de muitos significados. O essencial dessas moradias permitiu e ainda permite aos seus ocupantes um local de proteção, descanso e refúgio diante dos fatores climáticos, assim como um espaço de reflexão para manterem vivas as lembranças e memórias dos seus antepassados e o histórico de construção e o uso dos materiais.

A arquitetura enxaimel destaca-se pela forma e uso que era empregada. Os construtores procuravam adaptar essas edificações conforme o material e a mão de obra disponível e às condições climáticas e geográficas de cada região. As casas eram construídas em regime de mutirão, alguns colonos dominavam as técnicas de carpintaria, marcenaria e ferraria. Tais conhecimentos faziam parte da bagagem cultural trazidas por eles.

A casa em técnica enxaimel, substituindo as primeiras habitações, era formada com vigamento de madeira que demarcava assoalho, teto e aberturas. Na

base poderia ser utilizada pedra-grés ou basalto. As peças de madeira eram marcadas com sistema numérico para melhor organizar os encaixes, seguindo uma posição e ordem correta para não prejudicar a obra, como percebe-se nas figuras 30 e 31.

Figura 30: Vigamento em madeira e detalhes estruturais de casa em técnica enxaimel.



Fonte: Elaborado e acervo particular Peters, verão 2012.

Figura 31: Casa em técnica enxaimel e seus detalhes estruturais.



Fonte: Elaborado e acervo particular Peters, verão de 2014.

Nas casas mais antigas, os encaixes eram fixados por pinos de madeira. As paredes poderiam ser montadas com tijolos, pedras e, dependendo da situação, uma mistura de barro com fibra vegetal. Para a cobertura da habitação, no início, usavam-se tábuas lascadas retangulares com medidas variadas. Antes da Primeira Guerra Mundial, a cobertura em madeira foi, aos poucos, sendo substituída por folhas-de-flandres (zinco) ou de barro (WEIMER, 2005, p.162).

Além da cultura material, há a cultura imaterial expressada no cotidiano desses grupos, como a celebração do “*Richtfest*” (festa da cumeeira) que era realizada quando uma residência ou templo estavam quase finalizados, o “*schlachten schwein*” (a carneação do porco), no qual alguns vizinhos ou parentes colaboravam nas atividades.

Fazendo parte da cultura local, outra característica que estava envolvida nas construções, independente se era residência ou templo, é que, após a implantação das madeiras para colocar o telhado, era realizada uma confraternização entre os construtores, proprietários e vizinhos. Essa confraternização era conhecida como “*Richtfest*”, isso é, a Festa da Cumeeira, como pode-se visualizar na figura 32.

Figura 32: “*Richtfest*”, festa da cumeeira em Nova Petrópolis/RS, na primeira metade do século XX.



Fonte: Fotografia Hugo Neumann. Disponível em: <https://scontent-gru1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.09/1391534_515014768589818_2102504649_n.jpg?oh=667108273d837fb23c18f59c669be108&oe=5667018F>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Nas duas fotografias da figura 32, podem-se apreciar alguns momentos da cerimônia do “*Richtfest*” em locais diferentes de Nova Petrópolis. Na figura 32, parte

1, o templo que estava sendo construído na localidade de Linha Brasil, Nova Petrópolis/RS, é do final da década de 1920; e na parte 2, o pavilhão que estava sendo edificado na localidade de Linha Imperial, também em Nova Petrópolis, pertence ao início da década de 1940.

Interpreta-se também por meio da figura 32 um espírito cooperativista entre os indivíduos, em que os benefícios da participação coletiva permitia um suporte ao plano socioeconômico para a comunidade. Esse tipo de cooperação, que também sustentava uma proteção social, foi significativo para manterem unidos os grupos assentados nas diversas regiões de colonização germânica no sul do Brasil, neste caso, a Colônia Provincial de Nova Petrópolis. Sendo assim, de forma expressiva, a solidariedade, a autonomia e o cooperativismo visavam melhores condições de vida e convivência social, que estavam vinculados aos valores morais, éticos e espirituais como aponta Paz:

[...] a organização de Nova Petrópolis, a partir de suas origens, tem-se em dados gerais: a formação de pequenas comunidades rurais que, na medida das possibilidades, avançaram na vida produtiva e procuravam organizar-se em termos comunitário. Nesse processo destaca-se o espírito associativo, responsável pelo surgimento de instituições com as Igrejas e as diversas categorias de entidades associativas, responsáveis, em grande parte pela construção do mundo cultural dos imigrantes. (PAZ, 1998, p. 75)

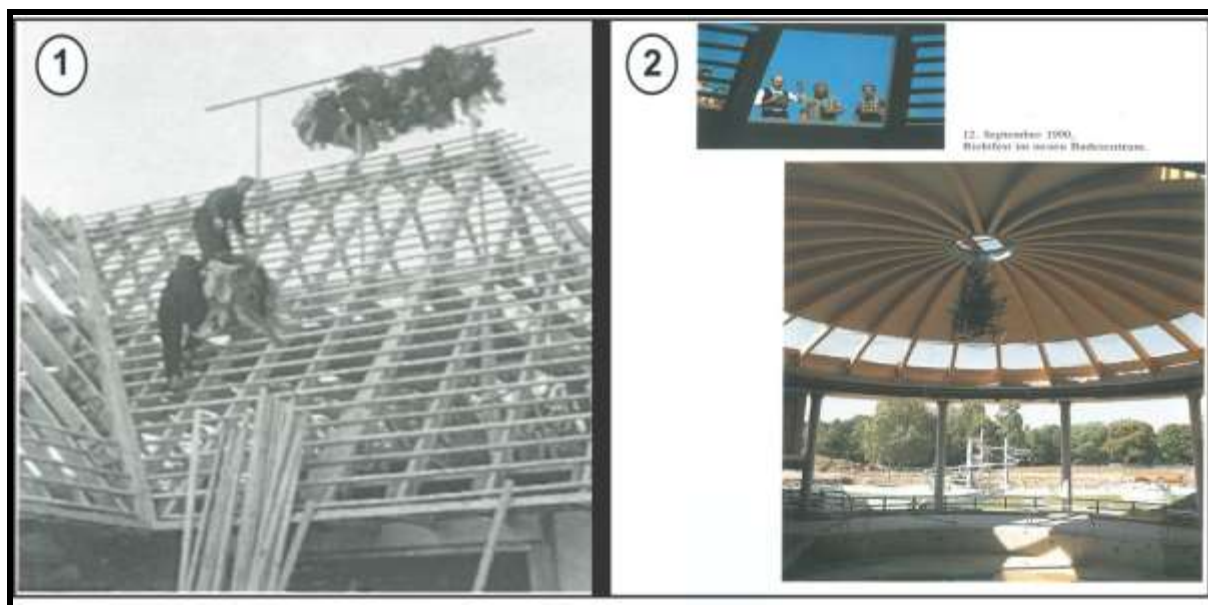
Referente à construção cultural do imigrante, o “*Richtfest*” era uma tipo de festividade que possuía algumas passagens. Iniciava-se com uma cerimônia em que o responsável por ministrar o evento fazia uma oração de agradecimento ao proprietário e a Deus. O ritual era para dar paz, prosperidade e alegria ao novo lar ou ambiente. Na parte superior da construção, colocava-se uma pequena árvore que era facilmente visualizada nas imediações da obra. Acreditava-se que essa cerimônia poderia afastar tragédias, sortilégios, infelicidades etc.

Nas famílias com bom poder aquisitivo, a festa iniciava pela manhã com um café, ao meio dia almoço com vários tipos de comida e, à tarde, servia-se um café com cuca. Já nas famílias que não tinham uma condição econômica favorável, era realizado somente um almoço e as bênçãos para o novo núcleo que iria se constituir (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO).

Esse costume, trazido pelos imigrantes alemães, ainda perdura na atualidade, tanto em Nova Petrópolis/RS quanto em alguns pontos na Alemanha, onde se pode

visualizar, na figura 33, dois momentos do “*Richtfest*” em épocas diferentes na República Federal da Alemanha.

Figura 33: “*Richtfest*” na Alemanha nos anos de 1980 e 1990.



Fonte: Imagem 1 escaneizada do folder “Costumbres y fiestas en la República Federal de Alemania”, 1982; imagem 2 escaneizada da obra “Winnden – Gestern und Heute”, 1990, p. 33.

Na parte 1 da figura 33, década de 1980, percebe-se a colocação de guirlandas pelos carpinteiros, indício de que a cerimônia estava para acontecer. Já na parte 2, década de 1990, visualizam-se os responsáveis da obra ministrando a celebração e uma espécie de árvore colocada no centro da estrutura.

Esse ritual marcava uma etapa vencida da obra e uma forma de agradecimento a todos que ajudaram na edificação. Para o proprietário ou comunidade era uma etapa crucial na edificação do imóvel. Realizado apenas por alguns construtores na contemporaneidade que, mesmo sem saber a origem⁶⁷ exata dessa festividade, expõem esse costume, mas com algumas formas diferentes, como os pedreiros assumindo o lugar da comunidade e, ao meio dia, fazem apenas um churrasco com alguns tipos de saladas e bebidas. Essas mudanças de hábitos e costumes podem ser entendidas na observação de Santos:

⁶⁷ Sabe-se que a origem desse evento é antiga, que remonta por volta do século XIV. É ainda comemorado na Europa, especificamente na Alemanha, e em algumas localidades do interior de Nova Petrópolis/RS. Este costume pode demonstrar um cooperativismo em torno de um objeto comum. Disponível em: <https://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=ptBR&prev=search&rurl=translat.google.com.br&sl=de&u=http://www.richtfest.info/&usg=ALkJrhjq1bK6xDTrxPLX6QnN0ttihnLPg>. Acesso em: 18 set. 2015.

O presente une as coisas, mas o momento seguinte às separa, o que permite distingui-las. Cada símbolo guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança. Em outras palavras, o movimento da sociedade, isto é, o movimento da totalidade (e do espaço) modifica a significação de todas as variáveis constitutivas, também a do símbolo, porque este não segue o movimento. (SANTOS, 2006, 83)

Percebe-se que a cada nova mudança social ao longo do tempo, há também uma renovação ideológica e do mundo simbólico. Incorporada ao simbolismo, a abordagem, dentro do processo cultural por meio dos estudos da paisagem tem-se uma importante contribuição à análise de elementos cultivados e representativos, que evocam valores significativos na confecção da paisagem cultural agrária.

Os valores atribuídos na paisagem rural das localidades mencionadas estão também expressados por meio de plantas exóticas como o carvalho, que foi introduzido para dar forma semelhante há uma paisagem que era familiar, e está viva na memória dos descendentes das primeiras famílias que ocuparam esses lugares (Nove Colônia, Linha Marcondes, Campestre do Tigre e Linha Araripe). Essa nostalgia manifestada na paisagem por meio da representação material-simbólica justifica-se pela pontuação descrita por Edvânia T. A. Gomes:

A gestação de uma paisagem coletiva se encontra dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural e evocativa do agente impulsionador que cria e reproduz sua representação em larga escala, bem como, entre outros fatores, da reelaboração da imagem como memória. (GOMES, 2001, p. 57)

Essa habilidade de o indivíduo reproduzir ou reelaborar uma determinada paisagem está condicionada no distinguir os elementos do seu interesse, os quais evocam significados dentro da sua dimensão histórica cultural. Incorporada à paisagem cultural agrária, onde evoca-se um cenário “familiar”, visualiza-se um exemplar de carvalho europeu, como se percebe na figura 34.

Figura 34: Exemplar de carvalho europeu na localidade de Nove Colônias, Nova Petrópolis/RS.



Fonte: Acervo particular Peters. Inverno de 2015.

Segundo Bublitz (2014), a reconstrução de um novo ecossistema na paisagem com a introdução de algumas espécies de plantas típicas europeias aclimatadas em solo brasileiro, como o carvalho, álamo e plátano era para tentar tornar o novo ambiente o mais próximo possível em relação à terra natal.

Cabe pontuar que, entre as espécies de árvores exóticas incorporadas à paisagem, o carvalho-europeu também possui um significado simbólico que possivelmente é desconhecido pelas atuais gerações, descendentes dos primeiros grupos de imigrantes que se instalaram nas paragens do interior de Nova Petrópolis. Se por um lado o carvalho é a lembrança e memória de uma paisagem familiar, por outro, ele é um símbolo de valores de uma história cultural multissecular e ponto de referência, conforme atesta Arthur Blásio Rambo:

À sombra dos carvalhos, reuniram-se os guerreiros germânicos para reafirmarem perante si mesmos, perante o seu povo e, principalmente, perante Thor, o deus da guerra, o compromisso, o juramento de fidelidade às divindades, ao povo, à tradição, às raízes, com todos os seus valores. No decurso de séculos e milênios, consolidou-se, na sombra dos carvalhos da Germânia, a linha-mestra que até hoje marca o perfil das instituições que, de alguma maneira, são suas herdeiras: as famílias reunidas em comunidades, em estirpes, em parentelas. (RAMBO, 2004, p. 32)

Nessa passagem, percebem-se os valores simbólicos atribuídos a essa planta vigorosa que possui uma vida longa, assim como fornece madeira nobre de extrema durabilidade e por possuir tronco regido e raízes profundas. Pode-se interpretar que esse deveria ser o perfil de uma estrutura familiar, de um grupo ou de uma comunidade em que estão depositadas as memórias herdadas e os sentimentos de identidade coletiva.

Essas características presentes nas paisagens rurais que apresentam modos de vida peculiares atreladas à arquitetura, o cultivo, os fazeres e saberes locais são referências que cada grupo mantém para a construção da identidade local. Segundo Rogério Haesbaert (1999), quando esses espaços tornam-se significativos passam a ser transformado em lugares onde cada grupo social registra sua história de eventos e lugares do passado, que possa fazer sentido no tempo presente.

A continuidade das manifestações das gerações contemporâneas, que interagem no mesmo ambiente é, portanto, uma forma de os indivíduos conservarem a memória do grupo social. Por meio da conservação das lembranças e memórias dos indivíduos nesses locais, cria-se uma paisagem nostálgica, onde estão explicitados também os saberes e fazeres e os modos e costumes das gerações presentes. Entre os saberes e fazeres e os modos e costumes tem-se o “*schlacht schwein*”, isto é, a carneação do porco⁶⁸.

Alguns métodos sobre a carneação do porco ainda se conservam. É percebida como uma atividade de significado social, que reúne os amigos e a vizinhança. Essa atividade inicia antes de o dia clarear, ainda madrugada, pois é o momento onde o proprietário do animal organiza todos os instrumentos que serão utilizados, como esquentar água para a raspagem do porco, amolar as facas e arrumar as mesas. Dependendo do tamanho do animal e das pessoas envolvidas, a tarefa poderia levar o dia inteiro.

Geralmente a tarefa de abater o porco ficava a cargo dos homens; já as mulheres eram responsáveis pela limpeza das entranhas para fazer os embutidos. Além da carne, uma das partes mais importante também era a banha, pois era ela

⁶⁸ Entre os animais criados, o porco era considerado a joia do colono, pois além de comer as sobras dos alimentos, fornecia carne e banha que, para muitos, era denominada de “ouro branco”. Como a carne não era logo consumida, fritava-se boa parte junto com a banha, que, após, era posta em latas, a outra parte era defumada e armazenada em um local fechado onde não deveria haver entrada de insetos (moscas) e/ou algum tipo de animal. Uma das características ainda presente no meio rural é que, quando o proprietário recebe visitas, uma das coisas que ele faz, e com orgulho, é mostrar os porcos gordos. Essa ação pode parecer normal, mas para o colono tem uma simbologia importante, pois porco gordo pode significar sorte, fartura e capricho.

que o colono usufruía por mais tempo na sua dieta, por isso todo o cuidado era pouco na hora de fritá-la, pois exigia um tempo certo e também uma precaução para não haver acidentes. Na figura 35, visualizam-se alguns momentos do “*schlacht schwein*”.

Figura 35: “*Schlacht schwein*”, na localidade do Campestre do Tigre, próximo à divisa entre Gramado e Nova Petrópolis/RS.



Fonte: Acervo particular Peters, inverno de 2015.

Na figura 35, parte 1, apresentam-se as duas partes do “*schwein*” (porco) limpo e a ser picado e também mulheres fazendo a limpeza de algumas partes do suíno. Na parte 2, tem-se uma visão do espaço onde ocorreu as atividades e a casa para defumação dos embutidos e toucinho. Já as partes 3 e 4 referem-se ao momento de fritar a banha e a prensa para extrai-la de onde também se formará o torresmo. Verifica-se que todo esse processo se faz ainda de forma artesanal e quase tudo é aproveitado.

Percebe-se que essas manifestações, modos e costumes peculiares dessas localidades são ingredientes essenciais para preservação das identidades desses

grupos sociais. Para os grupos que compõem esses lugares, onde suas características podem dar sentido à paisagem, Claval ressalta que:

A paisagem desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimento, de atitudes e de reflexos dos quais temos necessidade para viver: ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza; este cenário está carregado de lembranças históricas cuja significação é apreendida pouco a pouco. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura. (CLAVAL, 1999, p. 92)

Portanto, as manifestações de aspectos materiais e imateriais na paisagem torna-a portadora de significados de valor e crenças onde estão depositados as histórias e experiências do tempo presente e do passado dos personagens que nela ocuparam e ocupam. Percebe-se nessas manifestações de cada grupo familiar e/ou social o sentimento de guardar e dar continuidade a alguns elementos essenciais para não cair no esquecimento, como os valores, modos e costumes familiares, que norteiam e asseguram de alguma forma a vida individual ou coletiva dessas pessoas, conforme pondera Candau:

[...] a memória familiar é uma memória curta: ela não remonta além de duas ou três gerações. “O esquecimento ameaça as gerações, uma após a outra, e os ancestrais distanciados de nós por algumas gerações somente se confundem em uma massa anônima.” Cada indivíduo sabe que, uma vez que a profundidade de sua própria memória não vai além de duas ou três gerações, ele mesmo será totalmente esquecido algum tempo após sua morte. É sem dúvida esse temor do esquecimento que se manifesta no interior das classes envolvidas [...]. (CANDAU, 2014, p. 139)

O desejo de conservar as lembranças e memórias dessas comunidades rurais que podem estar expressos na arquitetura⁶⁹, no dialeto, ainda em alguns métodos de trabalhar e cultivar o solo, saberes e fazeres, costumes e hábitos que são percebidos como possibilidades à construção da identidade local e de manter viva a memória⁷⁰ de seus antepassados. Mas, a medida que esvanece a memória, o

⁶⁹ No caso da arquitetura, ainda encontram-se algumas residências que serviram de moradia às primeiras famílias que ocuparam as localidades de Linha Marcondes, Nove Colônias, Linha Araripe e Campestre do Tigre. O interesse em manter essas casas pode estar ligado aos valores sentimentais, pois as atuais gerações constroem suas casas ao lado das antigas ou fazem reformas para mantê-las em pé. Sendo estes uns dos meios de manterem e conservarem as lembranças e memórias dos grupos familiares que se assentaram no passado nesses lugares.

⁷⁰ Sobre memória, Nora (1993, p. 13) menciona que os lugares de memória surgem e se mantêm do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar locais onde possam ser guardados objetos, que é preciso criar e manter datas comemorativas (aniversários), locais de celebrações, locais para pronunciar elogios fúnebres e redigir atas.

indivíduo dispõem-se a procurar e acumular testemunhos, como imagens, objetos, documentos, que justifiquem a materialização da memória na história (NORA, 1993).

Sobre a história e ocupação por imigrantes e/ou descendentes alemães nas localidades de Nove Colônias, Linha Marcondes, Campestre do Tigre e Linha Araripe a partir da década de 1870, pode-se caracterizá-las por meio da geografia, grupos étnicos (principalmente boêmios e descendentes de lusitanos), modos e costumes e as diferentes áreas de paisagem.

Na localidade de Nove Colônias⁷¹, cuja ocupação por imigrantes ocorreu por volta de 1872. Os lotes ocupados seguiam formatos longos e retangulares, tendo como ponto inicial a estrada, que possivelmente foi aberta em forma de *picada* no período da distribuição das terras. A divisa de cada lote findava-se nas elevações dos morros que cercam o lugar.

A localidade de Linha Araripe⁷², após a medição das terras, foi ocupada por volta de meados da década de 1870, por grupos sociais oriundos da Boêmia. Adquiriram seus lotes, estreitos e alongados cujos travessões estavam demarcados por elementos naturais. Numa das extremidades, há a presença de córregos e na outras, áreas de elevação e escarpas. Na atualidade, boa parte de Linha Araripe pertence a Nova Petrópolis/RS, e a outra configura-se em Gramado/RS. Diferente das demais localidades, Linha Araripe, por concentrar a rodovia RS 235, está perdendo gradualmente sua originalidade em questões que caracterizavam-na como área somente rural. As propriedades, que algumas décadas atrás se mantinham da agricultura, estão cedendo parte de seus espaços, na contemporaneidade, para novos modelos econômicos. Esses novos empreendimentos estão voltados ao turismo, como restaurantes, pousadas, lojas de artesanatos, antiquários, floriculturas etc.

Linha Marcondes⁷³ e Campestre do Tigre⁷⁴, a partir de meados da década de 1870, começaram a receber grupos de imigrantes, também alguns originários da Boêmia. Os lotes de terras demarcados seguiam de acordo com o relevo, isto é, não seguiam um padrão como mencionado nas localidades de Nove Colônias e Linha Araripe. A área mais atípica analisada está na localidade de Campestre do Tigre, por

⁷¹ Sem informação sobre essa denominação.

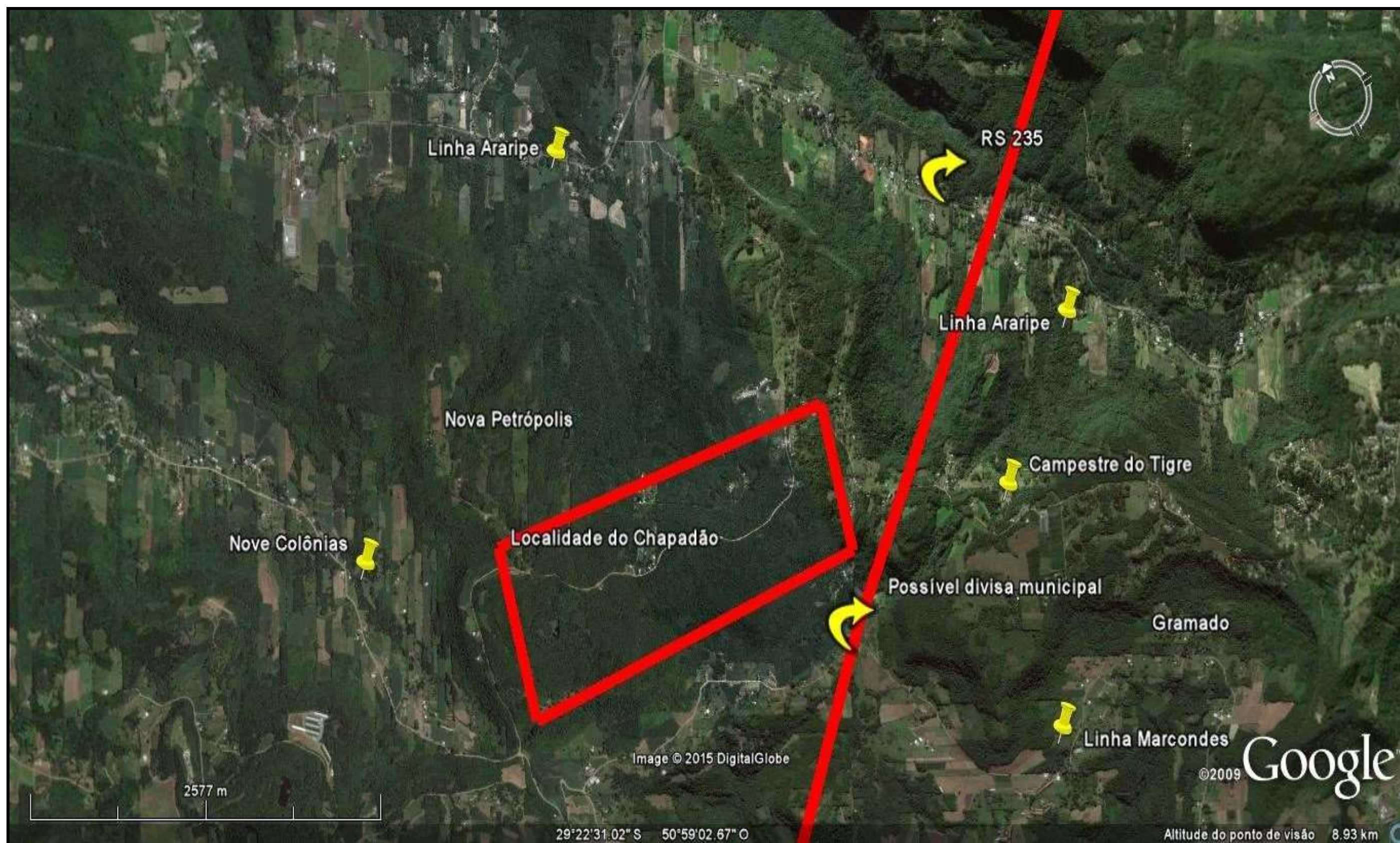
⁷² Idem a informação da nota anterior.

⁷³ Idem nota anterior.

⁷⁴ A denominação Campestre do Tigre, segundo a geração atual, foi dada pelos antigos moradores assentados nessa localidade por terem presenciado felinos de grande porte. Esse local, quando foi demarcado, fazia parte da Linha Marcondes.

se situar na crista de uma elevação, pois há pontos que impossibilita, determinadas atividades antrópicas como o uso da motorização-mecanização na agricultura. Assim como parte de Linha Araripe, essas duas localidades passaram a pertencerem ao município de Gramado/RS após meados da década de 1950, por questões de interesse político, conforme visualiza-se parcialmente na figura 36, obtida via satélite.

Figura 36: Imagem aérea parcial das localidades de Nove Colônias, Linha Araripe, Linha Marcondes e Campestre do Tigre.



Fonte: Google Earth, 2015. Elaborado por Peters.

Como percebe-se parcialmente na figura 36, as localidades de Nove Colônias e Linha Araripe apresentam uma geografia semelhante. Os lotes de terras possuem formatos retangulares, onde há possibilidades do uso de máquinas agrícolas. Já as áreas onde se localizam Linha Marcondes e Campestre do Tigre, a geografia apresenta-se em níveis diferenciados, o que dificulta em alguns pontos o uso do solo para atividades agrícolas.

A área demarcada que corresponde a localidade do Chapadão, Nova Petrópolis/RS, pontua-se por ser um reduto de ocupação de descendência lusitana, o que demonstra a proximidade com as terras ocupadas por imigrantes germânicos desde a época em que foram medidos os lotes, que ocorreram após meados do século XIX. Essa proximidade possivelmente gerou conexões culturais entre os grupos que ali se assentaram.

Nesse recorte territorial, figura 36, as diferenças que se percebem são as formas geográficas naturais; já em termos culturais, os modos e costumes assemelham-se. Essa semelhança é perceptível no dialeto, nas construções, nas atividades agrícolas e na formatação da paisagem segundo as suas experiências, seus conhecimentos, modos e costumes culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ao propor uma análise sobre a paisagem cultural no contexto rural no município de Nova Petrópolis/RS, antiga Colônia Provincial, parte sob outra ótica que envolve a ocupação do imigrante alemão no Brasil. Enquanto algumas pesquisas abordam a imigração alemã por meio de um olhar sobre o colono labutador, obediente, desbravador e/ou que trouxe o progresso e também consequências ambientais, tais como o favorecimento para o desflorestamento, esta pesquisa objetivou expor as contribuições dos imigrantes ou descendentes como protagonistas na construção dos espaços onde foram assentados, transformando esses lugares em um lugar familiar, nos quais depositaram suas heranças, lembranças e memórias, modos e costumes.

Nesse sentido, o que pôde ser observado nesta análise é que está longe de ser esgotado o assunto nas áreas observadas de Nove Colônias, Linha Marcondes, Linha Araripe e Campestre do Tigre, onde reuniram-se contingentes populacionais em um momento histórico dos processos de imigração e colonização alemã a partir de meados do século XIX e metade do século XX, na antiga Colônia Provincial de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Desse modo, as mudanças na paisagem causadas pelas práticas sociais dos grupos de colonos revelou valores e comportamentos.

Os estudos sobre a Paisagem Cultural permearam por alguns caminhos. Passou a ser interpretada em obras por artistas plásticos e literários, após o século XV se estendendo até o século XVIII, os quais, dentro de cada campo, objetivaram explicitar as paisagens com significados simbólicos, a descrição de um recorte geográfico que foi adaptado nas pinceladas e escrita do gênio criador humano. No findar do século XVIII e decorrer do XIX, a paisagem passou a ser percebida de outra forma.

Por meio dos viajantes, pesquisadores e exploradores, os estudos referente à paisagem foram abordados de forma direta, devido às diferentes regiões por onde passavam e registravam as características florísticas e faunísticas, assim como a morfologia do território. Essas pesquisas e levantamentos de cunho naturalista, promoveu a abertura à novas frentes de pesquisa com embasamento científico no final do século XIX e início do século XX. A paisagem como objeto de análise

passou a proporcionar possibilidades de estudos dos componentes naturais e culturais.

Sendo assim, os estudos da paisagem cultural, considerado um subcampo independente da Geografia, surgiu como alternativa às teorias do determinismo ambiental, isto é, considerava-se que o meio ambiente controlava as ações antrópicas. Para os pesquisadores das ciências humanas, a paisagem passou a ser então utilizada como instrumento para compreender as manifestações dos grupos sociais de uma determinada localidade, região e/ou território, criando termos como *kulturlandschaft* para representar a paisagem modificada pela ação antrópica, essa que deve ser interpretada e reconhecida a partir das manifestações culturais e atribuições simbólicas.

Como forma de velar o determinismo ambiental, alguns pesquisadores passam a perceber que a natureza não conduz as ações humanas na paisagem, mas sim abre possibilidades a eles criarem condições de explorar o meio ambiente e transformá-lo conforme suas necessidades, construindo espaços. Conduz ainda a desenvolverem técnicas e habilidades para exercerem suas funções, segundo sua bagagem cultural.

A integração entre homem e natureza num determinado espaço, que se converge em paisagem cultural, deve ser compreendida de forma unificada, pois o conceito de paisagem é um somatório de formas, onde foram depositados em sucessivos períodos as heranças de um indivíduo ou grupo social. Já o espaço, por ser a matriz, é transtemporal, passado e presente, onde articulam-se e interagem formas culturais homogêneas ou heterogêneas.

Como forma de validar a paisagem cultural em patrimônio, organizações a nível nacional (IPHAN) e internacional (UNESCO) promoveram encontros ao longo do século XX e XXI que resultaram numa farta documentação, que agenciam e incentivam a preservação das paisagens culturais.

A nível nacional, o IPHAN como órgão responsável na guarda e tombamento do patrimônio, promoveu, em 2007, na cidade de Bagé/RS, um encontro com outros setores, instituições acadêmicas e políticas, para discutirem questões envolvendo o patrimônio artístico, cultural e natural com objetivo de preservar tais sítios de valor cultural e histórico. Por meio desse encontro, em 2009, o debate a respeito da paisagem cultural resultou na publicação da Portaria nº 127, que viabilizou a criação da Chancela da Paisagem Cultural. Um dos requisitos para adquirirem o selo

Chancela da Paisagem é que o local elencado deva conter um histórico em que a articulação antrópica com o meio ambiente resultou em uma paisagem cênica com elementos de valor ímpar. Ressalta-se que, após promovido o local com a Chancela, o mesmo fica amparado por lei.

Já conforme as ações promovidas pela UNESCO, os locais selecionados se condizem ao valor internacional, como bens culturais da humanidade. Nesse caso, a escolha da cidade do Rio de Janeiro, em 2012, como primeira área urbana a ser agraciada para ser incluída na lista do Patrimônio Mundial, foi motivada pelas condições físicas geográficas e culturais que enquadra, composta por atrativos naturais pontuados pela interferência humana. O estudo referente à paisagem cultural no Brasil passou a acentuar a partir da década de 1990, mais precisamente a partir da Convenção Rio 92, ou ECO 92, em que membros da sociedade, pesquisadores e representantes nacionais e estrangeiros trataram de assuntos relevantes nas questões envolvendo meio ambiente e preservação.

Por ser um assunto de pouca exploração a nível nacional, vêm crescendo o interesse pela preservação da paisagem cultural como patrimônio, assim como abre campos para pesquisas sobre uma ótica referente às formas de expressões culturais em determinados espaços. Neste caso, engloba-se o processo de imigração alemã e as formas de ocupação nos núcleos coloniais criados na região sul do país.

Sobre a imigração de alemães para o Brasil, cita-se alguns motivos que viabilizaram para a vinda deles, como problemas sociais e econômicos na Europa; meios propagandistas criados pelo governo imperial brasileiro, que ofereceu condições vantajosas ,como terras e suprimentos por um tempo; pretensão de desarticular oligarquias latifundiárias regionais; criação de um novo quadro social; ocupação das terras devolutas para garantir, proteger e manter a posse; formação de núcleos coloniais e introduzir a policultura para abastecer centros urbanos. Nesse sentido, é interessante observar que, quando abertas as linhas ou picadas para o assentamento dos novos grupos sociais, num primeiro momento, não estavam familiarizados com o ambiente, o qual gerou fascínio, mas também medo.

Inseridos em um novo ambiente, os colonos tiveram que se adaptar, criando formas e condições para atenderem às suas necessidades imediatas. O contato com culturas distintas, como a cultural nacional, foi relevante para manterem-se. Aprenderam novas formas de cultivo, assim como abater a vegetação, conhecido como sistema de *coivara*, método utilizado primeiramente por indígenas. A

articulação entre o indivíduo com o meio ambiente possibilitou a materialização de suas práticas na paisagem, transformando-a conforme seus interesses e a bagagem cultural.

Dentro dessas práticas antrópicas no meio rural que culmina na formatação da paisagem natural em cultural, desenvolve-se primeiramente uma paisagem econômica, que favorece para o desenvolvimento da propriedade. Num segundo plano, origina-se uma paisagem cultural, na qual estão depositadas as memórias, lembranças, modos e costumes. Também é nesse espaço que surge a necessidade de transformar esses lugares em um lugar familiar.

Nesse sentido, os usos dos espaços pelos grupos de colonos assentados em seus lotes passam a ser modelados para se desenvolverem econômica e socialmente, transformando o cenário rural. Segundo levantamentos realizados por Leo Waibel, no final da década de 1940, na região sul do Brasil, os espaços rurais onde foram alocados as famílias de imigrantes apresentaram um nível de estruturação atípico comparados com outras propriedades localizadas em pontos diferentes do país. Tal motivo, segundo Waibel, está relacionado às questões da pequena propriedade.

Os lotes de terras, geralmente entre 20 e 30 hectares, não forneciam condições suficientes aos colonos para promoverem um sistema extensivo de produção. Nas pequenas propriedades, muitas vezes sem recursos, os colonos praticavam um sistema de rotação de terras que, em pouco tempo, baixava a fertilidade do solo. Em seu modelo analítico, Waibel propõem um modelo coerente para uma propriedade atingir uma satisfação social rural. Esse modelo implica em três passos. Na primeira fase, ocorre o sistema de rotação de terras, que envolve a derrubada mata, utilização do método da *coivara* e implantação da policultura. Na segunda fase, têm-se o sistema de rotação de terras, mas com técnicas mais avançadas, as áreas de cultivos são ampliadas, há uma maior produção. Produtos são destinados ao mercado, há a introdução de gado *vacum*, o uso do arado aliado à força animal, utilização do adubo orgânico por determinado tempo, originando condições econômicas que nivelam para a estabilidade. Já a terceira fase, a produção é incrementada pelo sistema de policultura rotacional, introdução e criação de gado, terras aradas e fertilizadas. Nesse estágio final do desenvolvimento agrário, atinge-se a prosperidade social rural.

Sendo assim, as localidades de Nove Colônias, Linha Araripe, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, todas até meados do século XX, pertenciam ao atual município de Nova Petrópolis/RS, onde foram assentados imigrantes oriundos de algumas regiões da Alemanha, transformaram esses lugares conforme a organização dos lotes de terras e seus atributos culturais.

Algumas características ainda são perceptíveis e que estão expressas na arquitetura enxaimel, no dialeto, no cultivo de plantas exóticas (carvalho), nas celebrações (*richtfest*), no espírito cooperativista, nas lembranças e memórias, nos saberes e fazeres (*Schlachtschwein*).

Essas características manifestadas na paisagem são ingredientes essenciais para esses grupos que compõem esses lugares. Essas manifestações culturais de aspectos material e imaterial, portadoras de significados, são as experiências históricas do tempo presente e do passado dos personagens que ocupam e ocuparam esses espaços.

Nesse sentido, em um contexto de construção da paisagem natural em cultural, as representações culturais, materiais e imateriais promovem possibilidades à construção da identidade local e de manter viva a memória de seus antepassados.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Alberto Alexandre Lima de. *Revisitando os significados de paisagem à luz das abordagens do pensamento geográfico*. Revista Geografar - v.9. Curitiba, n.2, p.104-120, dez./2014. Disponível em:
< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/38010>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Árvores do Brasil. Disponível em:
<http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=lista_especies&botao_pesquisa=1>. Acesso em: 11 mar. 2014.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO. Disponível em:
< http://www2.brasilalemanha.com.br/festas_pop.htm>. Acesso em: 18 set. 2015

BARROS, José D'Assunção. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGAMASCHI, Heloísa D. Eberle. Propriedade: identidade e cultura regional. *In*. GIRON, Loraine Slomp. RADÜNZ, Roberta. *Imigração e cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

BUBLITZ, Juliana. Os significados da floresta: Elementos para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *In*. PEREIRA, Elenita Malta. RÜCKERT, Fabiano Quadros. MACHADO, Neli Galarce (Orgs). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: UNIVATES, 2014.

CALAINHO, Daniela Buono. *História Medieval do Ocidente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.109.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente (1871)*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARTA DE ATENAS 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 ag. 2015.

CARTA DE BAGÉ ou CARTA DA PAISAGEM CULTURAL. Disponível em:
<http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf> Acesso em 15 fev. 2014.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

CAVALCANTI, Lucas Costa de Sousa. *Cartografia de paisagens: fundamentos*. São Paulo: Oficina de textos, 2014.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. *Terra dos Homens*. A geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In. ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília – 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Escola de Berkeley: uma apreciação. In. ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. Geografia cultural: Passado e futuro – uma introdução. In. ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

CORREA, Silvio Marcus de Souza, BUBLITZ, Juliana. *Terra de Promissão*. Uma Introdução a Eco-História da Colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. *Paisagem cultural: novas leituras do patrimônio cultural?*. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/32/paisagem-cultural-novas-leituras-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CUNHA, Jorge Luiz da. Da miséria fugiram! (pelo menos a maioria). In. FICHER, Luís A., GERTZ, René E. (coords). *Nós, os teutos-gaúchos*. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS: 1998.

DECKMANN FLECK, Eliane Cristina. De terra de ninguém à terra de muitos: Olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: GOLIN, Tau *et alii*. *Colônia*. Volume 1. Passo Fundo: Méritos, 2006.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 01 – Nº 83, terça-feira, 5 de maio de 2009, p. 17 – PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2009. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15306&sigla>. Acesso em: 15 de fev. 2014

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimento e lembranças*. 2ª. ed. 2ª reimpressão. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FOCHESATTO, Cyanna Missaglia de. *Um olhar sobre o início da colonização alemã no RS por meio das pinturas de Pedro Weingärtner*. Disponível em: <<http://projeto.unisinus.br/rla/index.php/rla/article/view/342/243>> . Acesso em: 29 de out. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo .et alli. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. *Natureza e Cultura: Representações na paisagem*. In. ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades territoriais*. In. ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HERNÁNDEZ, Luis Martínez. *Costumbres y fiestas em la República Federal de Alemania*. Colonia, 1982

HOBBERMA, Meyndert. *Fazenda na floresta, 1662*. Óleo sobre tela, 82 x 103 cm. Museu do Louvre, Paris. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~coorhis/daniel/ospaisagistasholandesesdoseculoXVII.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

IBGE cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430910>: Acesso em: 13 mar. 2015.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização*. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07Luiza_lotti.pdf> Acesso em: 22 ago. 2015.

ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Edições do Senado Federal Livreiro, 2006.

Landschaft. Disponível em: < <http://www.funape.org.br/geomorfologia/cap6/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: UNICAMP: 1990.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. *O conceito de paisagem: diversidade de olhares*. Sociedade e Território, Natal, v. 23, nº 2, p. 159 - 177, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/sociedadeeterritorio/search/titles?searchPage=4>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale dos Sinos*. Tese de Doutorado. Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2003.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. [tradução de Cláudia F. Falluh e Balduino Ferreira] São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: KLUG, João, NODARI, Eunice Sueli (orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*. A problemática dos lugares. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Paisagem Cultural. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

PAZ, Ivoni Nör. *Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia (1858-1937)*. Caxias do Sul: EDCS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Contribuição para a História de Nova Petrópolis*. Colonização e Evolução da Colônia. 1 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2015.

PRIORE, Mary Del. VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAMBO, Arthur Blásio. *Na sombra do carvalho*. In: SIDEKUM, Antônio (org.). *Às sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3850>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Rio de Janeiro: *paisagem cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia*. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHMITZ, Arsênio José. *Uma nova imagem para Nova Petrópolis: estudo sobre a imigração e a aculturação*. Nova Petrópolis: S/ed., 1975.

SCHULZE, Frederik. À procura de um fantasma. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 102, p. 20-23, mar. 2014.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SCHURIG, Roland. *Von der Badschub zum Badezentrum im Zipfelbachtal*. In: *Winnden – Gestern und Heute*, 1990, p. 33.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2 ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

WEIMER, Günter. Arquitetura rural da imigração alemã. In: WEIMER, Günter (Org.). *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense*. Chapecó: Editora ARGOS, 2006.

WERLE, Hugo. *O rural de Nova Petrópolis, RS: o processo de formação e transformação*. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87436/000907256.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 set. 2015

WITT, Marcos Antônio. *O mundo imigrante nas pinceladas de Pedro Weingärtner: a pintura como fonte para a história da imigração*. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364558697_ARQUIVO_TextoMarcosWittAnpuh2013.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

_____ *et al.* Expandir para consolidar: a estratégia de participação em múltiplas atividades de negócios como meio de inserção social e política dos imigrantes alemães (o caso de João Pedro Schmitt). In. REINHEIMER, Dalva, NEUMANN, Rosane Marcia. Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: *história, memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Em busca de um lugar ao sol: *anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (rio grande do sul - século XIX)*. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3778/1/000397526Texto%2BCompleto-0.pdf>> . Acesso em: 26 out. 2015

ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

OBRAS CONSULTADAS

MONTEIRO, Charles. *A pesquisa em História e Fotografia no Brasil: notas bibliográficas*. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7965/4753>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/330/1/EduardoRelly.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

Fazenda na floresta, 1662, do pintor holandês Meyndert Hobbema. Óleo sobre tela, 82 x 103 cm. Museu do Louvre, Paris. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~coorhis/daniel/ospaisagistasholandesesdoseculo XVII.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

Paisagem Derrubada (1898). Óleo sobre tela 58x98 cm APLUB. Disponível em: <http://profciriosimon.blogspot.com.br/2012_05_01_archive.html>. Acesso em: 25 ago. 2015

Paisagem parcial da Linha Imperial, por volta da década de 1920, Nova Petrópolis/RS. Disponível em: < https://fbcdn-sphotos-a-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xtf1/v/t1.09/12004853_876199899137968_7210735394121089896_n.jpg?oh=d06a9b649e4cbbee7bb936d7bfefea69&oe=5665A12A&__gda__=1449032305_1856c6d4c02cf181563f7b609599386b>. Acesso em: 09 set. 2015.

Richtfest. Disponível em: < https://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=de&u=http://www.richtfest.info/&u sg=ALkJrhjq1bK6xDTrxPLX6QnN0tti hnLPg>. Acesso em: 18 set. 2015.

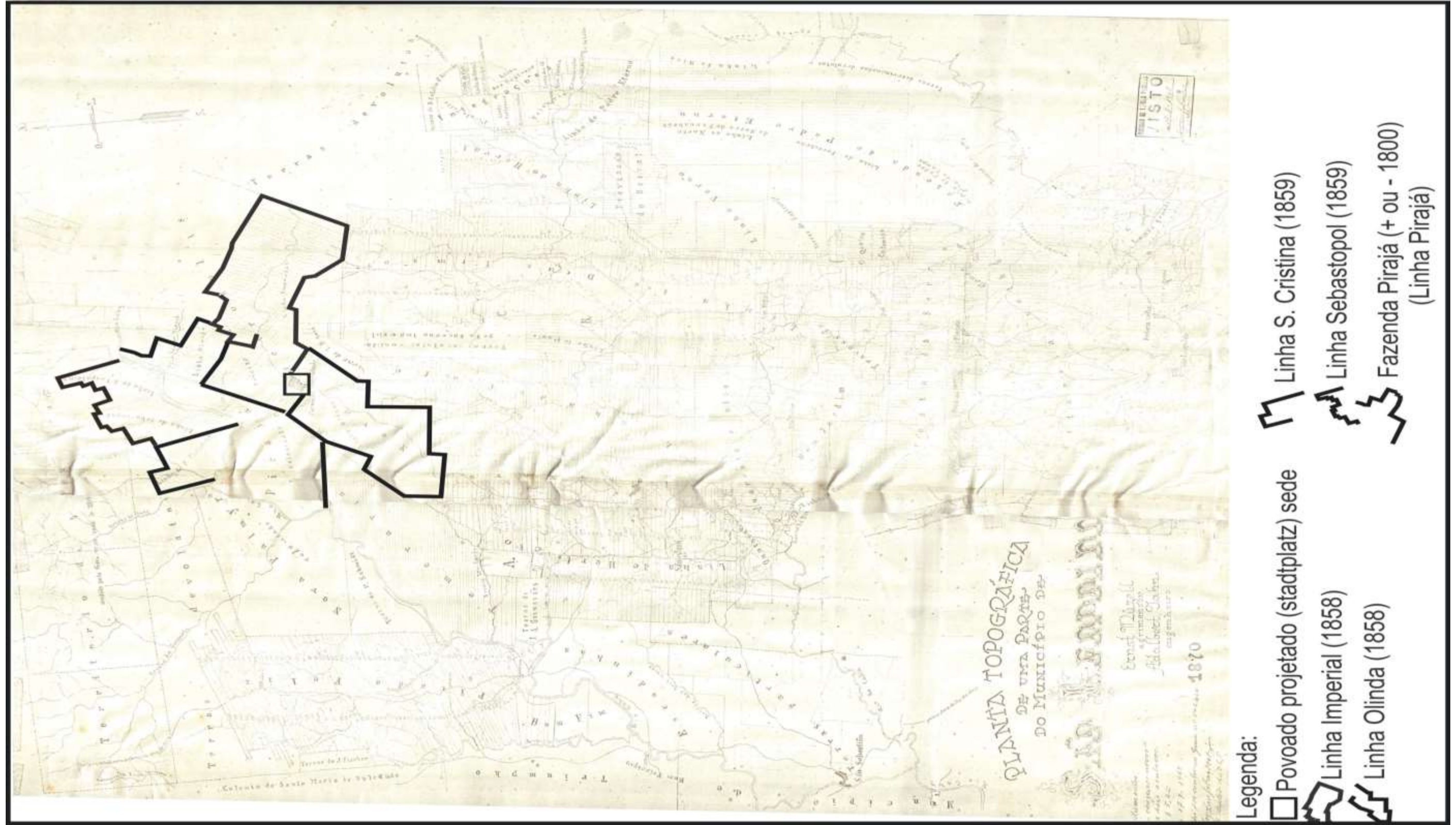
“Richtfest”, festa da cumeeira em Nova Petrópolis/RS, na primeira metade do século XX. Disponível em: <https://scontent-gru1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.09/1391534_515014768589818_2102504649_n.jpg?oh=667108273d837fb23c18f59c669be108&oe=5667018F>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Tempora Mutantor (1889). Óleo sobre tela, 160,4x93,4 cm. Porto Alegre, Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_nb_weingartner.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ANEXO

ANEXO A – PLANTA TOPOGRÁFICA PARCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO, 1870.

Figura 23: Mapa da Planta Topográfica de uma parte do município de São Leopoldo, 1870, onde visualiza-se os primeiros lotes demarcados na colônia de Nova Petrópolis.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Nova Petrópolis. Elaborado por Peters, 2015.